UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

SAMIRA YOUNES IBRAHIM

ANÁLISE DA MEMÓRIA SOCIAL DOS AFETADOS NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE JANEIRO DE 2011 NO VALE DO CUIABÁ - PETRÓPOLIS, RJ.

Rio de Janeiro – RJ

2018

Samira Younes Ibrahim

Análise da memória social dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como cumprimento de etapa para obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro

Co-orientadora: Catalina Revollo Pardo

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Y67a

Younes-Ibrahim, Samira
Análise da memória social dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ / Samira Younes-Ibrahim. - Rio de Janeiro, 2018.
103 f.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro.
Coorientadora: Catalina Revollo Pardo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2018.

1. Desastres socioambientais. 2. Memória social. 3. Psicossociologia. 4. Sentidos de Comunidade. I. Pinheiro, Marta de Araújo, orient. II. Pardo, Catalina Revollo, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ata ***da Reunião da Banca de Defesa*** *da aluna* ***Samira Younes Ibrahim****, do curso em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às quinze horas, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora, para examinar a Dissertação de Mestrado da aluna* ***Samira Younes Ibrahim****, registro nº.* ***116069738****. Fizeram parte da Banca os professores doutores* ***Marta de Araújo Pinheiro*** *(orientadora), CPF nº 628.752.727-72,* ***Catalina Revollo Pardo*** *(coorientadora), CPF nº 060.275.617-00,* ***Samira Lima da Costa****, CPF nº 017.646.317-81,* ***Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio****, CPF nº 032.306.638-02 e* ***Julio Cesar Cruz Collares da Rocha****, CPF nº 013.777.177-04. A professora Marta de Araújo Pinheiro, na qualidade de Presidente da Banca, abriu os trabalhos concedendo à aluna tempo para exposição oral de sua dissertação intitulada* ***"Análise das memórias coletivas dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ"****. Analisando a dissertação apresentada, a aluna foi considerada* aprovada *e* apta *a receber o título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Eu, Ricardo Antonio Xavier de Barros Fernandes, lavrei e assinei a presente ata, sendo seguida da assinatura dos membros da banca e do aluno. Rio de Janeiro, doze de abril de dois mil e dezoito.*

Secretário: _____

Banca: _____

_____

_____

_____

Aluna: _____

Obs.: A banca sugeriu mudança do título da Dissertação para: "Análise da memória social dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ".

RESUMO

YOUNES-IBRAHIM. Samira. **Análise da memória social dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ**. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2018.

A presente pesquisa qualitativa tem como objetivo analisar a memória social dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá, Petrópolis, Rio de Janeiro. Entendendo o desastre como um processo e não como um acontecimento pontual busca-se conhecer sua memória social após sete anos. A pesquisa de campo incluiu entrevistas individuais e grupal e receberam o tratamento da análise de conteúdo. O referencial teórico teve como base estudos de memória social, memória coletiva, desastre e comunidade. A pesquisa evidenciou que os afetados ainda sofrem violências objetivas e subjetivas que comprometem a comunicação e construção de sentido de comunidade. O trabalho com memória social pode ser um instrumento de reconstrução, gerar senso de pertencimento e potente elemento para humanizar as relações em desastres.

Palavras-chave: Memória Social; Desastres Socioambientais; Psicossociologia; Sentidos de Comunidade; Petrópolis/RJ.

ABSTRACT

YOUNES-IBRAHIM, Samira. **Analysis of the social memory of affected in the social-environmental disaster of January 2011 in the Cuiabá Valley, Petrópolis, Rio de Janeiro.** Dissertation (Psicossociology of Communities and Social Ecology Pos Graduation Program) – Institute of Psychology, Federal University of Rio de Janeiro, RJ, 2018.

This qualitative research has a purpose to analyze the social memory of affected people who was on a social-environmental disaster, on January, 2011 in the Cuiabá Valley, Petrópolis, Rio de Janeiro. Understanding disaster as a process and not as a punctual event seeks to know its social memory after seven years. Field research included individual and group interviews and received content analysis treatment. The theoretical reference was based on studies of social memory, collective memory, disaster and community. The research showed that those affected still suffer from objective and subjective violence that compromise the communication and construction of a sense of community. Work with social memory can be a tool for reconstruction, generate a sense of belonging and a powerful element to humanize relationships in disasters.

Keywords: Social Memory; Disaster social-environmental; Psychosociology; Senses of Community; Petrópolis/RJ.

DEDICATÓRIA

Jamil e Jorgette, agradeço pela vida. Compreendi que vocês foram meus primeiros mestres quando, no cotidiano, teceram afetuosamente as memórias de nossa família de imigrantes com imagens, histórias, cheiros, sabores, música, tradições.

Maurício, Soraia, Suzete, Maria Angélica, guardiões amorosos de nossas histórias.

Luiz, o presente companheiro que o outono da vida me ofertou.

Gratidão

AGRADECIMENTOS

Muitos estiveram presentes durante minha trajetória no mestrado. Pela presença física ou através de minha história de vida.

À Marta de Araújo Pinheiro e Catalina Revollo Pardo pela orientação realizada com respeito, conhecimento, comprometimento e delicadeza. Aceitaram o desafio de aceitar a orientação na etapa final dessa trajetória.

Com gratidão reconheço a parceria, o aprendizado e o compartilhar dos profissionais e de pessoas que vivenciaram desastres, que fizeram e fazem parte da construção dos dez anos da Rede de Cuidados-RJ.

À professora Dra Norma Valencio e aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) pela oportunidade de testemunhar a possibilidade de diálogo entre o conhecimento das comunidades e o acadêmico.

Aos participantes do grupo de pesquisa LabMEMS pelo acolhimento, encontros e partilhas. Um aprendizado de construir em conjunto com respeito. Parceiros que alegram a caminhada com o conhecimento acadêmico e os rastros sensíveis. Em especial Silvia Carvalho, que me apresentou ao universo das memórias, e, Ana Leon, pela colaboração no mundo eletrônico. E aos colegas do Programa EICOS pela ajuda mútua.

Suzete e Nathalia pela dedicada colaboração nas transcrições e formatação. Seria difícil concluir sem a ajuda de vocês.

Aos moradores do Vale do Cuiabá que contribuíram com entrevistas, conversas e a nutrição física e emocional. Abriram as portas de suas casas e de suas dores. Gratidão. Que esta pesquisa possa contribuir para a comunidade.

Ao CNPQ pela possibilidade da realização desta pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro com destaque para a região serrana. População 15.989.929. 14

Figura 2 - Mapa da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro - População 805.627. 15

Figura 3 - Mapa de Áreas Protegidas Federais e Estaduais do Município de Petrópolis. 38

Figura 4 - Mapa do município de Petrópolis e seus distritos. 39

Figura 5 - Mapa turístico do 3º distrito de Itaipava. 40

Figura 6 - Matéria de jornal. 41

Figura 7 - Matéria de jornal. 42

Figura 8 - Quadro de sistematização de dados das entrevistas. 47

Figura 9 - Matéria de jornal. 50

Figura 10 - Foto da imagem de Nossa Sra. das Graças, no jardim da Comunidade Educadora Santa Terezinha, Vale do Cuiabá. 59

Figura 11 - Foto do abrigo da igreja do Divino. 62

Figura 12 - Desenho produzido com a comunidade atingida pelo desastre de 2011 na Oficina da Rede de Cuidados-RJ, no Vale do Cuiabá. 65

Figura 13 - Desenho produzido com a comunidade atingida pelo desastre de 2011 na Oficina da Rede de Cuidados-RJ, no Vale do Cuiabá. 67

Figura 14 - Matéria de jornal. 69

Figura 15 - Foto com o condomínio Marília Cápua à esquerda e as Casinhas à direita. Vale do Cuiabá. 77

Figura 16 - Condomínio Marília Cápua - Vale do Cuiabá. 78

Figura 17 - As Casinhas - Vale do Cuiabá. 78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios da região serrana do Estado do RJ atingidos pelo desastre de janeiro de 2011. Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil, julho 2011.....16

Tabela 2 - Cidades da região serrana atingidas pelo desastre de janeiro de 2011 e moradias entregues. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Governo do Estado publicados pelo portal G1.com.br. Fonte: G1.com.br, 11 de janeiro de 2018.....41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EICOS - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

NEPED - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres

UNISDR - Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

COP-23 - 23ª Conferência das partes da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas

CEPED - Centro de Estudos e Pesquisa em Engenharia e Defesa Civil

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

APA - Área de Proteção Ambiental

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PETROTUR - Empresa de Turismo de Petrópolis

ONG - Organização Não - Governamental

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

FPP - Frente Pró-Petrópolis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **12**

CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO **22**
1.1 OS DESASTRES E AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS 22
1.2 DESASTRES 25
1.3 MEMÓRIAS 27
1.4 APRISIONADOS NO TEMPO 30

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA **34**
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 34
2.2 PROCEDIMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO 35

CAPÍTULO 3 RESULTADOS **37**
3.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO: O MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, A REGIÃO DO VALE DO CUIABÁ E A TRAGÉDIA DE 2011 37
3.2 O PERCURSO NO CAMPO 43

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DE RESULTADOS **47**
4.1 OS DOIS LADOS DO VALE 48
4.2 MEMÓRIAS DO DESASTRE DE JANEIRO E DE OUTROS DESASTRES NO VALE DO CUIABÁ 52
4.2.1 O "Divino" presente 58
4.2.2 O Abrigo temporário da Igreja do Divino 61
4.2.3 Do desastre ao assédio 63
4.2.4 A Oficina da Rede de Cuidados-RJ em março de 2012 no Vale do Cuiabá 64
4.3 ABANDONO VIVENCIADO: O EMARANHADO DO PODER PÚBLICO 66
4.3.1 A luta pelos direitos dos sobreviventes 67
4.3.2 O Condomínio Marília Cápua e as "Casinhas" 76
4.4 "EU ERA FELIZ E NÃO SABIA" 79
4.5 QUEM SOU EU? 83

CONSIDERAÇÕES FINAIS **88**

REFERÊNCIAS **95**

Anexo **102**

INTRODUÇÃO

Os desastres socioambientais têm se multiplicado no planeta evidenciando violências objetivas e simbólicas. Medidas são tomadas de forma emergencial mas o sofrimento dos sobreviventes continua através do tempo.

No cenário mundial, os dados sobre mortes, desabrigados[1] e dos que precisam migrar por desastres mostram uma realidade que afeta muitos países. Segundo o relatório do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR, 2016), nos últimos 20 anos, 1,35 milhões de pessoas morreram, devido aos desastres. Outro relatório, o da III Conferência das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, realizada em março de 2015 em Sendai, Japão, apontou que nos últimos 10 anos cerca de 23 milhões de pessoas ficaram desabrigadas em consequência de desastres no mundo. O total de atingidos somou mais de 1,5 bilhões de pessoas. E, entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por catástrofes (UNISDR, 2015). Apenas no ano de 2016, 24,2 milhões de indivíduos precisaram abandonar suas casas (UNESCO)[2].

Apesar de destacar apenas as mudanças climáticas, o relatório apresentado na abertura da COP-23 (23ª Conferência das partes da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas, novembro 2017) mostrou que o planeta apresentou em 2017 recordes de aumentos de temperatura e do nível do mar, tempestades, furacões, secas, inundações, ciclones e incêndios.

O Brasil acompanha os números crescentes. Os desastres resultaram no deslocamento forçado de 6.425.182 pessoas entre os anos de 2000 e 2017 (FOLLY, 2018). Em 2018, apenas nos primeiros 24 dias do ano, o Governo Federal[3] reconheceu 17 cidades brasileiras em situação de emergência.

Dados apresentados na 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas (Conclima, 2013), realizada em São Paulo, mostrou que a ocorrência de desastres no Brasil aumentou 268% na década de 2000, em comparação aos dez anos anteriores. O Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010 (CEPED/UFSC[4], 2012) apontou o aumento dessa ocorrência comparando a década de 90 com 8.691 (27%) eventos e a década de 2000 com 23.238(73%).

---

[1] Desabrigados - "pessoas desalojadas ou cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e necessita de abrigo provido pelo sistema". (Brasil, 2014, p. 41).
[2] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/11/1933343-conferencia-do-clima-da-onu-alerta-para-recordes-de-desastres-climaticos.shtml. Acesso 24 janeiro 2018.
[3] http://www.mi.gov.br/defesacivil/
[4] Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres/Universidade Federal de Santa Catarina

Os Anuários Brasileiros de Desastres Naturais (2011, 2012 e 2013)[5] revelou que, entre os anos de 2011 a 2013, os desastres no Brasil produziram 48.070.248 afetados[6], 401.434 desabrigados e 1.679.378 desalojados[7]. Sendo que, este último quantitativo, pode sofrer aumento progressivo, pois um desalojado pode tornar-se um desabrigado, dependendo de sua rede social e familiar, de questões políticas e econômicas, e, principalmente, da morosidade do poder público na solução das novas moradias.

O crescente aumento dos brasileiros que sofrem desastres agrava um problema crucial já no país: a falta de moradia. Sobre esta delicada situação, um estudo do CEPED (2018) mostra que de 1995 a 2014, a região sudeste teve 58.128 habitações destruídas. Coube ao Estado do Rio de Janeiro a liderança com 39,1% (2.272,80) de casas inabitáveis, seguida de Minas Gerais (29,6%), São Paulo (20,8%) e Espírito Santo (10,6%). Na categoria de habitações danificadas, o sudeste teve 545,971, onde o Estado do Rio se encontra em segundo lugar com 24,2% (13.212,4982) moradias. (CEPED, 2018, p 35,).

Ainda no cenário nacional, o Anuário Brasileiro de Desastres Naturais de 2011 (BRASIL, 2012) mostrou que a região sudeste foi a que sofreu maior impacto de destruição dos desastres, registrando um número de óbitos 7,29 vezes maior que a soma das outras regiões do Brasil, o que representa 87,95% do total de óbitos devido a desastres no Brasil em 2011.

Pivetta (2016) mostrou que nos últimos cinquenta anos, 10.225 pessoas morreram no Brasil, a maioria por inundações e deslizamentos de encostas. Este total significa 5% das mortes na América do Sul, um percentual que muda quando a posição se refere ao número de atingidos: ao Brasil corresponde 53% dos afetados comparando com os outros 12 países da região. Este resultado merece destaque pois o percentual de 53% de afetados ocorreu na comparação com outros países da América do Sul que sofrem com terremotos de grande intensidade (sete países) e vulcanismo (cinco países). Entre os anos de 1960 e 2009, o Brasil ocupou a *primeira* posição em desastres, acima de Colômbia, Peru, Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Guiana, Suriname, Guiana Francesa. Esta colocação deveu-se às categorias de inundação (1º lugar), deslizamento de encosta (3º lugar),

---

[5] 2013 foi o último anuário disponível para acesso: http://www.mi.gov.br/defesacivil/publicacoes.
[6] Afetados - pessoas atingidas ou prejudicadas por desastres. (Brasil, 2014, p. 41).
[7] Desalojados - "pessoas obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente suas habitações, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que não necessariamente carecem de abrigo provido pelo sistema". (Brasil, 2014, p. 41).

tempestade (2º lugar), epidemia (1º lugar), seca (1º lugar), extremos de temperatura (2º lugar), incêndio (4º lugar).

O lugar que o Brasil ocupa no quesito desastres, em comparação aos outros países da América do Sul, aponta a urgência em rever a forma como o governo trata e desenvolve políticas públicas em circunstâncias de desigualdades e de ações autoritárias, cujas ações fazem com que a própria política pública funcione como mais um desastre para a população (CUNHA, PORTO et al, 2015).

Os dados oficiais apresentados revelam danos que podem ser mensurados em números, mas não retratam os danos em outras dimensões, entre elas a psicológica, a social e a cultural, difíceis de computar quantitativamente e que merecem destaque nesta pesquisa.

O desastre socioambiental ocorrido em janeiro de 2011, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, atingiu sete municípios.

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro com destaque para a região serrana. População 15.989.929.

Fonte: IBGE. Censo 2010

Entre a noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 janeiro de 2011, ocorreu o desastre, até o momento, considerado o maior do cenário brasileiro em relação ao número de mortes.

Pela abrangência geográfica e o número de perdas humanas e materiais, recebeu do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, a denominação de *Megadesastre 11*.

O Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2011 destina um capítulo especial para a tragédia da Região Serrana Fluminense:

> O Megadesastre "11 da Região Serrana do Rio de Janeiro" ocorreu entre a noite do dia 11 e a manhã do dia 12 de Janeiro de 2011. Deixando um número incalculável de cicatrizes de escorregamentos em encostas de quatro municípios – Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e Sumidouro –, principalmente nas duas primeiras, e provocando prejuízos indiretos por conta de enxurradas em mais três municípios – Areal, São José do Vale do Rio Preto e Bom Jardim. O "Megadesastre" provocou 912 mortes e deixou mais de 45.000 desabrigados e desalojados, caracterizando-se como o maior desastre registrado no Brasil e consolidando, infelizmente, a Serra Fluminense como a região brasileira com o maior quantitativo de vítimas fatais provocadas por desastres naturais (40% do total nacional entre 1988 e 2012) (BRASIL, 2012, p. 63).

O evento teve início em Nova Friburgo, atingindo os municípios de Bom Jardim, Sumidouro, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Areal. Dos quinze municípios que constituem a região serrana, esses sete foram os mais afetados pelo desastre de 2011.

Figura 2 - Mapa da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro - População 805.627.

Fonte: IBGE. Censo 2010.

Segundo dados oficiais da Secretaria Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2011), os municípios foram afetados nas seguintes proporções: Areal - 8 desabrigados; Bom Jardim - 2 óbitos, 632 desabrigados e 1186 desalojados; Nova Friburgo - 429 óbitos, 789 desabrigados e 4528 desalojados; Petrópolis - 71 óbitos, 187 desabrigados, 6956 desalojados; São José do Vale do Rio Preto - 2 óbitos, 174 desabrigados e 300 desalojados; Sumidouro - 22 óbitos, 109 desabrigados e 163 desalojados; e Teresópolis - 392 óbitos, 6727 desabrigados e 9110 desalojados. Os dados estão sintetizados na tabela abaixo.

Tabela 1 - Municípios da região serrana do Estado do RJ atingidos pelo desastre de janeiro de 2011.

MUNICÍPIO	ÓBITOS	DESABRIGADOS	DESALOJADOS
Areal	0	8	0
Bom Jardim	2	632	1186
Nova Friburgo	429	789	4528
Petrópolis – Vale do Cuiabá	**71**	**187**	**6956**
São José do Vale do Rio Preto	2	174	300
Sumidouro	22	109	163
Teresópolis	392	6727	9110
TOTAIS	918	8626	22243

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir de dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil, julho 2011.

Apesar dos números oficiais, a tragédia foi tão devastadora que, até hoje, não se tem certeza quanto ao número preciso de pessoas atingidas direta ou indiretamente, dentre mortos, desabrigados, desalojados e desaparecidos.

> Sobre os desaparecidos: um silêncio cruel. Não se fala mais nos desaparecidos, nem mesmo aparecem em algumas publicações de órgãos oficiais, como por exemplo, no Anuário de Desastres Naturais 2011. Em nossa prática, acompanhamos os familiares e amigos que têm agravada sua dor e ampliada sua angústia diante da impossibilidade de concluir o processo de luto. Questões práticas estão acumuladas, dentre elas: não conseguir o atestado de óbito, ligações telefônicas e cobranças para a pessoa desaparecida, não recebimento de pensões e seguros e trâmites legais que não podem ser resolvidos. Espera-se que os desaparecidos "apareçam" pela ação sábia e espontânea da natureza ou pelo trabalho de voluntários e familiares. No vídeo Verdade Soterrada, algumas entrevistas denunciam o abandono: http://extra.globo.com/videos/t/noticias/v/verdade-soterrada-tragedia-na-regiao-serrana/2073478/ (SÀ e YOUNES-IBRAHIM, 2014, p.120).

É importante destacar que, apesar de registrar um grande número de desabrigados, desalojados e população afetada, os municípios de Areal e São José do Vale do Rio Preto foram atingidos durante o dia e os moradores receberam a informação do perigo que se

aproximava horas antes da inundação chegar, o que preservou vidas. Em Areal, por exemplo, a prefeitura colocou um carro de som pelas ruas da cidade avisando a população e orientando quanto a medidas emergenciais.

Os municípios decretaram estado de calamidade pública e verbas foram liberadas de forma emergencial. Pela legislação brasileira, quando um estado ou município declara estado de calamidade pública, recebe o benefício de poder realizar contratação de serviços sem precisar realizar processos de licitação. Se, de um lado, este dispositivo legal agiliza o uso de verbas, por outro, também facilita o seu desvio para outros fins que não as ações emergenciais relacionadas com os desastres. No caso específico da região serrana do Estado do Rio, alguns municípios chegaram a receber ações do Ministério Público[8] devido ao desvio de verbas, entre eles o município de Petrópolis.

O relatório do Banco Mundial (2012) sobre Avaliação de Perdas e Danos das Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro apresentou dados que ilustram a magnitude do desastre: 304.562 pessoas foram diretamente afetadas, o que representa 42.68% da população dos sete municípios e 1.9% da população do estado do Rio de Janeiro.

O estudo acima ainda apresentou uma comparação que evidenciou como o desastre de 2011 é um marco nacional: entre 1991 e 2010 o Estado do Rio de Janeiro teve 1.783 vítimas fatais por desastres, e, apenas em 12 de janeiro de 2011, teve oficialmente 905 óbitos, número que pode ser ainda maior[9]. O relatório mostrou que os danos permanecem para a população, confirmando que um desastre não termina na fase de resposta emergencial. Os danos que podem ser contabilizados em números são fáceis de quantificar e verificar seu desenvolvimento ao longo dos anos. Mas e os danos subjetivos?

Com a destruição sofrida com o desastre, muitos habitantes mortos, um número não quantificável de desaparecidos, moradores removidos para outras áreas ou para outros bairros, após sete anos, o que será possível conhecer sobre a memória social do Vale do Cuiabá? Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a memória social da comunidade afetada do Vale do Cuiabá em relação ao desastre socioambiental de janeiro de 2011. Como contribuição, esta pesquisa apresenta um recorte de sete anos da história dos sobreviventes de janeiro de 2011. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram traçados: discutir as

[8] http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/todas-noticias/-/asset_publisher/SPJsTl5LTiyv/content/municipios-da-regiao-serrana-tem-de-explicar-uso-de-verbas-apos-tragedia;jsessionid=57B0730BA56B45B803218C3637F3E2AD.jvm2.

[9] Pois o número de desaparecidos não é computado pela Defesa Civil.

abordagens teórico-metodológicas sobre desastres nas ciências humanas e sociais; conhecer as histórias dos sobreviventes, após sete anos do desastre, por meio de realização de entrevistas individuais e grupais; conhecer o processo de reconstrução dos afetados e a dinâmica do novo cotidiano; e estudar os fatores psicossociais do desastre do Vale do Cuiabá.

A trajetória da história dos desastres mostra que apenas no século XX as ciências humanas e sociais começaram a ser consideradas na área dos desastres. Uma lacuna em processo de lento amadurecimento, mas que sinaliza a esperança de colocar o humano como prioridade nas ações em desastres, contrastando com o predomínio de uma visão tecnicista.

Apesar do aumento dos desastres no planeta, os estudos sobre o tema são modestos e demonstram a necessidade de publicações e pesquisas. Na área da psicologia, Alves et al (2012) analisaram a produção entre 2000 e 2010 em bibliotecas virtuais nacionais e internacionais e confirmaram que a mesma ainda é pequena, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Em outro artigo Rodrigues et al (2015) investigaram a produção científica brasileira sobre desastres tendo como referência o início do século XXI. Os resultados encontrados confirmam o quadro em que maior quantidade de produção está nas chamadas ciências duras (geociências e engenharia, por exemplo), deixando as ciências humanas e sociais com um trabalho que requer maior atenção e publicação dos estudiosos. O artigo também faz um comparativo entre publicações em periódicos nacionais e internacionais, assim como do desenvolvimento de teses e dissertações produzidas no Brasil, evidenciando um aumento a partir de 2011.

Pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ROCHA et al, 2014), identificaram que o Brasil ocupa o décimo sexto lugar entre os países que apresentam desastres como assunto principal em estudos, e que teve volume pequeno de publicações, o que contrasta com sua extensão territorial, com o número significativo de pesquisadores e com o expressivo lugar que o mesmo ocupa com publicações em Saúde Pública. Pela crescente relevância do tema desastres no Brasil, os autores recomendam mais publicações em português e espanhol e que o assunto necessita uma abordagem interdisciplinar (ROCHA, et al 2014).

Embora os dados apresentados sobre desastres pelos órgãos e publicações mencionados no texto acima mostrem o aumento da incidência dos eventos, o histórico da

produção científica sobre o tema não se desenvolve na mesma proporção, principalmente na área das ciências humanas e sociais.

Meu interesse pelo tema vem desde 2008 com a atuação como psicóloga em processos de desastres[10]. Interesse que foi intensificado a partir do trabalho realizado no desastre socioambiental ocorrido em janeiro de 2011, no Vale do Cuiabá. Uma experiência profunda e transformadora, tanto nas abordagens individuais quanto nos trabalhos com as comunidades e equipes.

Um aspecto comum aos sobreviventes de desastres é a árdua e longa luta pelo reconhecimento de seus direitos, entre eles o de moradia e o de participar das decisões primordiais sobre sua vida e a de seus familiares. Uma luta agravada por ações de órgãos públicos que geram fragmentação e confusão nas informações, onde as responsabilidades não são claras, evidenciando o jogo de *empurra - empurra* [11]. A luta e o abandono que acompanham os afetados durante os anos estão presentes no relatório de 2015 da Comissão Especial para tratar do acompanhamento e fiscalização das determinações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das chuvas do Vale do Cuiabá[12]:

> ... é evidente o fato do Poder Executivo não cumprir seu papel em prestar assistência aos afetados; existem problemas no diálogo entre os órgãos públicos e a comunidade; (...) confirma que recadastramentos das famílias ainda ocorrem mesmo cinco anos depois do ocorrido com confusões entre as instituições envolvidas; (...) denuncia que existem indenizações ainda em aberto; e que o processo sobre não cobrança de IPTU das casas destruídas não está concluído, ou seja, as famílias sem moradia continuam recebendo carnê para pagamento (PETRÓPOLIS, 2014).

---

[10] ONG Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e dos Desastres.

[11]Notícia do dia 11/01/2018. Comerciante que perdeu quatro pessoas da família em Petrópolis, RJ, relembra sete anos da tragédia de 2011. “Adalberto disse que fez um acordo com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) em 2013 e que o órgão ficou de indenizá-lo em R$ 110,5 mil pelo mercado e R$ 111 mil pela casa, mas até agora não recebeu. Ele ainda é um dos beneficiários do aluguel social e recebe R$ 500 por mês. "Tinha um patrimônio que levei 50 anos para construir e perdi em cinco minutos", disse”. “O G1 questionou o Inea para saber sobre o prazo para o pagamento da indenização de Adalberto, mas o órgão sugeriu que a respeito das indenizações, a Prefeitura de Petrópolis, deveria ser procurada. Em nota, o município disse que não tem responsabilidade sobre indenizações de moradores do Vale do Cuiabá atingidos pela chuva de 2011 e que os processos de indenização de vítimas da tragédia foram conduzidos pelo Inea. O órgão estadual foi procurado novamente e o G1 aguarda resposta sobre o impasse.” Portal G1 https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/comerciante-que-perdeu-quatro-pessoas-da-familia-em-petropolis-rj-relembra-sete-anos-da-tragedia-de-2011.ghtml. Acesso em 11/01/2018.

[12] Criada em setembro de 2011 na Câmera dos Vereadores de Petrópolis.

É a sinalização de outro grande desastre: o abandono. Um abandono que se manifesta de diferentes formas e que acompanha os afetados no cotidiano:

> Entre sobreviventes, os desalojados e os desabrigados são grupos sociais cujas relações persistentemente debilitadas com as frações do Estado se deterioram intensivamente num *tempo social*. Configuram um abandono que também pode ser visto como uma manifestação de invisibilidade social; dito de outra forma como uma espécie de *desaparecimento* das vistas do Estado ou, ainda uma evidência de sua progressiva *morte social*. (VALENCIO et al, 2011 p 29).

Considerando a invisibilidade social dos afetados diante do Estado, entendemos como relevante conhecer, além das notícias oficiais, as narrativas dos sobreviventes passados sete anos do desastre. Escolhemos realizar o percurso através do trabalho com memória por reconhecer que os afetados por desastres também são colocados em lugar de exclusão social, os sem poder, que ficam com sua história emudecida ou distorcida. (SARLO, 2007). O trabalho com memória apresenta a possibilidade de acessar e atualizar o passado através do presente.

Arjun Appadurai é um dos autores que propõe que a memória, ao mesmo tempo em que processa o dano, colabora com sua reconstrução (FERREIRA 2009). Esta possibilidade de ação dual da memória é reconhecida nesta pesquisa.

Esta pesquisa é desenvolvida no programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, que tem se destacado na trajetória de desenvolvimento de agentes de transformação psicossocial e no protagonismo na esfera interdisciplinar. Inserida na linha de pesquisa II: Psicossociologia crítica, comunidades, redes e políticas do cotidiano. Um programa com uma proposta de integração da psicologia com a sociologia, com respeito e inserção pelo saber das comunidades.

O primeiro capítulo apresenta a revisão teórica e está organizado em tópicos. Inicialmente considera as abordagens sobre desastres, com intenção de apresentar ao leitor as principais visões sobre o assunto e sua complexidade. Ainda neste tópico, o tema desastres é introduzido nas ciências humanas e sociais, inserindo a psicossociologia como elemento integrador. O segundo tópico apresenta estudos sobre memória e são introduzidas considerações sobre a memória no universo dos desastres. No último tópico, reflexões sobre desastres, memória e pertencimento.

No segundo capítulo, os procedimentos metodológicos são tratados no primeiro tópico. O seguinte é destinado ao trabalho de sistematização de dados.

O terceiro capítulo é constituído pela apresentação do campo, com informações sobre o município de Petrópolis e destaque para a região do Vale do Cuiabá e o desastre de 2011. Em seguida, a apresentação do percurso no campo.

O quarto capítulo é composto pela análise dos resultados da pesquisa, apresentados em cinco categorias de análise geradas a partir da proposta teórico-metodológica: (a) Os dois lados do Vale; (b) Memórias do desastre de janeiro de 2011 e de outros desastres no Vale do Cuiabá, com quatro subcategorias: O "Divino" presente, O Abrigo temporário da Igreja do Divino, Do Desastre ao assédio e A Oficina da Rede de Cuidados-RJ em março de 2012 no Vale do Cuiabá; (c) Abandono vivenciado: o emaranhado do poder público, esta categoria apresenta duas subcategorias: A luta pelos direitos dos sobreviventes e O condomínio Marília Cápua e as "Casinhas"; (d) "Eu era feliz e não sabia"; (e) Quem sou eu?

As considerações finais são apresentadas, na árdua tarefa de concluir uma pesquisa que descortina outro ciclo de questões para estudo.

Na presente pesquisa, entendemos que, assim como a psicossociologia nos mostra que o indivíduo não pode ser estudado sob um único ângulo com o risco de resultar em fragmentação e reducionismo (NASCIUTTI, 1996), a temática de desastres também não pode conviver com o não reconhecimento de sua complexidade, pois correrá os mesmos riscos.

CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão do referencial a partir do qual o estudo foi construído, é relevante trazer o conceito de desastre, um assunto gerador de acaloradas discussões entre os estudiosos da matéria. Em seguida, contribuições de autores sobre o estudo de memória, na busca de uma visão que atenda às exigências da complexidade do tema, com reflexões sobre memória social em situações de desastres.

1.1 OS DESASTRES E AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

A história da trajetória dos estudos sobre desastres para Robles e Medina (2008) é marcada por três fases. Desde tempos remotos, com a cosmovisão religiosa de mundo quando os desastres eram determinados e justificados pela vontade divina, predominava a aceitação e a impossibilidade de reação diante desse tipo de causa. Na segunda, fase o enfoque naturalista com uma visão racional e o recurso científico com a explicação dos desastres como naturais, centrado em desenvolver medidas prioritariamente tecnológicas de prevenção. Somente a partir do século XX, os desastres começam a ser estudados com uma compreensão psicossocial, onde suas causas são consideradas dentro do contexto vivente. O foco está nas comunidades atingidas, tem lugar o estudo multidisciplinar e as ações de intervenção e prevenção são desenvolvidas a partir de estudos de casos.

A apresentação cronológica das fases acima permite a compreensão das mudanças de paradigmas que acompanham o desenvolvimento dos estudos sobre desastres. Mas, na prática, as fases ainda estão presentes e influenciam tantos os profissionais, quanto as instituições e os que sofrem os desastres, refletindo diretamente em suas ações e reações.

Revet (2011) denuncia que ainda há a dominação de uma visão que não inclui as ciências humanas e sociais, ao contrário, prioriza o tecnicismo. É o uso da “prevenção de cima para baixo” proposta pela ONU para Redução de Riscos de Desastres, uma política que coloca o poder da ciência e da tecnologia como ponto chave para prevenção. E, evidentemente, tecnologia e ciência não podem ser a única base para garantir a prevenção. É necessária a inclusão do humano.

A autora acima citada também chama a atenção para uma visão internacional com tendência para o assistencialismo e não para ações que realmente se preocupem e modifiquem

as causas dos desastres. Neste sentido, Pinheiro (2017) aponta que os simulados de evacuação ganham mais destaque do que os estudos sobre os motivos geradores do desastre e do contexto onde o mesmo está inserido. E é desenvolvida e alimentada a visão de que é necessário e inevitável conviver com o risco.

Apesar do predomínio da visão tecnicista, as ciências humanas e sociais vêm ocupando espaço nesse meio. Com o objetivo de analisar os conceitos de desastres a partir dos campos da sociologia e da psicologia, Favero, Sarriera e Trindade (2014) aproximam conceitos de diferentes autores, evidenciando a complementariedade entre essas duas áreas para a compreensão dos desastres. Os autores mostram que a discussão de desastres na sociologia é histórica enquanto que, na psicologia[13], há necessidade de maiores debates, apesar dos avanços nos últimos anos. Entendem que para a ciência, conceitos são necessários mas que é fundamental entender e localizar os desastres dentro de seu contexto social, político e econômico. Tanto a sociologia quanto a psicologia são relevantes para a área de desastres.

A necessidade de um olhar ampliado, com flexibilidade para incluir visões diferentes de conhecimento é uma das exigências para tratar o tema desastres. Essa premissa nos aproxima da psicossociologia.

A psicossociologia é reconhecida por Maisonneuve (1977) como uma ciência de articulação, decorrente da impossibilidade tanto da sociologia quanto da psicologia, sozinhas, explicarem a integralidade do humano e suas relações. Sua esfera é de interação, zelando por uma visão que não seja reducionista: interação dos processos sociais e psíquicos ao nível das condutas concretas, interação das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana.

Maisonneuve (1977) entende que não existe supremacia de nenhuma das duas disciplinas que constituem o nome psicossociologia. A compreensão do autor é que a psicossociologia é uma ciência autônoma. E propõe que ela não se torne nem uma psicologia para sociólogos nem uma sociologia para psicólogos, concordando com outros autores como Moscovici[14]. Do encontro e por causa dos limites destas duas disciplinas, surge a psicossociologia (COSTA e MACIEL, 2009 p 63).

Ainda, sobre as possíveis articulações entre a psicologia e a sociologia, Sá (2015) evidencia que a abordagem psicossocial surgiu para atender a três exigências da realidade:

---

[13] Última nota técnica do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação da psicologia na gestão integral de riscos e de desastres: http://portal.crppr.org.br/noticia/cfp-divulga-nota-tecnica-sobre-atuacao-da-psicologia-na-gestao-integral-de-riscos-e-de-desastres.

[14] Serge Moscovici. Psicólogo social.

para adicionar a uma disciplina, ou a outra, o que lhes falta para dar conta da situação analisada; para ser complementar a ambas; ou, ainda, para constituir uma visão integral, no sentido da transdisciplinaridade.

Para melhor compreensão do processo que leva ao diálogo entre as disciplinas, recorremos a Khun (2001) que, ao desenvolver sua teoria, introduziu a dimensão histórica como fator que provoca a necessidade de mudança de paradigma. Propôs que esta mudança ocorre quando um paradigma se torna obsoleto ao não ser mais suficiente para explicar a realidade, é um sinal dos tempos. Para ele, uma ciência deve ter uma característica dinâmica e mutável.

Para lidar e estudar uma realidade tão complexa quanto desastres é necessário uma abordagem transdisciplinar. Um de seus estudiosos, o físico quântico Basarab Nicolescu (1999) propõe a seguinte definição de transdisciplinaridade:

> ... diz respeito à aquilo que *está* ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de qualquer disciplina. Seu objetivo é *a compreensão do mundo presente*, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (1999, p 46).

Segundo o autor, o termo surgiu quase ao mesmo tempo nas obras de Jean Piaget, Edgar Morin e Eric Jantsch. Ao longo de seus estudos Nicolescu aponta que no caminho para a mudança para o conhecimento transdisciplinar, ocorre também a mudança no comportamento social do sujeito que trabalha com esta proposição (NICOLESCU, 1999, p 142).

Assim, a trajetória da disciplinaridade para a transdisciplinaridade surge para atender à necessidade de responder aos diferentes níveis de percepção da realidade, pois a compreensão do mundo atual não pode ser explicada apenas por uma disciplina.

Ao entender a proposta da transdisciplinaridade em sua amplitude é possível vislumbrar o caráter revolucionário desta abordagem. Ao propor a inserção do pensamento complexo e transdisciplinar na universidade, Nicolescu (1999, p 140), acreditava que esta iria proporcionar uma evolução do conhecimento, onde a universidade seria o lugar de um novo tipo de humanismo.

1.2 DESASTRES

Um aspecto polêmico nos meios acadêmicos e institucionais são as diferentes visões sobre o conceito de desastres. Apesar de não existir consenso entre os estudiosos, é importante a clareza do referencial utilizado no presente estudo (QUARANTELLI, 2015). Selecionamos algumas definições sobre o tema, uma adotada pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SNPDC), outra empregada pela Estratégia Internacional das Nações Unidas para Redução de Desastres (UNISDR) e uma terceira utilizada por estudiosos da área de sociologia dos desastres.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (2012) define desastre como o "resultado de eventos adversos, sejam eles naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável", ressaltando que os desastres produzem danos sociais, econômicos, humanos, materiais e ambientais.

Segundo a UNISDR[15] (2017), desastre é "uma séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos", complementa a definição fazendo a relação com três fatores que contribuem para o grau de gravidade do evento: exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a perdas e danos humanos, materiais, econômicos e ambientais.

Porém, ao colocar o desastre como um evento pontual, as abordagens acima se mostram reducionistas e, numa inversão de perspectiva, desconsideram que são justamente os danos sociais, econômicos, humanos, materiais e ambientais que constroem os desastres, como apontam os estudos de La Red[16] (MASKREY, 1993).

Os desastres são identificados visando soluções pontuais para restabelecer a ordem e não com a proposta de verificar justamente o que na ordem anterior provocou o desastre (MARCHEZINI, 2009 p 49).

O sociólogo Enrico Quarantelli (2015, p 41) pondera que os desastres são fenômenos diretamente ligados às questões sociais e que a origem deles está na estrutura social ou no sistema social. O autor alerta sobre o uso de alguns termos, e defende o uso de tempo social e

---

[15] A serious disruption of the functioning of a community or a society at any scale due to hazardous events interacting with conditions of exposure, vulnerability and capacity, leading to one or more of the following: human, material, economic and environmental losses and impacts. UNISDR. Disponível em: http://www.unisdr.org/we/inform/terminology. Acesso em: 27/12/2017.

[16] La Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina

espaço social no lugar de uso de tempo cronológico e espaço geográfico, o que nos leva a mudar a forma de pensar desastres. Para o autor:

> Um desastre não é um acontecimento físico. Como dito anteriormente, trata-se de um acontecimento social. Assim, não é apropriado falar de desastres "naturais" como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades. Por exemplo, inundações, terremotos, e outros chamados de "agentes naturais" de desastres têm consequências sociais somente por causa das atividades desenvolvidas pelas comunidades, antes, durante e após o impacto de um desastre. (QUARANTELLI, 2015 p 41).

Assim, um furacão no meio do oceano, é apenas um acontecimento físico, não é um desastre, pois não há "... consequências sociais negativas" (QUARANTELLI, 2015 p 44).

Na visão da pesquisadora Norma Valencio (2011, p.21), a perspectiva é "... o entendimento do desastre como crise, em ocorrência num tempo social, isto é, num tempo não meramente o cronológico...", levando a uma reflexão do conceito como uma construção complexa, gerada por diversos fatores, que dura enquanto durar o sofrimento social. Valencio (2015) expande a compreensão dos desastres levando a um zoom do macro para o micro e deste para o macro, demonstrando a interconexão existente entre os fatores que fazem parte do processo de desastre:

> ... as conexões entre diferentes tipos de crises não se estabelecem apenas por meio de superposição de escalas geográficas, mas por intermédio dos fluxos da vida social que podem perpassar, simultaneamente, o espaço global, o nacional e o local, os quais são orientados por diferentes núcleos de poder, sujeitos, culturas, tempos sociais. Atualmente, a transversalidade dos fluxos da vida social dos grupos mais desvalidos liga uma *crise civilizatória* com a *crise crônica brasileira* e destas com as *crises agudas* dos desastres que se desenrolam nos vários municípios (VALENCIO, 2015 p 94).

Ao compreender o desastre como um processo e não apenas como um evento pontual (VALENCIO, 2015; QUARANTELLI, 2015), é possível entender que um desastre não acontece da noite para o dia; ele é construído dentro de um contexto histórico, cultural, social, político, ambiental e econômico. O que o produz, e também o alimenta, não vem de fora, não são forças externas; ele é produzido pelo próprio sistema do qual faz parte. E não se limita ao tempo cronológico do acontecimento, mas sim ao tempo social e emocional da ruptura causada pelo desastre.

É com esta compreensão de desastre que o presente estudo será desenvolvido.

1.3 MEMÓRIAS

Assim como em desastres, o estudo da memória desperta o interesse de estudiosos de diversas áreas como a psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, história, medicina, entre outras. É um tema que, por sua complexidade, também demanda trocas entre disciplinas, sendo uma delas entre a psicologia e a sociologia, como mostrado anteriormente.

Retornando ao trabalho de Celso Sá (2015), o estudo da memória social é acompanhado de grande diversidade na utilização de termos e se constitui num vasto campo que é, ao mesmo tempo, múltiplo e unificado. Existe a concordância de que a memória não tem apenas a função de trazer o vivido no passado, mas que o exercício de sua construção recebe influência do presente e de questões socioculturais.

Em suas pesquisas Sá (2015 e 2007) analisou o trabalho dos pioneiros no estudo da memória social, do sociólogo Maurice Halbwachs e do psicólogo britânico Frederic Charles Bartlett, além de inserir contribuições de outros pesquisadores ao campo da memória, entre eles Le Goff, Jedlowski, Moscovici, Abric, Jodelet, De Rosa, Rimé, Christophe e Connerton. Esta tarefa resultou em um mapeamento do estudo da memória e seus distintos conceitos, onde o autor propôs a denominação de memória social para o conjunto de todas as memórias, definindo um caráter “guarda-chuva” para o termo (Sá, 2015, p. 326). Assim, Sá dispõe dentro da memória social: memórias pessoais, memórias comuns, memórias coletivas, memórias históricas, memórias históricas orais, memórias práticas, memórias públicas e outras memórias.

Jô Gondar (2016), em seus estudos sobre memória social, entende que é impossível determinar um conceito de memória, pois a mesma implica constante transformação: “A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com a que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis” (GONDAR, 2016). Acrescenta também que nenhuma ciência pode definir memória de forma única e aponta que além de inacabado, o conceito de memória é transdisciplinar e ocupa um lugar especial nos campos de conhecimento: ele é “produzido no entrecruzamento ou nos atravessamentos entre diferentes campos de saber” (GONDAR, 2016, p 20). Para ela, a memória social tem por característica atravessar diversas disciplinas, sem que seja uniforme.

Ainda de acordo com a autora, a proposta transdisciplinar encontra seu lugar nas questões de dissensão entre as disciplinas, cuja transversalidade produz a criatividade de novas ideias: “o objeto transdisciplinar não é comum a diferentes disciplinas; ele é criado como um novo objeto, de maneira transversal, quando problemas que até então eram próprios de um campo de saber atravessam seus limites e fecundam outros” (GONDAR, 2016 p 22).

Compreender que nenhuma disciplina detém o poder de estabelecer o conceito de memória e aceitar que o mesmo é inacabado faz parte do entendimento da presente pesquisa.

O estudo do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) ganhou evidência após “Memória Coletiva” (1950), uma publicação póstuma, onde propõe que a memória coletiva é construída nas relações. Assim, ela deixa de ter apenas a dimensão individual. No entendimento do autor:

> ...a memória de um grupo (,,,) na qual se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (HALBWACHS, 2003 p 51).

Para Halbwachs (2003), o processo de reconstrução da memória é sempre do presente para o passado; e a memória é sempre construída em grupo, pois o indivíduo está constantemente na relação com seus grupos de referência, mas ao mesmo tempo é também um trabalho individual. Outra característica defendida por ele é o fato que a memória se apoia na história vivida e não somente na história aprendida, o que coloca em destaque a subjetividade nas relações estabelecidas entre os membros de uma comunidade.

O lugar da lembrança no processo da memória coletiva demonstra a conexão significativa do grupo:

> Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa.... (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Esta é uma condição para que a lembrança seja reconhecida, reconstruída e produza senso de pertencimento. Neste caso, o papel da memória contribui para a coesão social pela

força da afetividade do grupo, a comunidade afetiva, que é construída com o convívio social que as pessoas estabelecem com outras e com grupos (Halbwachs, 2003).

O sociólogo Paolo Jedlowski (2000, p.125) atualiza Halbwachs e apresenta a memória coletiva como: "... conjunto de representações do passado que um grupo produz, elabora e transmite através da interação entre seus membros", concordando com o segundo quanto ao fato de que o passado é acessado pelo presente, o que sempre introduz variáveis atuais. Além disso, não são todas as representações do passado que são memórias coletivas. Para o autor, não basta apenas ter visto ou vivido o acontecimento, pois o que torna a memória coletiva é a característica de que seus conteúdos sejam elaborados em conjunto pelo grupo, selecionando o que é relevante e significativo com os interesses e com a identidade do grupo. Para os dois autores, não existe uma única memória coletiva sobre um mesmo evento, já que cada grupo elabora a representação do passado de acordo com seus valores, o que pode colocar essas construções coletivas e o passado que ela protege em um lugar de tensão.

Pode-se refletir que o processo de construção de memórias tem um lugar importante ao contribuir para a elaboração dos acontecimentos que promovem rupturas psicossociais (como as situações de desastres) e que os resultados deste processo sejam sementes para alimentar um movimento em direção à reconstrução e projetos para o futuro. (JEDLOWSKI, 2000). As representações do passado de um grupo confirmam suas crenças e valores ao possibilitar a construção de projetos futuros, contribuir para fortalecer e dar reconhecimento ao grupo em questão.

Outro estudioso sobre memória, o sociólogo austríaco Michael Pollak (2009), concorda com Halbwachs quanto à contribuição da memória coletiva para a coesão interna de um grupo, fortalecendo, assim, sua identidade. Ela pode estar relacionada a grupos de tamanhos diferentes, como por exemplo, associações, igrejas, comunidades, famílias, nações. Para ele, memória é uma: "... operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar..." (POLLAK, 1989, p. 7). Para o autor, as lembranças também são acessadas por pontos de referência sensoriais: cheiro, barulho, cores, sensações (POLLAK, 1989), o que amplia as diversas formas de conexão com o mundo da memória.

1.4 APRISIONADOS NO TEMPO

Pollak (2009) também propõe a existência de outro tipo de memória que merece destaque. Em 1989, o autor desenvolveu um estudo sobre *Memória Subterrânea,* que para ele ocorre quando as minorias e excluídos não têm voz e as lembranças traumatizantes não conseguem lugar de escuta e ficam recolhidas, aguardando o melhor momento político e social para a expressão. Para o autor este silêncio não quer dizer esquecimento nem desistência, mas uma forma de resistir e sobreviver.

Com a contribuição de Pollak sobre Memória Subterrânea, é possível pensar que ela pode fazer parte do mundo dos atingidos por desastres: quando eles não encontram uma escuta qualificada que possibilite formas de expressão para o horror vivenciado; quando as condições externas fragmentam as relações interpessoais, ao criar situações que separam e enfraquecem um grupo, como o deslocamento forçado para regiões onde a comunidade fica distante de sua rede afetiva e de seus lugares de referência.

Assim, o passado permanece mesmo quando não se quer ou não se pode lembrar. O que significa que a memória também é um campo onde aparecem conflitos: querer ou não querer lembrar, poder ou não poder lembrar, querer e não conseguir lembrar, não querer lembrar. São situações onde o passado pode ficar comprometido e retido em sua expressão. O que pode prejudicar o presente e o futuro.

A dinâmica entre lembrar e esquecer é apresentada na prática por Sartori e Valencio (2016) quando identificam que a vivência do desastre pelos idosos requer intensa e dolorosa tarefa de revisão do passado e do presente, acompanhada pelas restrições vividas no presente e pela perspectiva de limitações com relação ao futuro. Ocupam lugar de relevância e significado: o de “guardadores da memória social”. A memória pessoal dos idosos é um dos elementos para compreender o sofrimento social dos que vivenciam desastres, demonstra uma visão diferenciada do discurso oficial e sinaliza como o meio técnico está distante da proteção dos direitos dos afetados (SARTORI E VALENCIO, 2016).

Importante colaboração para o universo do estudo da memória vem do antropólogo indiano Arjun Appadurai. Em uma entrevista concedida a Teresa Ferreira (2009), ele pontua a característica dual da memória, onde ao mesmo tempo em que ela processa o dano, facilita a reparação do mesmo. O escritor defende a ideia que os “diários da vida”, para ele representados por fotografias, álbuns, cartas, entre outros, têm a função de sempre auxiliar na

continuidade, o que ele chama de “fuga para frente”: “(...) os diários de vida comum - não os relatos burocratizados pelo Estado - tal como álbuns ou cartas ou como textos que as pessoas possuem e que constituem o seu arquivo pessoal, são sempre um mapa para poder seguir em frente” (2009, p.136). Lembrando que em casos de desastres, os “diários da vida” ficam comprometidos pois existe a perda desses objetos reconstrutores.

As colocações de Appadurai são valiosas para o presente estudo, pois ressaltam a função terapêutica do processo da memória, assim como a relevância das contribuições pessoais para a construção das memórias.

Considerando uma abordagem integrativa, Morin e Kern (2002 p 159) propõem o *pensamento do contexto*, quando o requisito é integrar o elo de inseparabilidade entre o fato e a conjuntura e entre a conjuntura e o cenário planetário. E também a ideia do *pensamento do complexo*, que funciona tanto na esfera individual quanto na coletiva, onde cada parte contém as informações do todo e o todo o conhecimento da parte (MORIN E KERN, 2002 p 37). Em outro estudo, Morin e Cyrulnik (2012, p. 17) defendem que “... o mundo exterior está em nosso interior em diálogo permanente”. A partir de contribuições desses autores, é possível pensar que a memória é constituída pelo conjunto do indivíduo e de suas relações, tendo momentos um é figura e a outra fundo, e, outros momentos, onde ocorre a dinâmica inversa.

Os estudos de Halbwachs, Pollak, Jedlowski e Appadurai apontam que o processo de trabalho com memórias é um potente instrumento de resistência à invisibilidade social, pois possibilita o fortalecimento dos vínculos comunitários e a expressão das pessoas afetadas por desastres. Respaldam a proposição de que o sentimento de pertencimento e os movimentos de reconstrução passam pela afetividade.

A partir da leitura dos autores em questão, é possível refletir sobre grandes desafios que se apresentam para a memória social em situações de desastres. Dentre eles: (I) a desconstrução abrupta dos objetos externos e da referência espacial; (II) manter a comunidade unida no presente: guardiã da lembrança; e (III) ter os direitos da comunidade reconhecidos, protegidos e efetivados, desde a moradia até a garantia de espaço para os testemunhos, que são importantes para a construção da memória social e um importante instrumento contra a invisibilidade social.

Halbwachs pondera a impossibilidade de separar mundo interno e externo, já que imprimimos nossa marca no mundo material ao nosso redor, onde os objetos são impregnados

de nossa história, trajetória familiar, relações, imagens, que produzem sensações, cheiros, lembranças. Tudo isso produz senso de pertencimento.

Dentro desta abordagem é possível compreender a resistência que os afetados têm em abandonar forçadamente sua história, casa e relações afetivas com familiares e amigos que moravam próximos (Halbwachs, 2003, p 163). Com sua história brutalmente interrompida, como estarão reconstruindo suas memórias e seus vínculos?

Em desastres é possível entender que este movimento de resistência do grupo fica comprometido quando:

(I) a comunidade é dividida com a distribuição por abrigos e/ou deslocada para lugares distantes de sua comunidade e de sua rede afetiva e social. É uma forma de comprometer a união do grupo e possíveis ações de enfrentamento coletivo da situação vivida. Este procedimento compromete uma das condições para a memória social: o grupo como instrumento dessa memória;

(II) o lugar onde vivia a comunidade é destruído, eliminando pessoas e sinais externos que contribuíam para o pertencimento, além de colaborar com a preservação da memória social;

(III) a invisibilidade social acompanha os afetados, principalmente com o passar do tempo, onde já não estão mais em evidência nas mídias televisiva e escrita.

A forma unilateral e rápida como os três pontos destacados acima ocorrem comprometem a transição equilibrada dentro de uma situação de crise, pois a continuidade da convivência do grupo e o lugar onde viviam são básicos e estruturantes diante do caos que se apresenta no desastre. Da noite para o dia perdem as referências: parentes, vizinhos, amigos, casa, documentos, fotos, praças, escolas, árvores, história da vida individual e comunitária.

Nas comunidades existem diversos tipos de ocupações do solo, caracterizando a sociedade local: os que possuem juridicamente a propriedade da terra, os que não possuem os papéis legais, mas têm direito de uso da terra, a configuração que faz um desenho de cada casa, a localização das famílias no espaço, os grupos econômicos que predominam em determinados locais, os que mantêm moradia e trabalho no mesmo local, as igrejas, etc. Cada um deles possui um espaço no solo, como sinaliza Halbwachs (2003, p. 170): "... não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. (...). É ao espaço, ao nosso

espaço (...) que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem que se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça".

O lugar da relação afetiva dos desabrigados e desalojados com o espaço externo aparece quando Halbwachs (2003, p 173) defende que para qualquer reivindicação quanto ao direito de propriedade não basta, apenas, o documento legal de propriedade, mas é necessário que haja a memória coletiva legitimando sua aplicação.

No trabalho com a memória, as pessoas que fazem parte do grupo interiorizam as sensações, as imagens, o ambiente e o estilo de viver, não necessitando do ambiente externo para lembrar e sentir, desde que o grupo esteja junto (mesmo que não seja fisicamente, mas em sintonia de sentimentos e significados), funcionando no presente como guardiões da lembrança, da estabilidade e da continuidade. Assim, o lugar possui uma representação para aquele grupo, pois está repleto de significados e sentimentos.

Para Brito e Martinez (2005), a memória, mais que uma reconstituição do passado, é construtora da realidade social e da subjetividade. Considerando que a memória engloba um passado como algo em processo contínuo de construção e um presente onde as lembranças podem implicar projetos futuros, os autores ressaltam o uso que os órgãos de poder fazem da memória como instrumento para exercer o controle social sobre o comportamento do ser humano. Este controle fica ameaçado pelo fato de que as representações do passado são difíceis de eliminar.

As representações culturais são construídas a partir de memórias, movimentam as lembranças através do tempo e são elementos para o estudo das mesmas. Esses canais de memória estão relacionados tanto com o fenômeno que produziu o desastre quanto com os impactos sociais produzidos por ele. É o que mostra o estudo de Ceballos (2015) sobre a recorrência de terremotos e desastres em uma comunidade: as expressões culturais evocam eventos traumáticos do passado de uma comunidade, que podem servir como ferramentas para relembrar, avisar e prevenir para que os danos não se repitam. Os veículos de memória contribuem para que não se esqueça de tudo o que envolve o acontecido e, assim, colaboram para a memória intergeracional.

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação é um estudo qualitativo que tem como objetivo geral analisar a memória social dos afetados do Vale do Cuiabá em relação ao desastre socioambiental de janeiro de 2011. Esta região está localizada em Itaipava, distrito de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

A escolha pela metodologia qualitativa ressoa com o universo de variáveis não quantificáveis que acompanham os desastres socioambientais. Uma opção pela tradução do universo da subjetividade, dos valores, das crenças e das motivações dos afetados: "a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposto e interpretado, em primeira instância, pelos próprios pesquisados" (MINAYO et al, 2016, p. 21).

Minha aproximação profissional anterior com o campo foi considerada como fase de observação da dinâmica local, uma etapa reconhecida e valorizada por Becker (2007) e que contribuiu para a escolha do tema da dissertação. Assim, os procedimentos metodológicos envolveram desde a fase exploratória (MINAYO, 2014, p. 171) com o conhecimento do campo, assim como as análises bibliográfica e documental.

A entrevista não diretiva foi escolhida por ser considerada uma forma menos invasiva e de profundo respeito pelo ser humano (REZOLA, 1981), quando a postura do entrevistador acompanha o fluxo, as necessidades e as possibilidades do entrevistado, através de condições básicas[17].

A partir da compreensão de que a fala é uma das formas de representação do mundo (BAUER e GASKELL, 2014 p 194) interno e externo, a análise de conteúdo qualitativa foi utilizada para compreensão das entrevistas, do diário de campo e do material da fase exploratória. Este tipo de análise também pode ser aplicado às imagens e sons (BAUER e GASKELL, 2014 p 195). Com a análise de conteúdo será possível analisar as informações, sistematizar os dados e a produção teórica. Esta técnica permite "uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material" (MINAYO, 2008, p. 308).

[17] Congruência, aceitação positiva incondicional, compreensão empática (ROGERS e ROSENBERG, 1977).

Durante o percurso do trabalho de campo foi construído o diário de campo. Desenvolvido pela pesquisadora com o registro do que foi considerado relevante para a pesquisa, tais como, reflexões, sentimentos, memórias, impressões, sensações, entre outras observações.

Como recursos auxiliares para o registro das entrevistas foram utilizados gravadores de áudio, vídeo e registro fotográfico, previamente autorizados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1).

O contato inicial com os participantes da pesquisa foi realizado através de lideranças locais, professores, associações comunitárias e religiosas. Um entrevistado indicou outros, possibilitando a rede de indicações. Antes de cada entrevista foi feita uma explicação clara sobre a pesquisa e seus respectivos objetivos e posteriormente foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cada convidado teve a liberdade de aceitar ou não o convite. O critério de seleção foi ter sido afetado diretamente pelo desastre no Vale do Cuiabá, tendo ficado desabrigado ou desalojado em virtude do desastre. Os requisitos eram idade acima de 18 anos, sem restrição de sexo, nacionalidade, escolaridade, raça, religião ou situação atual de moradia.

Os encontros para a realização das entrevistas ocorreram em diferentes espaços, de acordo com a disponibilidade e escolha dos participantes, sem requerer do entrevistado despesa com transporte e respeitado o critério de segurança e privacidade do mesmo.

Depois de realizada a etapa de defesa da dissertação será feita a devolutiva da pesquisa aos entrevistados.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil. Foi recebido para análise ética no CEP UFRJ - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aprovado com o parecer número 2.263.343. A privacidade dos participantes está assegurada e registrada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como outras garantias éticas da pesquisa.

2.2 PROCEDIMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO

Após a conclusão do trabalho de campo, foi realizada a transcrição cuidadosa das entrevistas, respeitando as pausas, interrupções, frases interrompidas, repetições, gagueiras,

silêncios e expressões corporais. Também foi devidamente considerada a forma como cada um iniciou a entrevista e a trajetória que escolheu seguir: se começou diretamente no dia do evento, antes, depois, ou em qual etapa se deteve mais tempo.

A análise de dados começou pela leitura do material das entrevistas e dos registros no diário de campo. O objetivo nesta fase foi ter uma visão ampla e geral sobre o material. Anotações sobre possíveis categorias foram realizadas enquanto fazia a leitura flutuante. Em um segundo momento, foi organizada uma seleção de trechos considerados relevantes para a pesquisa e, posteriormente, foram elencadas cinco categorias dos dados empíricos e teóricos: (1) os dois lados do Vale; (2) Memórias do desastre de janeiro e de outros desastres no Vale do Cuiabá. Nesta categoria, quatro subcategorias foram desenvolvidas: O "Divino" presente, O abrigo temporário da Igreja do Divino, Do desastre ao assédio e a Oficina da Rede de Cuidados-RJ em março de 2012 no Vale do Cuiabá; (3) Abandono vivenciado: o emaranhado do poder público. Esta categoria recebeu duas subcategorias: A luta pelo direito dos sobreviventes e O condomínio Marília Cápua e as "Casinhas"; (4) "Eu era feliz e não sabia"; e (5) Quem sou eu? O sistema de análise escolhido foi o de procedimento de exploração, priorizado por P. Henry e S. Moscovici (BARDIN, 2016), cujo quadro de análise não é determinado previamente, ocorrendo a partir do conteúdo das entrevistas.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS

3.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO: O MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, A REGIÃO DO VALE DO CUIABÁ E A TRAGÉDIA DE 2011

A região serrana do Estado do Rio de Janeiro possui um histórico preocupante com relação a desastres. Tem lugar de destaque no cenário nacional relacionado com eventos como deslizamentos, inundação, enxurrada, escorregamento, alagamento, chuvas intensas.

Petrópolis pertence à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, que também abrange os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Morais. Representa 1,8 % da área do Estado do Rio de Janeiro e 11,5% da Região Serrana. (PETRÓPOLIS, 2014).

O município está localizado no topo da Serra da Estrela, pertencente ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, a 845 metros de altitude média, com sua sede a 810 acima do nível do mar. Segundo os Decretos-Lei nº 1.056/43 e 1.255/87, o Município tem como limites: ao Norte, São José do Vale do Rio Preto; a Leste, Teresópolis, Guapimirim e Magé; ao Sul, Duque de Caxias e Miguel Pereira; e a Oeste, Paty de Alferes, Paraíba do Sul e Areal (PETRÓPOLIS, 2014).

Grande parte da municipalidade de Petrópolis está incluída dentro da Área de Proteção Ambiental[18] (APA) de Petrópolis, criada pelo decreto nº 87.561 de 12 de setembro de 1982[19] (ICMBio). O Vale do Cuiabá pertence ao distrito de Itaipava, que faz parte da APA, como é possível visualizar no mapa abaixo. Aliás, Petrópolis é uma região que, além da APA (Federal), possui em seu território, a Reserva Biológica de Araras (Estadual), a Reserva Ecológica da Alcobaça (Federal) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Federal).

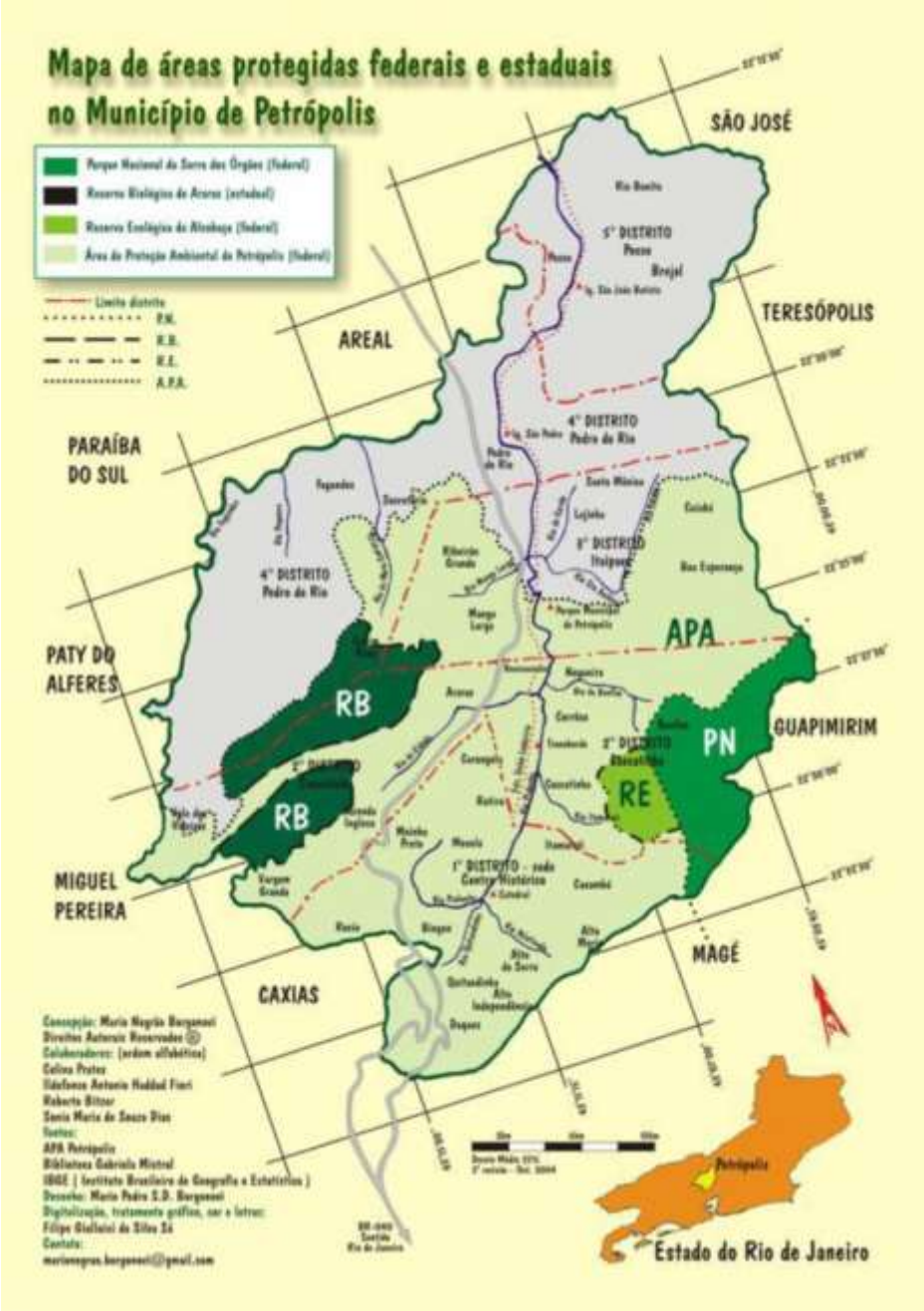
---

[18] APA é a sigla que designa o nome de uma categoria de Unidade de Conservação federal – a Área de Proteção Ambiental. Essas áreas pertencem ao grupo de UCs de uso sustentável, em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, com atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. As APAs tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Cabe ao Instituto Chico Mendes estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público. Elas podem ser federais, estaduais ou municipais. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/889-diferenca-entre-apa-e-app-nao-e-clara-para-todos-diz-artigo

[19] Plano de Manejo da APA Petrópolis. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_petropolis.pdf

Nesta pesquisa não será aprofundada esta característica da região e suas possíveis implicações para remoções.

Figura 3 - Mapa de Áreas Protegidas Federais e Estaduais do Município de Petrópolis.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Petrópolis, 2014

Petrópolis está dividido em cinco distritos: Petrópolis (sede -143 Km²), Cascatinha (274 Km²), Itaipava (121 Km²), Pedro do Rio (210 Km²) e Posse (63 Km²).

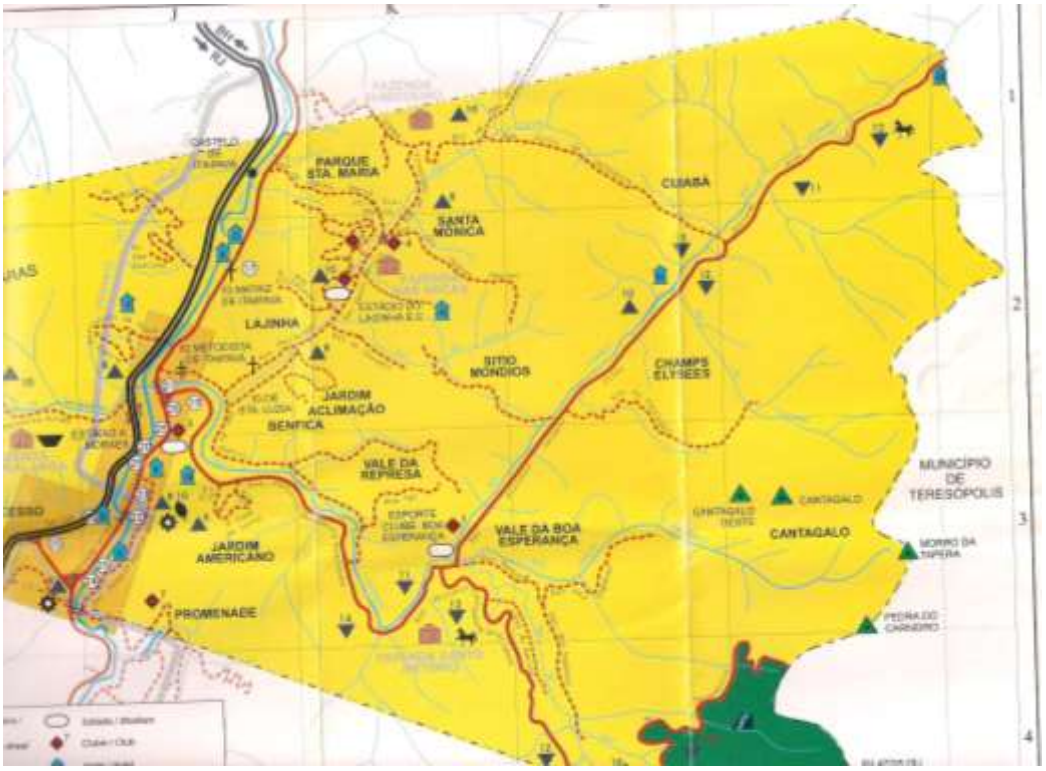
Figura 4 - Mapa do município de Petrópolis e seus distritos.

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Petrópolis, 2014.

O Vale do Cuiabá faz parte do distrito de Itaipava. O desastre afetou os bairros de Vale do Cuiabá, Gentio, Madame Machado, Laginha. Ocorreu da noite do dia 11 para a madrugada de 12 de janeiro de 2011, surpreendendo os moradores enquanto dormiam. O sistema de fornecimento de luz foi interrompido, assim como os sinais de telefones, o que dificultou a fuga pela sobrevivência e pedidos de socorro. Os moradores isolados, não tinham como saber o que estava acontecendo.

No mapa apresentado a seguir, é possível visualizar parte do distrito de Itaipava com a localização do Vale do Cuiabá. Observa-se que o final do Vale faz divisa com o município de Teresópolis.

Figura 5 - Mapa turístico do 3º distrito de Itaipava.



Fonte: Petrotur - Empresa de Turismo de Petrópolis, dezembro de 1996.

Estudos do CEPED/UFSC (2011) demonstram que o município de Petrópolis (Vale do Cuiabá) teve 50.000 afetados diretos no desastre. O mesmo estudo aponta que, após quatro meses, a maioria das organizações externas não atuava mais nos municípios atingidos, assim como o desastre já não estava mais no foco da mídia. E, também, que a população afetada ainda dependia de doações e do aluguel social[20].

Para alguns sobreviventes, a condição de depender do aluguel social permanece até os dias de hoje, com ameaça de corte ou a prática de recebimento irregular. Em 2016 a Assembleia Legislativa suspendeu um decreto o governador Luiz Fernando Pezão que suspendia o pagamento do programa de aluguel social[21] destinado às famílias que perderam suas casas em 2011.

---

[20] O Aluguel Social é um benefício assistencial de caráter temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, calamidade pública ou em razão de Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686.

[21] A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, nesta terça-feira, por aclamação, o projeto de decreto legislativo que anula o decreto do governador Luiz Fernando Pezão, que suspendia o pagamento do programa Aluguel Social. 29/11/2016. https://oglobo.globo.com/rio/alerj-aprova-decreto-que-mantem-aluguel-social-20561564#ixzz53LBFa51e.

Figura 6 - Matéria de jornal.

Vítimas da chuva sofrem com atraso nos pagamentos do aluguel social

ARTHUR VIEIRA
Redação Tribuna

Pessoas que perderam suas casas ou tiveram seus imóveis interditados pela Defesa Civil devido às chuvas que atingiram a cidade em tragédias como as de 2011 e 2013 fizeram uma manifestação no fim da tarde de ontem na Praça da Inconfidência, no centro da cidade. Os manifestantes questionam o atraso no pagamento do aluguel social, que já completou 20 dias. O benefício de até R$ 500 era para ter sido depositado na conta dos desabrigados no fim do mês de maio, seguindo um calendário que é definido pelo próprio governo do Estado. Além disso, os moradores questionam também a falta de pagamento do benefício Morar Seguro, do Instituto Estadual do Ambiente.

As famílias estão com o benefício, pago pelo Estado, atrasado há cerca de 20 dias. Contas estão apertadas

Joaquina recebe atualmente uma aposentadoria de R$ 800.

Marcos Sagatti, autônomo que lidera vários projetos

O valor de até R$ 500 é depositado por um período de

Fonte: Jornal Tribuna de Petrópolis, 17 de junho de 2016.

Completados sete anos do desastre (janeiro de 2018) a população da região serrana ainda aguarda para receber seus direitos.

A atualização dos números[22] em janeiro de 2018 demonstra a situação dos municípios:

Tabela 1 - Cidades da região serrana atingidas pelo desastre de janeiro de 2011 e moradias entregues.

CIDADE	UNIDADES CONCLUÍDAS
Nova Friburgo	2337
Petrópolis	50
Teresópolis	1600
Areal	0
Bom Jardim	208
São José do Vale do Rio Preto	10
Sumidouro	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Governo do Estado publicados pelo portal G1.com.br. Fonte: Governo do Estado. G1.com.br em 11 de janeiro de 2018.

[22] Disponível em https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/sete-anos-apos-tragedia-na-serra-do-rj-r-402-milhoes-ainda-estao-previstos-para-recuperacao-ambiental-em-2018.ghtml

De acordo com a Prefeitura de Petrópolis, atualmente, 262 vítimas das chuvas de 2011 recebem o aluguel social mensal de R$ 500, pagos pelo Estado. Há promessa de entrega de casas para 2018. Existe morador que, até hoje, aguarda, indenização do INEA[23], como o caso de Adalberto Cabral da Motta. Segundo o sobrevivente[24], em 2013 ele acordou com o órgão a indenização pela casa e pelo trabalho, os dois destruídos, mas ainda não recebeu. A imprensa buscou explicações com o INEA e este encaminhou para a Prefeitura de Petrópolis, sendo que esta informou que os processos de indenizações são conduzidos pelo INEA (portal G1.com.br, 2018). A dissolução da responsabilidade presente no desastre.

Irregularidades existem e algumas, após sete anos do desastre, estão sendo reveladas, como a registrada na matéria do jornal de janeiro de 2018, da Tribuna de Petrópolis. Esta reportagem mostra que o Ministério Público Estadual denunciou servidores do INEA por roubo de cheques destinados aos sobreviventes do desastre de 2011.

Figura 7 - Matéria de jornal.

ESPORTES

CULTURA

Tribuna DE PETRÓPOLIS

CONSELHO DE ESPORTES APROVA CRIAÇÃO DE UM RANKING DE CORREDORES.

PETRÔ REVIVE AS MATIN DE CARNAVAL PARA CRI ÇAS E ADOLESCENTES.

ACUSADOS FICARAM COM CHEQUES DE ATINGIDOS POR TRAGÉDIA

MP denuncia servidores por roubar vítimas de temporal

Fonte: Tribuna de Petrópolis, 23 de janeiro de 2018

Em 2011 e 2012 trabalhei nos sete municípios afetados pelo desastre, com períodos de permanência e ações diferenciadas. Ficou claro que, em cada um deles, o desastre teve

[23] Instituto Estadual do Ambiente

[24] https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/comerciante-que-perdeu-quatro-pessoas-da-familia-em-petropolis-rj-relembra-sete-anos-da-tragedia-de-2011.ghtml

amplitude diferente, receberam ações e atenção diferenciada dos órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal) e que os sobreviventes necessitavam que a integralidade do cuidado fosse construída a partir da demanda local e individual. O trabalho nesta pesquisa é me dedicar ao estudo da memória social do desastre do Vale do Cuiabá.

Na maioria dos municípios, principalmente nos que estavam em evidência na mídia, presenciei a grande quantidade de pesquisadores e estudantes de universidades e instituições realizando entrevistas, relatórios e cadastros. Um número crescente de solicitações, muitas vezes de forma a invadir a privacidade dos sobreviventes, fazendo com que repetissem a mesma história do terror vivenciado. Uma das situações observadas foi com relação ao cadastramento dos afetados, realizado várias vezes e por órgãos diferentes. Outro exemplo é a quantidade de entrevistas realizada com os sobreviventes, causando além de desgaste emocional com o relato da tragédia, o uso não autorizado das entrevistas em campanhas políticas. As situações acima são confirmadas pela CPI do Vale do Cuiabá e pelas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

No mestrado, durante o processo de pesquisa de campo, assumi comigo mesma o compromisso de não repetir posturas e ações que critiquei e que considero prejudicial e invasiva para as pessoas que iriam participar do estudo. Um cuidado em não cair na repetição do que tanto me indignou: explorar o sofrimento do outro como objeto de estudo (WEINTRAUB e VASCONCELLOS, 2013 p 1051).

Minha reaproximação na região se deu de forma aberta e sem ideia de como seria, nem do que iria encontrar. Não fui com cronograma fechado. Optei por deixar que o campo me guiasse em sua sabedoria.

3.2 O PERCURSO NO CAMPO

Em 2017 retomei alguns contatos no Vale do Cuiabá e recebi novas indicações de potenciais entrevistados. Para a aproximação com esses contatos, a rotina envolveu a ida até o Vale do Cuiabá, que tinha início na parte da manhã, a partir do terminal de ônibus de Itaipava. Normalmente o retorno se dava à tarde. Dias de sol e calor, outros de chuva e frio.

> A região está linda. Fiquei surpresa com a quantidade de pessoas que desde cedo partiam em direção ao Vale. E também pelos que, ao longo do trajeto, entravam no

> ônibus para descer apenas alguns pontos à frente. Bem movimentado. Todos parecem se conhecer. Cumprimentam, colocam a conversa em dia ... Olham para mim, sorrio retornando e penso: devem perceber que sou nova aqui (Diário de Campo)

Com os dias, entendi que era fácil para eles perceber quem era da região e quem era "de fora". E a curiosidade para saber o que eu estava fazendo ali.

A receptividade inicial dos moradores era de educação e não de interesse. E, na prática, a aceitação de minha proposta de pesquisa não ocorreu de forma imediata. Era mais fácil simplesmente se aproximar e conversar, mas não realizar a entrevista. Às vezes no ponto de ônibus surgia uma conversa e naturalmente traziam a história do desastre de 2011. Houve quem falasse espontaneamente sem parar, sem gravar e se comprometeu em fazer uma entrevista oficial em outro momento, o que não aconteceu. Também os que disseram sim, mas depois repensaram quando perceberam que seria doloroso lembrar a tragédia. E houve quem se sentiu mais fortalecido para fazer a conversa em grupo. Poucos foram os que concordaram prontamente.

As primeiras reações das pessoas abordadas foram receptivas (sim), mas traídas pela linguagem corporal (não). E algumas explícitas:

> *(...) desculpa, mas você é jornalista? Se for, não aguento mais. (...) Vai chegando janeiro e vem a enxurrada de jornalistas, carros de tv parando aqui.... (conversa com Paineira registrada no Diário de Campo.)*

O que compreendi de forma mais clara em outro momento.

> *... não dou mais entrevista. Falava com todos até que um dia me vi na televisão, sendo usada na campanha da pessoa para governador. E, na outra, para campanha do prefeito" (Paineira em conversa informal com pesquisadora).*

Diante das reações iniciais, cheguei a questionar se o tema escolhido para a pesquisa, iria fazer bem para os entrevistados, o que resultou em dias de ansiedade e preocupação. Em outra fase do percurso, entendi que para o grupo de sobreviventes, entrevista tem relação com jornal, televisão, cadastramento e estão cansados disso. Refleti que entrevista não seria o melhor termo para esse tipo de estudo. E, foi justamente, estudo, o termo que usei a partir desse momento. Isso gerou maior compreensão por parte dos moradores.

Os dias no Vale também me trouxeram pensamentos de Beatriz Sarlo (2007), como quando aponta que o passado existe e não pode ser dispensado, simplesmente, por decisão racional, assim como, às vezes, não pode ser evocado somente pela vontade. Em condições subjetivas, sociais e políticas normais, o passado faz parte do presente. Porém, em situações de sofrimento e violência, o passado pode ficar comprometido e ameaçar o sistema social, político e a própria subjetividade do indivíduo quando este não possui lugar e ajuda para lidar com o passado. Assim, o passado permanece mesmo quando não se quer ou não se pode lembrar, o que pertence ao processo de compreensão da memória.

Após a segunda entrevista, Arjun Appadurai me convidava a refletir sobre o trabalho com memória como instrumento que, tanto processa a devastação multidimensional sofrida, como, ao mesmo tempo, cuida da recuperação do sujeito. Um cuidado necessário na abordagem com pessoas que passaram por rupturas abruptas e não imagináveis em sua vida, como a situação de desastres. Essa é uma característica desse grupo de sobreviventes que marca um diferencial nas entrevistas, quando requer, além do procedimento ético, um cuidado especial. Assim, internamente me propus a não só colher a entrevista, mas também facilitar um fechamento da conversa com o entrevistado, a partir do material trazido por ele. Tanto nas entrevistas individuais quanto grupal. Fundamental para a delicadeza desta ação foi minha trajetória como psicóloga centrada na pessoa. (ROGERS e ROSENBERG, 1977).

A reaproximação com o Vale do Cuiabá aconteceu no tempo da comunidade. Dois meses se passaram até realizar a primeira entrevista oficial. Meses onde os motivos para não agendar foram variados: falta de tempo, “vou ver quando dá e ligo” (sem retornar), não querer falar no assunto, não querer lembrar, não aguentar mais pessoas fazendo entrevista, “me liga depois”, entre outros. Outra situação que apareceu com boa parte das pessoas com as quais fiz as tentativas de marcar a entrevista foi a condição que ela não acontecesse no final de semana, para não comprometer o lazer com essas lembranças.

O movimento das pessoas nas entrevistas foi: conversas individuais; outra conversa que era individual e, no meio, tornou-se dupla; quem não estava agendado e resolveu fazer; os que inicialmente aderiram à proposta e depois sumiram. Houve até o fato de que, quando eu já havia desistido de fazer um grupo, ele aconteceu, a partir de demanda de pessoas que haviam concordado com a entrevista individual. Acharam que seria menos doloroso se estivessem juntos para lembrar.

Nesse momento, também encontro pessoas que estão com medo de retaliação por parte das autoridades, que já sofreram na pele e agora estão cautelosas. Contam situações vividas

por elas e seus familiares e pedem para eu não contar, nem colocar no estudo. Confirmo que, do que me pedem segredo não será revelado. Como nenhum dos entrevistados optou por ter seu nome verdadeiro mencionado, seus nomes serão resguardados.

Respeitando o sigilo dos participantes, escolhi nomes de árvores, frutos e flores para identificar cada participante da pesquisa. A seleção não se deu de forma aleatória e fiz relação das características do entrevistado com o nome escolhido e, em alguns casos, escolhi espécies da região: Abacateiro, Azaleia, Cedro, Hortênsia, Ipê-amarelo, Manacá, Orquídea, Paineira, Pau-Brasil, Quaresmeira, Romã, Rosa, Sapucaia.

A emoção esteve presente em todas as narrativas, de acordo com a forma de expressão de cada um e momentos em que as palavras não conseguiam traduzir os sentimentos, dando lugar ao silêncio, ao choro ou a expressões “soltas”, aparentemente sem sentido. Apenas aparentemente.

Em todas as histórias houve um ponto comum: a convivência que tinham não existe mais, não voltará - “eu era feliz e não sabia”, foi uma expressão usada mais de uma vez.

Foram entrevistadas 13 pessoas: 6 individuais, sendo que 2 duas delas teve parte realizada em dupla; um grupo; e uma dupla. A dinâmica acompanhou o movimento e disponibilidade dos moradores. Os registros foram feitos usando uma câmera digital e um gravador. Como a primeira tinha menos autonomia de gravação e a dinâmica das entrevistas acompanhou o movimento dos moradores, houve vídeos que ficaram incompletos quando a bateria da câmera não foi suficiente. A segunda ferramenta, no caso, o gravador de áudio, mostrou-se importante para garantir, devidamente, o registro de todas as falas na íntegra. O diário de campo complementou as ferramentas de registro, acolhendo minhas observações sobre estes encontros com os moradores.

Após a realização das entrevistas entendi que boa parte dos participantes faz referência ao desastre vivenciado como “tragédia”. Por esse motivo algumas vezes uso o mesmo termo.

A seguir apresento o quadro com a sistematização de dados das entrevistas e, no próximo capítulo, trataremos da análise dos resultados.

Figura 8 - Quadro de sistematização de dados das entrevistas.

ENTREVISTADOS	IDADE	Nº DE ANOS NO VALE	TIPO DE ENTREVISTA	LOCAL MORADIA NO VALE 2011	MORADIA EM 2011	MORADIA ATUAL	MORADORES EM 2011	FICOU EM ABRIGO?	PERDAS
ABACATEIRO	82	mais de 60	Indiv /dupla	Início do Vale	A mesma atual	a mesma (obras realizadas por conta própria)	2	não	amigos+vizinhos+ trabalho+casa
SAPUCAIA	53	45	Indiv/dupla	Buraco Sapo	Destruída	proxima à anterior/ indenização governo	casal + filhos	não	amigos+vizinhos+ trabalho+casa
ORQUÍDEA	38	38	Individual	Buraco Sapo	A mesma atual	a mesma, com obras	3	não	amigos+vizinhos+ parentes+ danos casa
QUARESMEIRA	59	59	Individual	Divino	A mesma atual	a mesma (obras realizadas por patrões)	n / inf	não	amigos+vizinhos+ casa+ local de trabalho
AZALÉIA	52	52	Individual	Final do Vale	Destruída	Condomínio MC / No Divino	3	não	amigos+vizinhos+ casa e local de trabalho atingidos
CEDRO	76	mais de 60	Indiv /grupo	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	1	não	amigos+vizinhos + casa
PAINEIRA	34	34	Grupo	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	3	não	parentes + vizinhos + amigos + casa
HORTÊNSIA	48	n / inf	Grupo	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	n / inf	não	amigos+vizinhos + casa
PAU-BRASIL	30	n / inf	Grupo	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	n / inf	não	amigos+vizinhos + casa
MANACÁ	71	71	Grupo	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	2	sim	parentes + vizinhos + amigos + casa
IPÊ-AMARELO	46	46	Grupo	Final do Vale	Destruída	Condomínio MC / No Divino	6	sim	parentes + vizinhos + amigos + casa
ROSA	75	mais de 30	Dupla	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	7	sim	amigos+ vizinhos + casa + danos trabalho
ROMÃ	79	mais de 54	Dupla	Final do Vale	Destruída	Casinhas / No Divino	7	sim	amigos+ vizinhos + casa + danos trabalho

Fonte: Acervo da pesquisadora, 2017.

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 OS DOIS LADOS DO VALE

Desta categoria faz parte a história do Vale do Cuiabá marcada desde o início pela divisão.

A região do Vale do Cuiabá faz parte da área rural de Itaipava, terceiro distrito do município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O historiador Alves Netto (2010) relata que os primeiros habitantes de Itaipava foram índios e que a descoberta de objetos indígenas nos rios petropolitanos reforça a tese de que eles usaram a região em seus movimentos migratórios. Segundo Saboia (2012) eram os índios da nação Aimoré (os puris e os coroados) que habitavam a região.

De acordo com o relatório organizado por Cunha (2012), no passado os índios em busca de caça seguiam ao longo dos rios da região, sinalizando o caminho com árvores que deixavam plantadas de forma característica, como Ingás e Ameixeiras, para sinalizar o caminho de volta. Ao lado do rio Cuiabá os índios realizavam seu bivaque[25].

Sobre a origem do nome Cuiabá, Alves Netto (2010) propõe três possibilidades: sua origem indígena decorrente de Ku'i (farelo, farinha fina) + a'ba (homem), ou seja, o homem da farinha; cabaça grande que serve de cuia; e, na versão popular, o nome teria surgido devido ao fato do vale existir em formato de cuia. Já na pesquisa de Sabóia (2012), Cayoaba aparece como o primeiro nome do Vale, depois chamado de Povoado do Divino Espírito Santo e, finalmente, Cuiabá. E que, no encontro do Vale do Cayoaba com o que é hoje a serra de Teresópolis, era o lugar do encontro de escravos que fugiam das fazendas da região e também dos que vinham fugidos de Minas: o Quilombo da Tapera. Atualmente o local é habitado pelos descendentes dos escravos, que também foram atingidos pela tragédia de 2011.

O segundo grupo de habitantes era composto por famílias de imigrantes que vieram de Portugal, por volta de 1830, a partir do incentivo da província (Rio de Janeiro) para a vinda de 150 casais portugueses (SABÓIA, 2012).

---

[25] Acampamento provisório ao ar livre. Disponível em: https://www.priberam.pt/dlpo/bivaque. Acesso: 05/01/2018.

E, o terceiro grupo de moradores, veio a partir de 1932, quando chegaram as famílias da sociedade carioca para passar férias na região, os chamados veranistas, Adquiriram terras, construíram grandes fazendas e haras. No caso de haras, removeram morros e fizeram mudança no curso de rios para gerar espaços planos (SABÓIA, 2012).

A autora relata que a região ficou sem grande destaque até a descoberta de ouro no estado de Minas Gerais. O caminho do Rio de Janeiro até o estado mineiro, era longo e perigoso. Logo, perceberam uma forma de cortar caminho utilizando usado pelos escravos. Assim, construíram a variante do Caminho Novo do Ouro, construída com trabalho escravo, que, mais tarde, em 1858 recebeu o nome de Estrada União e Indústria. Com a criação deste atalho a coroa portuguesa distribuiu as seismarias[26], o que provocou o surgimento de grandes fazendas.

Grande parte dos desabrigados e desalojados trabalhava e trabalha nas fazendas, pousadas e haras da região. Uma condição geracional, iniciada por seus ancestrais, muitos sem vínculo empregatício formalizado. Parte das habitações destruídas em 2011 foram construídas de maneira informal, em terreno disponibilizado pelos patrões.

O Vale do Cuiabá é uma região que apresenta o contraste entre os moradores e trabalhadores locais com a presença dos proprietários de sítios, haras e pousadas, como citado anteriormente. Os proprietários e empresários reconstruíram rapidamente e com recursos próprios os danos causados pelo desastre. Não dependiam de nenhum órgão público, ao contrário, se anteciparam a eles em diversas ações. Este contraste foi chamado pela mídia de "os dois lados do vale".

[26] Sesmaria: Com a adoção do sistema de sesmaria, a Coroa Portuguesa pretendia cultivar as terras de sua colônia na América e povoar o novo território recém-conhecido. Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi largamente utilizada no período colonial brasileiro. Iniciada com a constituição das capitanias hereditárias em 1534, a concessão de sesmarias foi abolida apenas quando houve o processo de independência, em 1822. Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm. Acesso em: 05/01/2018.

Figura 9 - Matéria de jornal.

6 | O GLOBO | SERRA

Os dois lados do Vale

Enquanto empresários se recuperam, moradores continuam abandonados pelo poder públic

GABRIEL MENEZES
E NATASHA MAZZACARO
gabriel.meneses@oglobo.com.br
natasha.mazzacaro@oglobo.com.br

Dois anos depois da tragédia que atingiu a Região Serrana, o Vale do Cuiabá, área mais afetada pelas chuvas de janeiro de 2011 em Petrópolis, testemunha hoje um contraste: de um lado, a iniciativa privada, que conseguiu

Fonte: Jornal O Globo, 12 de janeiro de 2013.

Como relatamos anteriormente, a história desvelou que o contraste sinalizado acima é anterior ao desastre de 2011. Se observarmos este fato pela ótica da injustiça ambiental, podemos considerar que:

> A desigualdade ambiental pode manifestar-se tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos ambientais. A proteção ambiental é desigual quando a implementação de políticas ambientais - ou a omissão de tais políticas ante a ação das forças do mercado - gera riscos ambientais desproporcionais, intencionais ou não intencionais, para os mais carentes de recursos financeiros e políticos: os mais pobres, os moradores de áreas desvalorizadas e etnias marginalizadas. Se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental. (ACSERALD, MELLO E BEZERRA, 2009 p 73).

Por sua história de ocupação e condição social de grande discrepância entre os moradores da região, entende-se que a negação do direito à moradia não aconteceu apenas com o desastre, mas é um fato antigo construído pela condição sócio-político-econômica (PINHEIRO, 2014). A trajetória de ocupação na região apresenta um modo de ação patriarcal, onde o empregado sem direito acaba sempre sendo devedor de seu patrão.

A tese de Pinheiro (2014) faz referência a um diagnóstico socioambiental do Vale do Cuiabá encomendado por uma das famílias de um sítio particular que desenvolve ações

sociais na comunidade. Foi realizado em 2006 com o objetivo de construir ações comunitárias para os moradores do Vale do Cuiabá. O relatório mostra que:

I - em 2006 havia no Vale 1429 moradores, sendo 716 homens e 713 mulheres, a maioria vivendo há mais de cinco anos na região (347 pessoas), pelo menos desde 2001, o que garantia um tipo de posse em favor dos moradores e também de direitos;

II - a maior parte dos entrevistados tinha entre 07 e 21 anos (26%), 62% com ensino fundamental completo, 9% com ensino médio, 5% de analfabetos e nenhum com terceiro grau. Os moradores não identificaram ações socioambientais realizadas pelo governo, mas reconheciam projetos desenvolvidos pela igreja, como doação de alimentos e medicações, além de alfabetização de adultos, atividades culturais, mutirão de limpeza de rios, entre outros;

III - a forma estabelecida das habitações: 182 pessoas residiam em imóvel próprio (não informado se havia documentação), 178 cedido, 29 alugados e 3 ocupações. Parte das casas cedidas era fornecida por proprietários dos sítios, fazendas, condomínios e pousadas. Sendo 54% cedidas pela família Cápua, o restante era de outros proprietários veranistas: Sítio Santa Cecília, Fazenda São Joaquim, Fazenda Santa Ana, Sitio São José, Resort Quinta da Paz, Sítio Pica-pau Amarelo, Haras;

IV - a característica do tipo de trabalho na região, favorecia que toda a família fosse empregada pelos grandes proprietários: caseiro, empregada doméstica, jardinagem, trabalhos rurais.

> *(...) ele já veio pisando em cima do sofá que já tava boiando, subiu na parede, que era aquelas casa aberta por cima, só o meu quarto e o da minha mãe que eram fechados de for.. forrado, que a gente forrou pra não passar muito barulho, né? Porque onde a gente morava era cocheira de cavalo antes. Eles só transformaram em casa. (Azaleia).*

Cabe ressaltar que a situação habitacional (própria ou cedida) evidenciada no relatório acima mencionado, de 2006, foi confirmada nas entrevistas que realizei em 2017, assim como o longo tempo que os sobreviventes moravam Vale. E, também, que a forma de habitar a região se manteve através das gerações: proprietários com fazendas e sítios, empregando os moradores da região, sem vínculo empregatício, cedendo casa para eles e seus familiares.

4.2 MEMÓRIAS DO DESASTRE DE JANEIRO E DE OUTROS DESASTRES NO VALE DO CUIABÁ

Nesta categoria estão inseridas as memórias de desastres anteriores, as da tragédia de 2011 e a presença do Divino nas lembranças.

Pelas histórias dos moradores apresentadas nas entrevistas, enchentes faziam parte da vida no Vale do Cuiabá, onde a rotina era subir os móveis e aguardar a água descer:

> *Eu só acordei com a minha mãe gritando, dizendo que era pra mim levantar pra ir poder botar as coisa pra cima, né? Porque era esse, uma... a situação normal de todas as enchentes que acontecia.. Aí eu levantei e fui pra cozinha começar a colocar coisas pra cima... da mesa, por cima da pia, por cima de armário, pra... a água depois... baixava. Porque já tinha passado por duas situações dessas antes. Que foi uma em 2002, outra em 2001. (Azaleia)*

Limpar e retirar a lama das casas no dia seguinte, lavar e deixar roupas e utensílios ao sol e esperar o cheiro ruim sair das casas fazia parte do cotidiano.

> *(...)Aí quando foi 10 horas começou aquela chuva, aquela chuva, aquela chuva, eu falei: ...., tá chovendo muito, meu Deus. E essa chuva tá estranha. Não tá uma chuva normal. Aquela chuva que... ficava dando chicotada (...) ela vinha, parecia que despejava, aí cessava. Ficava um silêncio! E aquilo foi me incomodando, foi me incomodando. (...) Eu tava preocupada com o tapete. Amanhã eu vou ter que lavar o tapete que vai sujar tudo de lama. Aí foi, aquilo foi subindo. (Hortênsia)*

E, nas enchentes anteriores, a água subia devagar, o que deixava tempo para as pessoas se prepararem.

> *(...) Não, em 2011 eu não cheguei a ouvir isso porque foi muito maior! E depois, outra coisa, porque foi... de repente! Aqui, nesta área, já veio uma onda lá de cima! Agora, nas outras enchentes, que a enchente vai subindo, subindo, subindo, subindo, subindo (...) (Abacateiro).*

Os moradores tinham como hábito um avisar o outro, inclusive para os que moravam mais abaixo do final do Vale do Cuiabá.

> *(...)Aí nós começou a ch... é... a arredar as cama, arredar um monte de coisa, aí, nisso, minha cunhada que mora embaixo, ligou pra mãe dela que mora lá em cima, no Cuiabá. Aí a mãe dela, virou, falou que já podia sair todo mundo de dentro de casa porque já tava... descendo árvore, ponte e... tudo por cima da... coisa. Aí foi aquele desespero só. (Orquídea)*

Para eles a tragédia de 2011 só não foi pior, pois os moradores de cima avisaram os de baixo, enquanto ainda havia sinal de telefone. Esse hábito aparece tanto em relatos informais quanto em várias entrevistas. Como no trecho de uma fala do grupo, no final todos falam juntos concordando:

> *(...) A minha mãe tinha um costume, tipo assim, começava a chover, ela olhava pra tia…, irmã dela que morava no mesmo quintal do…, avisando: tá chovendo. Avisa o pessoal do Buraco do Sapo porque tá enchendo. Entendeu? (Paineira).*

Nas entrevistas, os moradores iniciaram suas falas a partir do dia 11 de janeiro, seguindo para a madrugada do dia 12, quando o caos chegou ao Vale do Cuiabá. Entendi que para eles o dia 11 também faz parte das memórias do desastre.

> *Na terça-feira eu tava... eu tinha médico (...) Eu fui, fiz algumas coisinhas na avenida, tava uma chuvinha meio fraca e... vim pra casa. (Paineira)*
>
> *... nesse dia eu fui dormir cedo porque eu ia levantar depois, (..) Assim, que eu deitei muito cedo porque eu tinha trabalhado muito, tinha feito a limpeza na casa, né? que eu morava junto com a minha mãe. Aí eu tinha feito a limpeza na casa e tava cansada e deitei assim, Ah vou deitar um pouquinho pra descansar. Pra quando meu irmão chegasse que ele sempre chegava de carro, o barulho do carro acordava, aí eu levantava ia jantar, tomar um banho, assim. (Azaleia)*

Apenas Abacateiro iniciou sua história pelos problemas posteriores na relação com os órgãos públicos e só no final falou sobre a madrugada de 12 de janeiro.

Assim, começaram a partir das memórias do dia 11 e a emoção crescente no relato acompanhou o passar das horas até a madrugada de 12 de janeiro.

> *Foi uma coisa assim.... De-vas-ta-dora, né, aquela noite... foi muito triste... a gente... sair de casa, com aquela coisa toda, ninguém tinha ideia do que tava acontecendo, porque nunca tinha acontecido isso aqui. Então eu nunca podia imaginar que a... isso aqui, né (Quaresmeira, 59 anos morando no Vale).*

Cenas que não imaginaram vivenciar. O impensável, difícil de colocar em palavras.

> *Aí eu pulei igual gato, porque a parede ainda ficava alta pra mim. Do telhado até a janela ainda ficava alto. Aí eu sei que eu pulei, peguei na beirada da parede e consegui passar também pra cima dessa parede mais alta. (...) E ai nisso que eu*

> *olhei pra trás que eu vi um farol, que era o farol do ônibus onde tava muita gente alojada pra não morrer, porque senão eles tinham morrido, que saíram de dentro das casas, né? (...)E foi aí que a gente conseguimos sair da onde a gente tava, pra não morrer, e... dali saímos pra fora, onde já tava enchendo também, porque a água já tava bem alta, que ela já tava... só mostrava assim, o bico de todas as casas da vila... é que mostrava... que... as casas! Já tavam todas tomadas de água quando nós conseguimos sair. Porque eu olhei pra trás. Na hora que dava o relâmpago e na hora que eu vi o farol do ônibus, eu olhei pra trás pra olhar e ai que eu vi. Tudo quase coberto, já. (Azaleia)*

Quem chega primeiro é quem está ao lado. É o que ocorre nas situações de desastres. Antes de qualquer ajuda externa, os moradores contam apenas com seus familiares e com os vizinhos.

> *Aí eu joguei o meu corpo em cima do telhado e ali mesmo eu fiquei. Passado um tempo comecei a gritar: socorro! socorro! socorro! Porque eu escutei as vozes dos meus familiares por perto. Mas, enfim, não dava mais pra ver porque já eram duas e meia da manhã, três horas da manhã, por volta desse horário. Aí eu... tinha um vizinho, de frente, que gritou: Pau-Brasil, Pau-Brasil, é você, Pau-Brasil? É você? Sou eu, sou eu! Eu perguntando quem é que estava falando comigo naquele momento. Aí era o ....., um vizinho meu que eu tenho aqui embaixo. Aí ele falou assim: Não sai daí que a gente vai jogar uma corda pra tentar te salvar. Não tenta nadar, não faz nada que a correnteza tá muito forte. (Pau-Brasil).*

E recebem o primeiro acolhimento de quem está ao lado:

> *Aí tinha um trator lá dentro que a gente até pensou em ficar em cima dele, né, achando assim: ah, trator é pesado, a água não vai... arrastou, a água arrastou o trator também lá pra baixo, quase carregou pra lugar longe e... nós... saímos, e ficamos na rua. Que aí veio um rapaz com uma lanterna... que aí tinha bastante água já do lado de fora, veio o afilhado da minha mãe com a lanterna, que escutou a gente pedindo ajuda, ele veio ajudar, (...) ele que veio e ajudou ela e eu e conseguimos sair pra rua. Foi aí que os pessoal da casa de cima, assim, acolheu a gente e deu roupa sapato, comida, pra poder a gente ficar... é... lá né, até o dia amanhecer. Terminar de amanhecer. (Azaleia)*

> *(...)Aí sem luz, sem telefone, e... quando passou a chuva e a água baixou, nós saímos de casa pra ver o, é.... socorrer pessoas e tal... só que eu não tinha ideia do que eu ia encontrar! Então era... aquela lama e... vários galhos, a gente tinha que andar assim, pulando... (Quaresmeira)*

Todos os participantes se emocionaram durante as entrevistas. Principalmente quando trouxeram imagens do horror vivenciado.

> *Quando ela chegou aqui embaixo essa... essa água, ela veio, ela pegou com mais pressão. Não sei dizer, exatamente o quanto ela tava. Não sei se ela tava com 110 ou 115 por hora. Aí ela veio arrastando tudo. E é uma coisa, assim, surreal porque*

> *o quê que aconteceu? Parecia que... conforme a água vinha, dava um redemoinho que puxava a casa e a casa... assim, do nada ela... ela tava em pé quando num piscar de... de olho as casa afundava. E ali onde eu morava, no meu terreno ficavam seis casas. E o que que acontece? Aí veio descendo, uma por uma. A gente subimos pra uma casa mais elevada, mais alta, o que que aconteceu? Ali onde eu morava, no terreno eram seis casas, veio um eucalipto de 25 metros, bateu na casa que eu tava e saiu arrastando a casa toda. Aí a gente desceu dentro dessa casa, uns dois quilômetros, aí chegou perto de uma pedra, que tinha mais a frente, a casa desmontou. Tinham 18 pessoas dentro da casa. Aí a gente continuou descendo. (Pau-Brasil).*

A relação do desastre com cenas de guerra e filme de terror fica clara no diálogo do grupo:

> *Agora... pior foi quando saiu dali, as pessoas, a gente saímos dali que aí de dia você... tava num cenário de guerra. (Ipê amarelo)*
>
> Pessoas concordam: *Isso! É! (...) Parece mais, é, filme de terror, né?*
>
> *Aqui... aquilo eu tenho até hoje na minha cabeça. (Ipê amarelo)*
>
> *É... e tu vai passando... (...)Os cavalos, né? E aquela menininha sem a (...) (Paineira)*
>
> *... a menininha! Nooossa! (Ipê amarelo)*
>
> *(...) sem a perna? (Paineira)*
>
> *[falam todos juntos, ininteligível]*
>
> *Cena de terror. (Pau-Brasil)*
>
> *Filme de terror. (Ipê amarelo)*
>
> *[falam todos juntos, ininteligível]*
>
> Pesquisadora: Isso que vocês estão falando, é comum? A imagem de um filme de terror é o que fica...
>
> *Exatamente. (Pau Brasil)*
>
> Pesquisadora: Pra todos?
>
> *É. E é todo mundo igual. (Ipê amarelo)*
>
> *É, porque eu acho que é porque, o que que acontece? (...) Até aquele momento que você lutando ali, pra sobreviver e não sei o quê, você tá pensando assim: amanhã eu vou lavar minha casa...(Paineira)*
>
> *Isso! (Ipê amarelo)*
>
> *vou tirar aquela lama, vou lavar meu sofá, vou fazer não sei,,, (Paineira)*
>
> *É. (Ipê amarelo)*
>
> *E a vida volta ao normal... (Pau-Brasil)*
>
> *Só que no outro dia não é isso. (Paineira)*

Sem desconsiderar ou diminuir o terror vivido, é importante ter outra perspectiva sobre a relação desastre-guerra pois ela pode ser usada para "... disseminar no imaginário social a concepção de que algo similar à guerra..." (VALENCIO, 2014 p 284), de uma ameaça

que vem de fora e que necessita de grandes recursos tecnológicos e de aparato militar. Além do fato de disseminar na população a fragilidade, a impotência e o desamparo.

Momentos de silêncio foram comuns nas entrevistas diante da dor da perda de parentes e amigos. E, diante de tal dor, uma questão: até onde consigo lembrar? Ou ainda, será que quero lembrar?

> *Aí chegou, assim, de manhãzinha cedo, assim... aí a cunhada da minha... a sobrinha da minha mãe tava desaparecida [se emociona]. Aí minha mãe ficou assustada, foi triste pra casa, aí, nisso, eles apareceram com o corpo dela. Lá. (...) Aí, logo depois, nós subimos lá pra cima, foi uma tristeza só, nós vimos aquilo. Eu, minha cunhada, minha sobrinha, vendo os pedaço de... corpo, né, no meio do caminho... é... vi três corpo em cima de uma... casa soterrada. Minha lembrança é essa. (...) Lembro mais nada. (Orquídea).*

Lembranças com alívio, ao encontrar os parentes vivos.

> *Só que já tava comendo o terreno da casa dele toda e... a gente viu, pela janela, isso eu lembro, pela janela do quarto da mãe dela, dela abriu a janela assim [voz embargada] e... [fala tentando conter o choro] aí deu aquele relâmpago, assim, e a gente viu a água vindo pegando todas as casas da vila, assim, passando em cima da... das casa da vila. Ela falou: Paineira, não adianta, não. Vem pra cá. Aí eu fui, fiquei perto dela [chora], aí começaram a me gritar [voz some, emocionada]... era a minha mãe [chorando], minha mãe e meu pai, meu marido e minha irmã... que eles tinham conseguido sair [choro - pausa. Respira fundo]. (Paineira)*

Todos os entrevistados se emocionaram ao falar do dia da tragédia, com manifestações através de choro, gagueira ou silêncio. Imagens, sons, gestos, cheiros foram facilitadores da memória. O fato de o desastre ter acontecido de madrugada e a energia elétrica ter sido interrompida potencializou os sentidos: nas histórias estavam presentes as sensações no corpo da água, da lama como areia movediça, lembranças dos gritos, e sons dos objetos batendo ainda estão presentes. As memórias podem ser acionadas de forma incontrolável através do corpo físico: sensações, cheiros, sabores, sons, dores. (GONDAR, 2016 p 36 e POLLAK, 2009).

> Aí realmente a água tava naquela altura toda! Falei: Gente! Não é possível a água chegando aqui! Aí começou a escutar os quebra-quebra, né, das... das coisas aí pra cima... Ia quebrando: Páaa, páaa... (...) Aquele barulho e aquele barulho vinha aproximando e aproximando... (Quaresmeira).

Gritos de socorro fazem parte dos sons da madrugada:

> Saímos do meio da lama, pulando árvore, eu não sabia como estava a situação ali. Aí, a gente passando, aí tu escutava os vizinho gritando, pedindo socorro, ajuda pelo amor de Deus. Eu falei: ..., olha só que desespero. Eles pedindo ajuda e a gente aqui nessa situação que a gente não pode nem ajudar que nós tamo precisando também. Aí falei: .... seja o que Deus quiser. (Hortênsia).

Quando a luz do amanhecer chegou, a visão do que era impossível conceber anteriormente.

> *(...) Aí, quando o dia amanheceu, eu resolvi voltar lá aonde era a minha casa. Porque eu olhei, só tinha um pedacinho do telhado aparecendo (...) Tá entendendo? O resto era tudo lama. Encheu e não desceu não. Aterrou! Ai, o que mais me chamou atenção, a vizinha que eu tinha pertinho como aqui na dona ..., ó, pouco mais do que isso. Eu vi uma... uma espécie de um boneco em cima do... o... a agua tirou as telhas e deixou os paus. Aquelas ripa ficou. Ficou só um pedacinho, ai ficou... Ela tentou subir pra lá. Ou ela ou o neto, não sei que é, que ela tinha uns netos, tinha filha, ficou... eu vi aquele bolo assim, igual um boneco em cima do pau morto. (...) Ai dali eu não tive coragem e voltei lá pro morro, sem destino! (Romã).*

Na mesma manhã do dia 12 de janeiro de 2011, fui ao Vale do Cuiabá onde ficou clara a amplitude do desastre. Fiquei impactada com a fisionomia das pessoas. As expressões no olhar, a destruição a cada curva da estrada. O acesso estava limitado e foi possível chegar apenas até onde estavam organizando os primeiros abrigos.

Durante os anos de 2011 e 2012 trabalhei nos municípios da região serrana atingidos pelo desastre de 2011. Muitos dias no Vale do Cuiabá. Desta experiência fiz reflexões que chamei de "*Diário de Bordo*". As mesmas foram publicadas e compõem os documentos da fase exploratória.

Ainda atordoados com a extensão e violência do desastre os órgãos municipais, estaduais e federais apareceram na medida em que a gravidade da situação se revelava. Os afetados, inicialmente, procuravam entender o que acontecia e somavam esforços na busca pelos desaparecidos e notícias de parentes e amigos, seja em hospitais ou necrotério. As vias de acesso ao local ficaram bloqueadas durante dias, impedindo o acesso dos moradores.

A região atingida tem como característica a reunião de classe média e baixa, a presença de grandes e tradicionais fazendas e, ainda, uma população flutuante de classe alta para veraneio em sítios, pousadas e haras. Este conjunto mobilizou, ao longo dos dias, a

presença diferenciada e numerosa de empresários, artistas, voluntários, políticos, mídia, entre outros, o que resultou na dificuldade de espaços para a comunidade se reorganizar, respeitar sua privacidade e sentimentos, realizar rituais de passagem e encontrar formas próprias de enfrentamento da situação (YOUNES-IBRAHIM, 2012).

4.2.1 O "Divino" presente

A ocorrência de algo que não é explicável através do racional leva a busca por explicações além das tradicionais. Os significados são pessoais e impregnados da cultura local. Mas independente das crenças, em cada experiência, vivências que modificaram vidas.

> *(...) a minha gravidez era de alto risco e eu tava com pedra nos rins e eu tinha ido no médico. Aí ele falou comigo que era pra mim fazer repouso absoluto (...) (Paineira, sobre sua ida ao médico no dia 11/01/11).*
>
> E depois do desastre:
>
> *Depois, (...) E aí, doutor, o exame?*
>
> *Ele falou: Minha filha, ele pediu por causa do que você me falou.*
>
> *Eu falei: ã, é.*
>
> *Aí ele falou assim: Olha, não tem mais nada aqui. O que aconteceu aqui eu não sei, mas você não tem pedra, não tem mais nada aqui, nada, nada, nada. Eu falei assim: O senhor tá falando sério?*
>
> *Ele falou? Tô. (...)*
>
> *Voltei, fui no urologista, falei com ele, ele ligou pro médico da ultrassom, o médico da ultrassom falou: Não tem mais nada. Eu não tinha mais nada! E eu era hiper... eu sou hipertensa, a minha gravidez era de risco por ser hipertensa por pedra nos rins. Depois da enchente a minha... a minha pressão 12 por 8 até ganhar a minha filha. (Paineira).*

Uma ajuda "maior" surge em diversos momentos nas histórias de cada um. Isso se constitui como uma fonte de esperança e medida recuperativa emocional e simbólica da vida daqueles afetados, que se amparam na espiritualidade como fonte de reconstrução (SARTORI e SÁ, 2018).

> *Então, eu, eu... (emocionada) Agradeço até hoje à Deus, né, por... por não ter sido pior! Agradeço a Deus a vida da minha mãe, da minha irmã e do meu irmão, que poderiam ter ido os três. E eu não sei eu teria a força, que a outras pessoas que perderam seus familiares tiveram pra continuar. (...) Então... a tragédia serviu pra fortalecer minha fé. É isso! (risos) (...)E nós temos ali a Nossa Sra das Graças, né? Que na época ela não tinha aquele vidro ali na frente. Tá lá a marca da água, né? E*

> *ela não tombou! (...) e pedi pra Nossa Senhora: Senhora, minha Nossa Senhora, eu estou bem. Mas cuida do povo que tá aí! (...) Eu pedi e assim, de certa forma, no meu entendimento, Nossa Senhora das Graças, então assim, tipo, tô amparando! (Quaresmeira).*

Após a entrevista fui procurar o lugar onde está a Nossa Senhora das Graças: no jardim de uma escola, no mesmo local do dia do desastre. Está com a marca de onde chegou a água, logo acima de suas mãos. Uma professora explicou que, na época, não tinha vidro, ele foi colocado depois. Ela ficava solta dentro da casinha de madeira e não caiu. Resíduos de terra e pedras foram mantidos.

Figura 10 - Foto da imagem de Nossa Sra. das Graças, no jardim da Comunidade Educadora Santa Terezinha, Vale do Cuiabá.

Fonte: Acervo da pesquisadora, 2017.

> É comum que pessoas que passem por experiências em emergências e desastres não consigam classificar racionalmente sua experiência e essas acabem por tomar um cunho de mistério e esoterismo. Porém, essas experiências, no mais das vezes, são fruto da natural transcendência humana e de uma espiritualidade ainda pouco compreendida e confundida com religiosidade. (SARTORI E SÁ, 2018)

A vivência do desastre de 2011 foi marcante na vida de todos. A proximidade da morte, e até hoje não conseguir entender como e por que sobreviveram, leva à busca por explicações em outro nível.

> *Aí eu continuei descendo, não movimentei braço nem perna, chegou aqui embaixo nesse sítio onde morreu os 14, eu fiquei em cima desse telhado. Aí fiquei ali, porque também já tava um pouco cansado, entendeu? Mas pedi muito a Deus que, se fosse... que se eu tivesse que partir, enfim, que eu já tinha feito a... minha promessa, tinha cumprido a minha promessa aqui na terra. Mas aí eu peguei e falei assim: Ó, seja o que Deus quiser. (Pau-Brasil).*

E no diálogo no grupo.

> *Aí, quando clareia o dia, né, que você vai e dá de cara com aquilo tudo, tu não acredita! (Hortênsia)*
>
> *Num dá pra acreditar mesmo, não. (Manacá)*
>
> *Não. E não dá pra acreditar que a gente tá vivo! (...)Quem sobreviveu é porque tinha que sobreviver (Hortênsia)*
>
> Duas mulheres concordam*: É.*
>
> *Tem uma história que eu tô fazendo aqui. (Hortênsia)*
>
> *Tem! (Paineira)*
>
> *(...) A gente ainda tem muita coisa, ainda, pra viver. Pra gente sobreviver sobre aquilo tu... e, e hoje em dia, quando passa, porque agora vai vir a época, né? De mais ver tragédia. (Hortênsia)*

É possível perceber que às vezes eles não acreditam que testemunharam todo o horror narrado e que agora são sobreviventes.

4.2.2 O Abrigo temporário[27] da Igreja do Divino

Por sua localização geográfica, mais próxima do início de onde começaram as águas, o abrigo da Igreja do Divino acolheu a maior parte da comunidade do final do Vale do Cuiabá. Ao sistematizar os dados das entrevistas da pesquisa, constatei que a maior parte dos entrevistados habitava esta parte do Vale na época do desastre. E, por este motivo, este abrigo terá espaço nesta dissertação.

> *Quando eu cheguei, todas as pessoas da vila, alguns estavam na casa dessa senhora, Margarida, né, que chamam de Guida, e outros estavam na rua esperando por socorro. (riso)(...) Aí nisso, encontrei com outra pessoa aqui, (...) E... ele falou assim: A gente vai tentar o Padre Rogério, pra ver se pode a Igreja do Divino. (...) Aí eu já mandei recado lá pra cima: Ó, avisa pro povo todo descer pro Divino! (risos) (...) E aí também a gente... eu via daqui, né? O povo descendo, quando passava aqui e via o cenário aqui de dentro eles assim, meio que não acreditavam, né, que a tragédia tinha sido geral, não tinha sido só lá em cima... (Quaresmeira).*

O que escrevo a seguir sobre o abrigo faz parte de minhas lembranças, algumas já incluídas em material publicado anteriormente.

De acordo com o fluxo dos sobreviventes, os mesmos foram distribuídos por quatro abrigos: Igreja do Divino, Igreja Wesleyana, ginásio do Boa Esperança Futebol Clube e igreja de Madame Machado. Destaco a diferença entre eles, marcada pelo abrigo do Divino onde a comunidade, inicialmente, coordenava, tendo voz tanto na organização quanto nas decisões: cuidado com a privacidade das famílias e na espera pelos desaparecidos, reconhecimento pela sabedoria dos anciãos, espaço para visita de familiares e amigos, liberdade de contribuir com habilidades pessoais, a sensação de casa através da participação direta na alimentação para os seus, atenção com segurança e necessidades especiais de crianças, mulheres, idosos e adolescentes. Situação que contrastou com a do abrigo do ginásio Boa Esperança cuja participação da comunidade foi excluída, onde as relações eram conflituosas, brigas aconteciam e a segurança ficou comprometida (YOUNES-IBRAHIM, 2012 p 298).

Na igreja do Divino, a própria comunidade iniciou o trabalho de organização do abrigo onde, no começo, teve voz nas decisões. Enquanto as lideranças comunitárias protagonizaram a coordenação, as necessidades do grupo foram acolhidas.

---

[27] Instalação para os abrigos temporários fixa: edificações públicas ou privadas adaptadas para a habitação temporária, como por exemplo: escolas, ginásios, clubes, entre outras. Secretaria de Estado de Defesa Civil. Administração para abrigos temporários. Rio de Janeiro: SEDEC - RJ, 2006.

Figura 11 - Foto do abrigo da igreja do Divino.

Fonte: Acervo da pesquisadora, janeiro de 2011.

Assim, dentro das possibilidades do espaço, procuravam respeitar geograficamente o abrigamento das famílias, delimitando a área com colchas, bancos da igreja, lençóis. Naturalmente zelavam pelas relações internamente, como também, reconheciam a importância da manutenção da rede social mantendo o abrigo aberto à visita de familiares e amigos.

Um grupo de mulheres abrigadas se responsabilizou pela alimentação dos afetados, uma nutrição que não era só física, mas também emocional onde estava presente o cuidado em preparar o alimento ao perceber que as crianças estavam com fome, a forma carinhosa de falar e servir. E, como em casa, sempre cabia mais um à mesa. Conseguiram ao mesmo tempo acolher a dor de suas perdas e cuidar com carinho dos vizinhos.

Assim, os desabrigados tinham liberdade de contribuir com suas habilidades: cozinhar, serviços elétricos e de obra, lazer para as crianças. Também existia preocupação em saber o estado de quem estava ao lado, sinalizando quem precisava de ajuda.

Mas, esta forma coletiva que encontraram para se organizar durou pouco.

4.2.3 Do desastre ao assédio

Como o desastre teve destaque nacional, autoridades municipais, estaduais e federais ocuparam espaço, juntamente com as forças armadas. Ao mesmo tempo, houve a chegada dos empresários e responsáveis pelas fazendas. A mídia do país centrou seu olhar para o desastre em foco. E, diante deste conjunto de fatores, o cenário se completou com emissoras de televisão, jornais, revistas, políticos e artistas. Voluntários, ONG's e instituições de ajuda humanitária também estiveram presentes, inclusive internacionais.

Na proporção do aumento do "assédio", diminuiu o espaço de participação da comunidade na gestão do abrigo do Divino. A presença massiva de políticos, empresários, mídia televisiva e escrita, voluntários, visitantes interferiu na convivência entre os desabrigados, na construção de rotinas, prejudicando a auto-organização do grupo, comprometendo o processo de formação de uma comunidade temporária. Esta dinâmica instalada ao redor dos desabrigados prejudicou o tempo e o espaço de cuidar da dor e de encontrar formas próprias de enfrentamento da situação. Além disso, isto comprometeu a realização dos rituais de passagem. (YOUNES-IBRAHIM, 2012: 299).

A visão dos desalojados sobre a situação dos desabrigados, na narrativa de Azaleia:

> *... não precisamos de ficar ali no Divino. Graças a Deus, porque o negócio ali também foi... triste! Quem ficou passou um sufoco. (...) Eu fico imaginando, você dormir num lugar lotado de gente, de qualquer jeito, passando frio, as pessoas chorando, é claro. Porque eu vejo contar essas história que ali no abrigo acontecia isso, as pessoas chorando, deveria ser... eu só fico imaginando quando as pessoas fala que...que tem aquele evangelho que fala que vai ficar num vale tenebroso, onde vai ter choro e ranger de dente [voz triste], eu fico imaginando essa cena com esses que ficaram ali tudo junto, junto com gente desconhecida, homem, mulher e cada um só assim, um pedaço, né, pra dormir. (...) Porque eu ia lá [funga], (...) Aí lá eu ficava olhando dentro da igreja... os lugares que cada um reservou pro seu colchão, pra suas roupa, e eu achava aquilo muito triste. A gente ter a nossa casa, é... (...) de pobre, sim, mas com banheiro separado chuveiro, você entra no banheiro tranquilinho. Agora, nesses lugar, entra no banheiro o outro já tá la catucando na... na maçaneta da porta, querendo entrar e tem gente que não espera fica [bate rápido na madeira] toc toc (Azaleia).*

A desarticulação do abrigo do Divino se deu de forma precoce para os abrigados. Ocorreu diante de grande pressão da prefeitura e do Estado, com o cruel argumento de que quem ficasse nos abrigos não teria direito a receber nada, assim como os que não fizessem acordo com os órgãos públicos, independente se concordavam com as condições impostas ou

não. Esta situação de intimidação foi confirmada em estudo de Valencio (2011 p 81-83) e na tese de Pinheiro (2014 p 186). Este meio de condução não deixa de ser uma forma de dominação, pois o que se observa é que, nesse cenário, a grande ameaça vestiu outra capa: a do controle pela insegurança (BAUMAN, 2013), outro fator de vulnerabilidade para os afetados, uma forma de controle e de dependência.

4.2.4 A Oficina da Rede de Cuidados-RJ [28]em março de 2012 no Vale do Cuiabá

Um ano e dois meses desde o início do desastre da região serrana do Rio de Janeiro, fui uma das facilitadoras da Oficina de Fortalecimento de Lideranças Comunitárias, realizada pela Rede de Cuidados-RJ no Vale do Cuiabá, em parceria com Koinonia[29].

Para a realização desta oficina houve inicialmente um grande desafio a vencer: a compreensível resistência dos atingidos pelo desastre. Estavam cansados de promessas não cumpridas; de vários cadastramentos realizados por diferentes órgãos; da falta de resposta das autoridades sobre suas moradias; de solicitações de diversos órgãos públicos, ONGs, pesquisa de universidades, etc. Com razão sentiam-se abandonados, estavam arredios, descrentes e resistentes ao contato.

O local oferecido para a oficina foi o mesmo de um dos abrigos em janeiro 2011: o salão da Igreja do Divino. O grande número de famílias e a quantidade de crianças e adolescentes presentes foi um diferencial nesta oficina[30].

A partir das histórias compartilhadas pelos participantes foi possível compreender que, além do sofrimento pela perda de parentes, amigos e dos bens materiais, eles sentiam falta da convivência comunitária, demostrada também através dos olhares, de gestos e expressões. Era como se não tivessem sido separados. Ali estava um grupo com forte vínculo afetivo, unidos apesar de forças contrárias e da separação geográfica, com espaço para expressão dos sentimentos. Uma comunidade que lembrava o conceito apresentado pelo sociólogo Ferdinand Tönnies (1957): vida em família; organização social representada por casa, aldeia e

---

[28] Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das emergências e dos desastres. ONG multiprofissional da qual a pesquisadora faz parte.
[29] ONG parceira da Rede de Cuidados na realização das oficinas.
[30] A Rede de Cuidados-RJ havia realizado oficinas em 2011 e 2012 nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo.

vila; economia baseada na herança e propriedade da terra, onde existem propriedades comuns; conhecimento transmitido entre gerações e espaço para a espiritualidade.

Uniram-se em torno de lembranças da vida comunitária. A primeira revelação: mais de um ano após o acontecido, ainda não tinham se reunido para conversar sobre o desastre.

A partir daí, outra situação se apresentou: como o desastre foi durante a madrugada, ficaram sem luz e na escuridão saíram das casas buscando sobreviver. Porém, nos dias seguintes a 12 de janeiro, as autoridades não permitiram que a comunidade voltasse à região do Vale do Cuiabá. Quando o retorno foi liberado, já não havia mais nada: as máquinas passaram e limparam o terreno, levando o que restou das casas, as lembranças e os marcos significativos da vida da comunidade. Não havia mais sinal do lugar onde viveram durante anos, desde as gerações mais antigas, desapareceu "magicamente" juntamente com os símbolos da história de cada um e de seus antepassados. Assim, há mais de um ano, eles estavam sem as imagens do que tinha acontecido, fato que prejudicou elaborar a história da destruição da comunidade.

Após esta etapa o grupo pode expressar em um desenho a "A Vila" que tanto queriam reconstruir:

Figura 12 -1 Desenho produzido com a comunidade atingida pelo desastre de 2011 na Oficina da Rede de Cuidados-RJ, no Vale do Cuiabá.

Fonte: Acervo da pesquisadora, março de 2012.

No desenho acima, os participantes da oficina puderam colocar pessoas, símbolos do que tinham, do que perderam e do que gostariam de ter na reconstrução da Vila. Como uma das sínteses da oficina, eles perceberam que precisavam estar atentos e ativos na luta por seus direitos de moradia. Organizaram-se escolhendo, entre os presentes, um pequeno grupo para acompanhar as reuniões da Associação de Moradores do Vale do Cuiabá e para conversar com uma das famílias proprietárias de terras na região, pois souberam que ela iria doar um terreno para a construção de casas para os desabrigados.

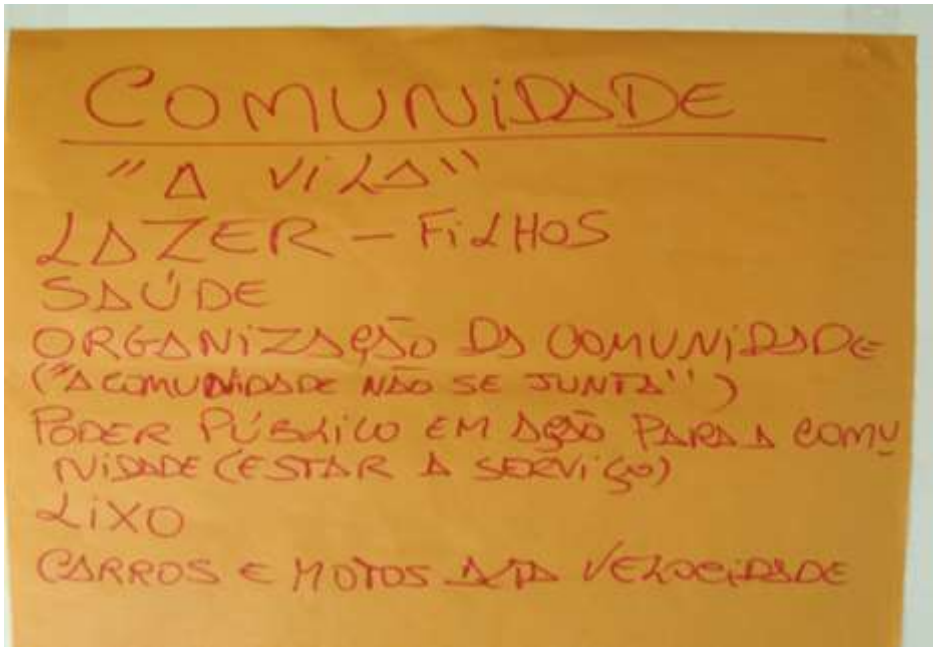
4.3 ABANDONO VIVENCIADO: O EMARANHADO DO PODER PÚBLICO

Esta categoria apresenta as memórias da ausência do poder público na região, o abandono vivido pelos afetados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Chuvas do Vale do Cuiabá, a luta pelo direito de moradia e seus desdobramentos.

As lembranças da ausência de ações do poder público na região são anteriores à tragédia. No relatório presente na pesquisa de Pinheiro (2014), a comunidade do Vale do Cuiabá sinalizava desde 2006 a ausência do poder público no local: falta de iluminação pública, calçamento precário e sem calçadas, sem telefone público, poucas moradias, ausência de casas populares, imposto exorbitante, relógio de luz desligado. Além do atendimento insatisfatório e insuficiente de saúde no Posto de Saúde da Família, falta de farmácia, inexistência de praças e áreas de lazer.

Na oficina da Rede de Cuidados-RJ em 2012, seis anos após a realização do relatório acima, o abandono do poder público continuava e foi registrado pelos participantes. Eles identificaram que precisavam que o *poder público estivesse à serviço da comunidade*.

Figura 13 -2 Desenho produzido com a comunidade atingida pelo desastre de 2011 na Oficina da Rede de Cuidados-RJ, no Vale do Cuiabá.



Fonte: Acervo da pesquisadora, março de 2012

E, nas entrevistas em 2017, a omissão do poder público anterior à tragédia está presente nas narrativas.

> *Quando a cervejaria iniciou a obra, primeira coisa que eles fizeram foi trazer pedras enormes, tipo... golder... que cada pedra, do tamanho de um Fusca vinha em um caminhão. Aqueles caminhões de pneus enormes. As pedras eram jogadas ali no terreno, depois vinha o trator e empurrava elas a... faz... estreitando o rio e aumentando o terreno. Empurrando a margem do rio mais pra dentro do rio. (...) Então, você veja, que garganta pequenininha, que tem que aguentar todo o aguaceiro que cai em toda a bacia destes rios. Tudo se concentra ali! Então fatalmente ali a água tem que subir (Abacateiro, sobre uma obra autoriza pela prefeitura e realizada anos antes da tragédia).*

4.3.1 A luta pelos direitos dos sobreviventes

Meses após o desastre socioambiental de 2011, diante dos impasses e da falta de respostas e soluções para a situação do Vale do Cuiabá, foi criada em setembro de 2011, na Câmara dos Vereadores de Petrópolis, a Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das determinações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Chuvas do Vale do Cuiabá. Os trabalhos continuaram até final de 2016. A proposta da comissão era

acompanhar as necessidades dos deslocados por desastres e promover a interlocução com governo e órgãos públicos (PETRÓPOLIS, 2013).

Esta Comissão funcionou de 2011 a 2016. Parou de vigorar após o vereador presidente ser indicado para assumir um cargo público. Durante este período recebi de amigos e da Frente Pró-Petrópolis (FPP)[31] algumas atas e informações sobre o andamento da Comissão. Até 2016 as atas da Comissão eram postadas no site da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Porém, no primeiro semestre de 2017 não estavam mais disponíveis. A partir daí, considero importante destacar a dificuldade que encontrei para ter acesso às atas, documentos que deveriam estar disponíveis para os cidadãos.

A busca pelo acesso ao conjunto das atas teve início no gabinete do ex-vereador presidente da Comissão. Fui direcionada para um funcionário do vereador suplente que assumiu a vaga na câmara dos vereadores após a saída do presidente da Comissão. Depois encaminhada para o servidor público responsável pelas comissões especiais da Câmara de Vereadores de Petrópolis. Cada novo encaminhamento em nada resultou, os responsáveis não conseguiam acesso às atas e as mesmas não foram localizadas.

A insistência com a equipe do antigo vereador resultou no envio por e-mail de apenas duas atas e a indicação de um link[32] para acessar as outras, que finalizou em "página não encontrada". E, apesar da boa vontade do funcionário da comissão especial da Câmara, ele não conseguiu localizar onde estavam as atas, mesmo reconhecendo que são documentos públicos e que deveriam ser encontrados.

Do relatório realizado pela Comissão das Chuvas do Vale do Cuiabá sobre o resultado de suas atividades no ano de 2015, destaco os seguintes pontos que sintetizam parte da realidade vivida pelos afetados de 2011:

(I) evidencia o fato do Poder Executivo não cumprir seu papel em prestar assistência aos afetados e existem problemas no diálogo entre os órgãos públicos e a comunidade;

---

[31] http://www.brasilalemanha.com.br/novo_site/noticia/cansada-de-tragedias-e-promessas-cidade-serrana-cria-frente-pro-petropolis-fpp/3164. "Quem somos Movimento reunindo 61 (sessenta e uma) entidades da sociedade civil e cidadãos de Petrópolis/RJ, cujo objetivo é a prática da Gestão Participativa definida pelo Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Inspira-nos o artigo 1º, parágrafo único, da Constituição Federal: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos ternos desta Constituição". Nada mais, porém nada menos".

[32] "Se quiser todas, desde 2011, é só pegar nesse link: http://cmp.web766.kinghost.net/index/acompanhamentocpi/atas.html"

(II) informa dados de 2015 da Secretaria de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, que mostram a existência de 814 famílias com aluguel social pelo Estado decorrente do desastre na região do Vale do Cuiabá;

(III) constata que 2015 foi um ano de poucos resultados para a região "seja na parte social (habitação, aluguéis sociais e indenizações), ambiental e infraestrutural";

(IV) confirma que recadastramentos das famílias ainda ocorrem mesmo cinco anos depois do acontecido com confusões entre as instituições envolvidas;

(V) denuncia que existem indenizações ainda em aberto; e que o processo sobre não cobrança de IPTU das casas destruídas não está concluído, ou seja, as famílias sem moradia continuam recebendo carnê para pagamento. Ainda, no mesmo relatório, consta a informação de que existem famílias que há mais de 10 anos vivem em aluguel social, devido a outros desastres anteriores relacionados às chuvas. O que confirma a morosidade e não resolutividade da questão de moradia dos sobreviventes dos desastres, o que pode favorecer outros desastres. (PETRÓPOLIS, 2015).

Após sete anos, a manchete no jornal Tribuna de Petrópolis denuncia o abandono ainda presente.

Figura 14 - Matéria de jornal.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS

CIDADE

Sete anos depois, a sensação ainda é de abandono

ROGERIO TOSTA
Redação Tribuna

Fonte: Tribuna de Petrópolis. 14 de janeiro de 2018.

A luta pela casa não envolve apenas a esfera material e econômica. Também é de ordem imaterial e subjetiva. A perda de pessoas queridas, fotos, objetos afetivos, lembranças de uma história que são referências de uma existência, abruptamente interrompida.

A questão de moradia dos afetados é tema de pesquisa de doutorado de Pinheiro (2014), onde mostra como o Estado violou direitos constitucionais na remoção da comunidade, além da inexistência de uma política de proteção e defesa civil em favor dos afetados.

A autora demonstra como o Estado e os órgãos envolvidos em ações de reconstrução no Vale do Cuiabá instalaram um Estado de Exceção[33]. Uma política que reforça as desigualdades e a ausência de direitos. Isso fica evidente com a negação de direitos básicos - como por exemplo, a moradia - e a não transparência nas ações de remoção, além de ameaças de que iriam ficar sem nada caso não aceitassem as condições impostas pelas autoridades.

> Quando aprofundamos nosso olhar para compreender a negativa ao direito à moradia para a população afetada pela chuva de 2011, no Vale do Cuiabá, Itaipava, Petrópolis, percebemos que este não fora negado depois da chuva, mas historicamente pela construção sócio-histórica da localidade, do município e também do país. (PINHEIRO, 2014 p 18).

Tal situação impediu que os afetados tivessem seus direitos reconhecidos e comprometeu sua dignidade e de seus familiares, através da negação de direitos básicos, como por exemplo, a moradia e que as necessidades dos afetados fossem escutadas, assim como a participação no planejamento do processo de reconstrução, com transparência e clareza nas informações.

Como já visto anteriormente neste trabalho, Pinheiro (2014 p 102) apresenta resultados do relatório a que teve acesso, realizado em 2006. Alguns dados complementam informações sobre a situação das moradias: estrutura fundiária no Vale do Cuiabá - 182

[33] Estado de exceção (AO 1945: excepção) é uma situação oposta ao Estado de direito, decretada pelas autoridades em situações de emergência nacional, como agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública. Caracteriza-se pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, que proporcionam a necessária eficiência na tomada de decisões para casos de proteção do Estado, já que a rapidez no processo de decidir as medidas a serem tomadas é essencial em situações emergenciais e, nesse sentido, nos regimes de governo democráticos - nos quais o poder é dividido e as decisões dependem da aprovação de uma pluralidade de agentes - a agilidade decisória fica comprometida. O Estado de Exceção é uma situação temporária de restrição de direitos e concentração de poderes que, durante sua vigência, aproxima um Estado sob regime democrático do autoritarismo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_exce%C3%A7%C3%A3o

pessoas residiam em imóvel próprio, 178 em casa construída em terra cedida, 29 aluguel e 3 ocupações.

Como exposto em outro capítulo, o desastre teve início historicamente, politicamente e socialmente antes de 11 de janeiro de 2011: “no Brasil, os episódios de tragédia socioambiental são justificativas para remover comunidades, definindo seus territórios como área de risco” (PINHEIRO, 2014 p 30). E especificamente na região do Vale do Cuiabá:

> Após as chuvas não havia capacidade de resposta desse território e desse grupo social, pois os direitos inerentes à dignidade humana continuaram a ser negados. Ao contrário, a ação do Estado do Rio de Janeiro aumentou sua vulnerabilidade, uma vez que removeu famílias de seus lugares de origem sem indenização às pequenas propriedades, indenizando benfeitorias a preços vis e negando o acesso aos direitos sociais como tratamento psicológico, retorno às práticas sociais antes praticadas (PINHEIRO, 2014).

Em fevereiro de 2014, foram entregues 24 casas construídas em um terreno doado pela família Cápua. Em parte dele a Firjan[34] construiu 24 casas (o Condomínio Marília Cápua) e, em outra parte do terreno, o Estado colocou 50 casas pré-fabricadas (“as Casinhas”, como se referem os moradores), entregues posteriormente.

De acordo com a versão oficial, a origem e construção das casas tiveram caminhos diferentes:

> As 50 casas modulares foram erguidas em uma área de 27 mil metros quadrados doada ao estado pela Organização Não Governamental Instituto da Criança. A ONG criou o projeto Nosso Cuiabá, que tinha como objetivo arrecadar fundos para reconstruir casas para famílias que perderam tudo em 2011. Com a ajuda de empresários, o grupo, que tinha como um dos líderes o presidente do Sistema Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, conseguiu construir as primeiras 24 moradias para desabrigados das chuvas na região. (PETRÓPOLIS, 2014).

Durante as entrevistas, outra versão tomou forma:

> *(...) Então, a maioria optou pela, é... espera da casa. Nesse meio tempo, esse terreno aqui era particular. Aí o... (...) Era, dos Cápua. Aquela parte ali, mais aquela parte ali de baixo. Ali os Cápua, então, doaram essa parte, né, do terreno. E o antigo dono, também, tava devendo uma... um dinheiro grande de impostos atrasados. Aí,*

[34] Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Um de seus membros tem uma propriedade na região do Vale do Cuiabá - uma das famílias do Rio de Janeiro que desde 1953 tinham a região para veraneio. (Sabóia, 2012).

> *esse pessoal da Firjan, né, que é o Eduardo Eugenio, que tem sítio aqui embaixo, eles entraram em contato com o pessoal e propuseram a eles, legalizar o terreno deles, entregava o terreno tudo legalizado, em dia, com a documentação, né, todinha em dia, eles doariam essa parte desse terreno aqui pra gente. Pra poder fazer casa pro pessoal. (...) foi aceito, porque, tanto é que nós estamos aqui. Mas o projeto seria 60 casas daquele tipo que tá ali embaixo, de alvenaria, né? Mas, não houve... não foi feito as 60 casas. Foi feito 24 casas e sobrou um dinheiro. Esse dinheiro eles compraram 50 casas pré-moldada, em Santa Catarina. Aí entrou a... é... a C Obras pra fazer o te... é... a casa, levantar a casa, né? Eles fizeram a terraplanagem, tudo certinho e a prefeitura entrou com a pavimentação. (Cedro).*

Até hoje não há clareza para a população sobre os critérios que foram usados para a seleção dos moradores com direito às casas no Condomínio Marília Cápua e nas Casinhas. Este fato foi prejudicial para o grupo de sobreviventes como veremos à frente.

Pinheiro (2014), mostra que tanto a doação do terreno, quanto a construção foram uma forma de resolver um problema de funcionários antigos, que moravam em terra cedida, sem direito de posse nem direitos trabalhistas. (PINHEIRO, 2014, p 163). O que pode explicar a rapidez no trabalho de aterrar o local.

> *(...) Eu criei a minha família toda lá. Então... e eu, de vez em qu... e pior de tudo é que o terreno é dos meus patrão. Mas eu evito de ir pra lá, porque o terreno deles é grande, eu fico mais na parte de baixo, que tem muitos cavalo, cocheira. A parte que a gente morava, que foi tudo aterrado, eles aproveitou e aterrou tudo! Fizeram aquela praça! Enorme! Sumiu! (Romã)*

Um desastre pode ser utilizado para resolver interesses anteriores a ele (WEINTRAUB e VASCONCELLOS, 2013). No caso do Vale do Cuiabá, situações trabalhistas não regularizadas, casas sem documentação legal e a “limpeza da área” (retirada dos mais vulneráveis) para que a região fique mais bonita para os “donos da terra”, pousadas e turismo. Com estratégias utilizadas que reforçaram o lugar de dependência dos afetados, como no caso do fechamento do abrigo de Divino.

Outra estratégia utilizada é a exclusão da participação dos moradores em questões que são de seu interesse. Não há escuta do grupo seja em questões referentes à reconstrução da estrutura física como pontes, opções para a próxima moradia, ou sobre não querer separar sua rede familiar e social.

> *(...) dá uma tristeza muito grande, né? Você ver... que pessoas que comandam, comandam... sem perguntar aos moradores qual é o desejo deles, o que eles precisam, quais são suas necessidades... (Abacateiro).*

> *Eu acho que eles fazem, o poder público faz uma coisa desnecessária, pra gastar o dinheiro. E deixa uma coisa necessária, pra arrecadar mais dinheiro. Entendeu? Então, meu ponto de vista é... mais ou menos isso. É.. é, eles fazem uma coisa supérflua pra arrecadar dinheiro pra fazer uma necessária. Então, isso aí a gente fica no meio desse fogo cruzado! (Sapucaia).*

Importante ressaltar que escutar o sobrevivente não está relacionado com ter "pena da vítima", mas sim com o direito que os afetados têm de fala e de uma escuta que não os mantenha nesse papel pré-determinado de vítima, que é incentivado pelas políticas públicas (WEINTRAUB e VASCONCELLOS, 2013 p 1048).

Incentivar a dependência dos sobreviventes e fragmentar as ações são consequências de governos que adotam o modelo neoliberal, quando o Estado ignora as responsabilidades que lhe cabem (como o trabalho e a eficácia dos serviços públicos). Esse modelo deixa os cidadãos órfãos da presença social do Estado, desarticula o tecido social, incentiva o aumento da violência e dos conflitos sociais, além de contribuir para a existência da indiferença, desconfiança, apatia, conformismo, medo e a rivalidade entre as pessoas. Com o discurso de políticas "comunitárias", o governo incentiva a posição de vítima, a subordinação dos pobres, debilita relações e princípios comunitários, favorecendo o assistencialismo (CARRILLO, 2014 p 14, 219).

Um exemplo da saga da população afetada na busca para encontrar escuta tomou corpo no relatório organizado por Cunha (2012), um dos afetados em 2011, nas cartas onde 37 moradores escrevem depoimentos, sugestões e pedidos urgentes de ajuda, desde a esfera municipal, passando pela estadual e pela federal, esta última na figura de ministros e da Presidente da República. No relatório expressam o que entendem como prioridades, que não é o proposto pelo poder público. Uma mobilização que custou esforço físico e emocional por parte dos sobreviventes, sem resultados.

Na leitura do relatório é possível visualizar os moradores em sua luta para conseguir moradia para suas famílias, construção de pontes, entre outras solicitações. Declaram o que precisam e contestam decisões de obras e gastos que não contemplam suas reais necessidades, como por exemplo, o parque fluvial e a ciclovia. As sugestões foram enviadas para as autoridades, em tentativa de diálogo, mas, com o tempo, os moradores ficaram cansados com a falta de respostas.

> Alguns reclamam da Prefeitura, porém, queixam-se mais, da ação do INEA, que os trata sem consideração devida, quase como se fossem criminosos, quando são apenas pessoas humildes, que lutam desesperadamente para sobreviver e ter uma vida mais digna, para si e seus filhos**.**
>
> No passado, nunca, as autoridades os impediram de construir seus imóveis, neste ou naquele lugar e mais das vezes, ainda lhes cobravam impostos. Muitos possuem seus terrenos por herança ou por compra e, portanto, não podem ser taxados de invasores, como o INEA normalmente faz, sem um mínimo de respeito pelo cidadão. (CUNHA, 2012 p 2 do anexo 9).

Os moradores registraram 47 cartas, sem contar os e-mails, requerimentos, telefonemas. Enviadas as comunicações, receberam apenas 14 respostas, mas nenhuma solução para as urgências apresentadas.

> (...) em carta à presidente Anexo junto nossa pauta de reivindicações que já foi encaminhada ao município e ao estado. Nestes longos 12 meses de muito sofrimento para nós moradores e cuja maioria dos pedidos permanece sem solução. Pedimos encarecidamente à Vossa Excelência que olhe por este povo sofrido e envie algum representante de seu governo com condições reais para acompanhar e solucionar de perto nosso sofrimento, (carta do relatório de Cunha, 2012).

Para a resolução dos problemas de habitação na região serrana do estado do Rio de Janeiro é indispensável a participação dos sobreviventes. Os desastres são entendidos como construção social de risco, suas consequências são frutos de uma escolha política e uma ideologia capitalista que geram lentidão nas soluções sociais (CASTILHO, OLIVEIRA E FABRIANI, 2012).

> *(...) Enfim... O (gagueja) relatório, por exemplo, que a gente fez pra... na época a presidente Dilma, surgiu de varias conversas em que nós nos sentimos totalmente abandonados e... e vamos que... não tinha como recorrer a ninguém porque qualquer pessoa que a gente recorresse, não dava em nada! Ficava tudo na mesma. Era perda de tempo! Ai, imaginou-se mandar uma carta e um relatório pra presidente, e isso foi feito! Essas pessoas se reuniram, cada uma escreveu uma carta, falando basicamente do seu problema em particular e... nesse grupo de pessoas, foram umas trinta e pouco tem, é... gente humilde e tem gente de dinheiro. (Abacateiro).*

É difícil falar ao vazio. Sem retorno. A realidade das exigências diárias se apresenta cobrando outras ações: comida para a família, casa para morar, retorno a um trabalho. As idas e vindas para cobrar seus próprios direitos sai caro e pode ser um caminho solitário.

> *Só no Rio eu fui 12 vezes! Tentar falar com o governador, tentar falar com o secretário, só no Rio! Manifestações nós fizemos umas 4, de grande vulto, entendeu? Caminhada, ir no Rio fazer panelaço em frente ao Palácio Guanabara, essas ações ai nós fizemos. Acam... Tentamos acampar em frente à prefeitura na época, pra sermos ouvidos e fomos ouvidos! Recebidos pelo prefeito, que falou que não tava, mas a partir do momento que ele viu que nós íamos, tinha pretensão de acampar mesmo na frente da prefeitura, ele logo apareceu, na época. Então, eu acho que essas ações, infelizmente hoje não tem mais essas ações. As pessoas não querem compromisso mais. Igual eu, resolvi tomar conta da minha vida...(Sapucaia).*

Ressentem-se de atitudes autoritárias com uma prática da gestão pública, onde as ações são "de cima para baixo" (REVET, 2011), sem a escuta dos afetados.

> *Eu... eu recebi voz de prisão! Porque eu tava indo no cemitério liberar um... um mortuário lá, pra enterrar duas famílias que não tinha onde enterrar! Um (gagueja) um PM ali, despreparado (...) ele virou pra mim e falou assim: Olha, se você for você não volta! Eu falei: Cara, o governador entra dentro da minha casa, o prefeito entra dentro da minha casa, e ele vem aqui e invade e a gente não pode sair, morador do lugar não pode sair pra resolver um problema de... de urgência? (Sapucaia).*

No diálogo entre dois entrevistados surge a imagem que o Estado tem dos sobreviventes:

> *E uma coisa que chateou a gente em 2008 com o poder público, foi o... governador vim e falar pra gente que Petrópolis era uma á... é... Vale do Cuiabá era uma área de invasores! (Sapucaia)*
>
> Pesquisadora: em 2008 ou 2011?
>
> *2008 ele falou isso! Em 2011 ele repetiu! Ele repetiu isso! (Sapucaia)*
>
> Pesquisadora: Que o Vale era uma área de invasores?
>
> *É, uma área de invasores. (Sapucaia)*
>
> *Quem que falou isso? (Abacateiro)*
>
> *O Sérgio Cabral! (Sapucaia)*
>
> *Cretino! Tá preso! (risos) (Abacateiro)*

Abro um parêntese para registrar que o desastre de janeiro de 2011 aconteceu durante a gestão do governador Sergio Cabral. E que a continuidade do desastre acompanha o período

de caos[35] político, econômico e social no Estado do Rio de Janeiro. Apesar da presente pesquisa não ter como objetivo desenvolver este aspecto existe o reconhecimento de que é um elemento a ser considerado nas análises do desastre.

O descompasso entre as políticas de defesa civil e prevenção de desastres são examinadas na tese de Capiotti (2013). Sua pesquisa tem como objetivo analisar as narrativas da experiência com o desastre de novembro de 2008 em Blumenau, SC. A análise das memórias da população com as políticas de Defesa Civil mostra a visão dos moradores com valores que contrastam com a visão racional, tecnicista e burocrática do Estado e demais órgãos, situação que, no caso estudado, desenhou modos de resistência.

A resistência e participação dos afetados em assuntos de seu interesse está mais ligada à motivações subjetivas, sociais e históricas do que à questões políticas (CORREA, 2015). A autora pesquisou a mobilização dos afetados na localidade de Córrego D'Antas (Nova Friburgo), atingida no desastre de 2011. Constatou que o evento critico provocou mudanças no bairro, entre elas, a participação dos moradores na associação e na esfera política. Assim como ocorre no Vale do Cuiabá, a autora registra o abandono do poder público.

No momento, a Associação de Moradores do Vale do Cuiabá está sem diretoria e ações.

4.3.2 O Condomínio Marília Cápua e as "Casinhas"

Como citado anteriormente, a doação da terra para a construção das novas casas aconteceu da parte de uma das famílias proprietária de uma das fazendas do Vale do Cuiabá, a família Cápua. E a construção foi realiza através da mobilização de um grupo de empresários liderados pelo presidente da Firjan, membro de outra família das fazendas da região. O governo do Estado do Rio colocou casas pré-fabricadas na outra parte deste terreno cedido, numa segunda etapa, pela Firjan (PINHEIRO, 2014, p 164 e 171).

A história da importância e reconhecimento da matriarca Marília Cápua surgiu nas entrevistas. Assim, como a mudança na relação de seus familiares com os moradores após sua morte.

[35] https://www.cartacapital.com.br/revista/947/rio-de-janeiro-mergulha-no-caos-politico-e-social

> *(...) se o povo do Cuiabá sabe ler e escrever, se o povo do Cuiabá teve assistência social, teve médico, teve dentista (...) E isso foi Dona Marília Cápua.*
> *E ela, você chegava perto dela, o... falava assim: Ô Dona Marília, eu tô precisando fazer uma casa, eu venho com a minha família. Será que eu posso fazer no terreno da senhora? Pode. Mas de tábua. Mas de tábua. Então ela deixava o pessoal construir de tábua.*
> *Quando ela... se... acometeu... que ela ficou acamada, que... o pessoal via que ela não ia voltar mais, (...) eles começaram a tirar as tábuas e começaram a levantar em alvenaria.*
> *Lá embaixo mesmo, onde que ela tinha essa fileira de casa, já tinha pessoa passando até... pelo terreno dela, dando a volta dentro do terreno dela, pra estacionar carro lá embaixo... tinha boi, va... é... boi, cavalo, porco. Galinha nem se fala, né, galo nem se fala. Então eles tava vendo, os filhos tava vendo que eles iam tomar aquilo tudo. Então os filhos cercaram o rio, os... os herdeiros dela cercaram o rio e fizeram uma entrada pro lado que não podia mais mexer neles. Eles não podiam botar eles mais pra fora. Então ficaria com uso, uso e frutos deles. (Cedro)*

Minha primeira ida aos condomínios aconteceu de forma inesperada e sem estar agendada. Não sabia ao certo a localização, somente que ficava próximo da Igreja do Divino. Fiquei surpresa com o que vi: depois de uma subida muito íngreme, no topo do morro, uma estrada estreita com cerca de tela dividindo os dois condomínios. À esquerda, casas grandes amarelas e laranjas, de dois andares, com amplo espaço entre elas e jardins, sem cercas. Depois soube que era chamado de Condomínio Marília Cápua. À direita, fileiras de casas brancas, com distância de um metro entre cada uma e outras atrás, dispostas como canteiros de plantação em encostas. Oficialmente sem nome, mas publicamente conhecidas como as "Casinhas".

Através das entrevistas soube que os moradores não têm documento de propriedade. Receberam apenas uma *autorização provisória de ocupação*. Têm a promessa de que o documento de propriedade será dado para os moradores das Casinhas em cinco anos e para os do Condomínio em 10 anos.

Apenas 4 moradores dos 13 entrevistados não residem nestas novas moradias.

Figura 15 - Foto com o condomínio Marília Cápua à esquerda e as Casinhas à direita. Vale do Cuiabá.

Fonte: Acervo da pesquisadora, novembro de 2017.

No Condomínio as casas são de dois andares, com sala, 3 quartos, cozinha, 2 banheiros, varandas, área, amplo espaço externo e distantes uma da outra.

Figura 16 - Condomínio Marília Cápua - Vale do Cuiabá.

Fonte: Acervo da pesquisadora, novembro 2017.

As Casinhas possuem sala, cozinha, dois quartos e banheiro, em uma área de 39,41 m2, colocadas lado a lado, pré-fabricadas com material onde o som passa para todos os ambientes, assim como para a parte externa da construção. Não há privacidade.

Figura 17 - As Casinhas - Vale do Cuiabá.

Fonte: Acervo da pesquisadora, novembro 2017

> Estou impactada com o que vi. As construções são muito diferentes. Como foram selecionados os moradores? Como foi feita a distribuição dos moradores? Como será a convivência entre eles? (Diário de Campo)

Com as entrevistas algumas perguntas foram respondidas. Outras permanecem até hoje. E entendi que os sobreviventes também não conhecem a verdade.

4.4 “EU ERA FELIZ E NÃO SABIA”

Esta categoria esteve presente em todas as entrevistas. Ela trata da relação e convivência dos moradores antes e depois da tragédia. Uma categoria que acionou minhas lembranças da convivência dessas pessoas na região, com quem estive quando realizei meu trabalho em 2011 e 2012.

Considero importante registrar que, durante o período que estive no campo para as entrevistas em 2017, conheci crianças que estavam na barriga de suas mães no desastre em 2011. São crianças que também tiveram a garra para sobreviver a tudo que vivenciaram e aos

riscos que correram. Lembro que após a “finalização” de uma entrevista, surgiu a apreensão da mãe: como, quando e o quê falar para a criança sobre tudo o que aconteceu, pois ela já começou a fazer perguntas sobre o assunto. E pudemos conversar sobre sua preocupação.

Os entrevistados também trouxeram a presença dos animais de estimação como parte da família e com quem se preocuparam em salvar na hora do caos do desastre. Narraram histórias que mostraram a sensibilidade dos animais ao perceber antecipadamente a chegada do perigo.

> *(...)A cachorrinha deu sinal. Por que? A cachorrinha, durante o dia, botou os filhote tudo naquela subidinha do curral. E, depois, na hora que eu tava chamando ela, a cachorrinha tava pegando os cachorrinho, os filhote, na boca, de um em um, levando lá pro barraquinho dela. (Ipê-amarelo)*

Nos relatos dos que moram no Condomínio e nas Casinhas aparece a insatisfação com as regras iniciais de não colocar cercas, o que, impossibilitava a criação de animais e possibilitava a presença de estranhos próximo de casa. Com o tempo colocaram cercas e alguns moradores têm cachorros e uma mini horta.

“Eu era feliz e não sabia” foi uma expressão usada em conversas informais e em algumas entrevistas. Uma expressão que demarcou o antes e o depois da tragédia. E que parece representar o momento que vivem. Mesmo imaginando que o perdido fica mais perfeito do que o que se tem agora, quando não existe mais, a sensação ainda é de que o antes era melhor. É uma frase que além de falar sobre como era antes, sinaliza que o presente não está bom, eles não estão felizes.

Existe pequena variação sobre este sentir, seja talvez pela idade, pela possibilidade de agora ser “proprietário” de uma casa ou como uma tentativa de dar sentido ao que aconteceu, como no relato do entrevistado Romã, satisfeito em ter uma casa que não seja a de seus patrões e porque, com a idade, é melhor ter uma casa menor.

Trago uma história que considero representar o significado da mudança na convivência do grupo. A história de como era o Natal antes e depois da tragédia. Ela surgiu quando os entrevistados procuravam explicar o que mudou na relação do grupo.

> *(...) O sentimento, a imagem que eu carrego é sempre do Natal, né? É, natal, nosso lá naquela... era todas as 32 família, era tudo do sítio, tudo empregado lá, tudo no terreno do sítio (...).*

> *Então era, na véspera de Natal e fim de ano, Natal e Ano Novo era uma verdadeira festa, tá entendendo? Tudo unido ali, cada um dava uma coisa, né? A gente, cada um dava uma coisa e formava, fazia nos fundos, tinha área grande, ali a gente faz... a gente pegava, reunia todo mundo. Ninguém dormia aquela noite! Era... era churrasco, era... muita bebida, era canjica, era milho verde, era tudo que tinha direito! Tudo ali. Muita música! Essa imagem não vai sair nunca! Aqui a gente não faz isso... (Romã).*
>
> Pesquisadora: Como é que é o Natal aqui?
>
> *Ah, Natal aqui e diferente... (Romã)*
>
> *É... calmo, cada um fica na sua casa... (Rosa)*
>
> *É, cada um, por enquanto o que eu tenho visto aí... às vezes alguns aí passa a noite tocando, cantando. O que alegra a gente aqui na época do Natal, que já tinha lá também, é a folia de reis. Quando ela não vem no natal, ela vem no fim do ano novo. Já ouviu falar em folia? (Romã) (a folia acontece por organização de um grupo de moradores de outro bairro).*

E o entrevistado tem a percepção de que o motivo da mudança na convivência veio "de cima", dos governantes, que contribuíram para a separação do grupo, a partir da instalação de casas tão diferentes.

> Pesquisadora: Agora, deixa eu fazer uma pergunta. Porque, assim, essa imagem do Natal ficou forte porque lá todo mundo se reunia, essas 32 famílias. O senhor tinha me falado que, a maioria dessas famílias está aqui, pertinho...
>
> *Tão, mas não reúne mais... (Romã)*
>
> Pesquisadora: Não reúne mais?
>
> *Não faz aquilo mais. (Romã)*
>
> *Eles mudaram! Lá embaixo eles mudaram... (Rosa, referindo-se aos moradores do Condomínio)*
>
> *Mas aí, é... é problema da enchente... a... aqui tem um problema. Aquelas casas ali foi o Gouveia Vieira que fizeram, a firma deles. Primeiro, quando a gente viemos pra aqui, que surgiu essas, eles já tavam ali um ano. Nós não tinha ônibus. Quem tinha carro, vinha bem, quem não tinha descia isso tudo a pé, aí. E aí, você sabe que vem lá de cima, na minha opi... no meu pensamento, não vem do baixo, do pobre, não. Isso vem lá do governo. (...)Aqui eles fizeram, tipo uma divisão. Porque ali as casas são apartamentos. (...) (Romã)*

A percepção dessa diferença entre o Condomínio e as "Casinhas", reforçada numa conversa com o prefeito, narrada pelo entrevistado:

> *(...) Aí o pessoal ali debaixo, também, fez uma faixa ali, que eles já moravam 1 ano ali, uma faixa grande, (...) botou "seja bem-vindo!". (...) Achei muito bonito! Mas isso foi só na faixa. Porque eles mora em casas melhor... O prefeito disse pra nós aqui, que aquela... o dinheiro que gastou naquela dali, fazia mais 50 dessa. Seria menos... mais inferior e dava pra mais gente. E aí, o pessoal tira proveito disso. Porque tem uns que tem carro. Aqui também tem. E... a... a gente não se une muito, não. Os de cima são unido. (Romã)*

Quase todos os moradores do Condomínio e das Casinhas eram vizinhos no final do Vale do Cuiabá.

> *Minha filha, infelizmente, sentimento que eu posso te falar é o seguinte: Eu era feliz lá em cima e não sabia. (...) É... eu era feliz lá em cima, é... embora não fosse meu mas a gente era muito feliz lá em cima. Então nós perdemos a... como é que se diz... como se fosse perder um filho. Ali era todo mundo agregado. (...) A família toda. E os vizinhos que moravam era como fosse, é, parente mesmo da gente. (...) Então é... o sentimento é fora de série, menina. Lá era uma família mesmo, todo mundo. Embora as 74 casas que tão aqui em cima, tem só dois morador que não era daqui do ponto final... né? (...) Então é só essas duas casas, né? O resto, tudinho é daqui do Vale do Cuiabá mesmo. (Cedro)*
>
> Pesquisadora: Mas a convivência tá diferente, né?
>
> *Completamente diferente. Completamente diferente. (Cedro)*
>
> Pesquisadora: O que que mudou?
>
> *É que eu não... aí é que tá, minha filha. Você... você tá, é... como se diz, cercada de amigos e não tem um amigo. O negócio é esse. (Cedro)*

E, agora, de um lado o Condomínio e, do outro, as Casinhas. Os dois lados do Vale com outros atores.

> *(...) No início, no início é... havia um cer... uma certa... implicância, né? Que... ali é... até na época mesmo, que eles não queriam que viesse pra cá, porque aqui é... a gente ia ser favelado. (...) Que ia ser favelado, aquele negócio todo... e... falando português claro (...) ali embaixo tão 24 casas ali. Se tinha 3 casas ali que tinha terreno, que era proprietário do terreno, tem muito. Né? O resto tudo morava em... parte da Dona Marília Cápua, terreno da Dona Marília Cápua. Ela quando era viva, conheci muito, frequentei, nós tinha um diálogo muito bom, eu conversava muito com ela, a pessoa chegava... a... ela era boníssima. (Cedro)*

O sentimento de que houve mudança na forma dos habitantes se relacionarem está presente também em quem foi afetado e não mora nem no Condomínio nem nas Casinhas.

> *(...) Acho que as pessoas eram ma... Mas a questão também foi... A gente pode tá sentindo isso (...) da família. Que a família foi dividida! E você não tem mais aquele pessoal... o seu vizinho não é seu irmão, entendeu? (Sapucaia)*

A mudança na convivência aparece em todos os relatos mas ganha força na fala dos moradores das novas casas. Um dos motivos foi a falta de clareza sobre os critérios de distribuição das casas, gerando desconfiança entre os moradores. Os arranjos realizados pelos donos da terra e os órgãos do governo não são de conhecimento público. Os moradores não

entendem como quem não era proprietário ganhou casa, quem era proprietário não ganhou ou ganhou a casa menor. O critério das cores[36] das áreas demarcadas também não esclarece, pois, além de discordarem da forma como foi feito, existe quem estava na área verde e recebeu casa.

A situação colocada pelos entrevistados é: todos se conhecem mas parecem estranhos. Atualmente, existem roubos e drogas no local. Por mais de uma vez fui avisada para não deixar minha bolsa próxima de uma janela, nem distante de meus olhos. Trancas em portas e janelas foram inseridas no conviver. Realidade que não ocorria na comunidade antes da tragédia.

Após realizar a leitura flutuante das entrevistas uma palavra apareceu várias vezes em minha mente: AFETO. E a consequente pergunta: o que aconteceu com as relações neste grupo sete anos após a tragédia? Com a união, com o afeto?

4.5 QUEM SOU EU?

Esta categoria abarca situações do dia-a-dia dos sobreviventes da tragédia. Trata também de como eles se vêm e de como percebem que os outros os vêm. E, principalmente, "quem sou eu" após tudo o que aconteceu?

Durante a pesquisa no campo e o início do processo de escrita da dissertação esteve presente a questão de como me referir aos que sofreram o desastre: atingidos, afetados ou sobreviventes?

O termo *afetado* é o mais usual e é usado por diferentes órgãos tendo como definição, pessoas que foram atingidas ou prejudicadas por desastres. (BRASIL, 2014, p. 41); pessoas que são afetadas, direta ou indiretamente, por um evento perigoso (UNISDR, 2017). É o termo usado na área técnica. Existe uma variação de uso nos movimentos sociais, onde são usadas as palavras *vítimas ou atingidos*. Na esfera religiosa encontra-se o uso da palavra *sofredor* (VARGAS, 2013).

Ainda reflito sobre os termos. Na redação desta dissertação em alguns momentos uso afetado ou atingido. Mas após escutar como os participantes da entrevista se sentem, minha

[36] Utilizado pela defesa civil para demarcar as casas que os moradores podem voltar a habitar (verdes), as que precisam ser demolidas (vermelhas).

percepção foi que eles se reconhecem como *sobreviventes*. Motivo pelo qual também faço uso desta palavra.

Mas além do questionamento sobre como denominá-los entendi que, de forma não verbal, trouxeram nas entrevistas uma pergunta a ser um dia respondida por cada um: quem sou eu, agora?

> *(...) era estranhíssimo, porque funcionário da prefeitura anotava todos os dados, fazia um monte de perguntas e mandava voltar outro dia, oito dias depois, nove dias... dez dias depois. Pessoas voltavam, a mesma funcionária ficava procurando onde estava a documentação da pessoa. Ah, mas o senhor não se registrou aqui. [risos] Imagina você o desespero dessas pessoas que tavam precisando de alguma ajuda, que tinham estado lá e que não, segundo a funcionária, na realidade eles não tinham estado! Na primeira entrevista muito, muitos deles a...[gagueja] a funcionaria pedia: me dá a sua carteira de identidade. E a pessoa dizia: não tenho, perdi na enchente. Ah, então não pode fazer o registo. (Abacateiro).*

Sofrendo com perdas objetivas e simbólicas.

> ...desabrigados e desalojados devem ser considerados, levando-se em conta também seus sentimentos de desenraizamento e desterritorialização, a partir da perda e deslocamento de suas residências. Isto inclui não somente a perda concreta, objetiva e material após um desastre, mas ainda a perda simbólica, possibilitando a abertura de um campo ainda mais vulnerável a uma série de outros riscos associados" (SOUZA E LOUREIRO, 2014).

Pela mídia acompanhamos como a população é solidária com os sobreviventes com doações, orações. Mas existe outro lado, o lado do preconceito, que não fica evidente.

Na entrevista em grupo realizada com os sobreviventes, o delicado e sofrido tema do preconceito surgiu. Contaram como foram tratados na época e, ainda hoje, como a situação aparece na forma de brincadeiras e palavras. Transcrevo a seguir um diálogo do grupo que mostra como o assunto mobilizou os participantes e trouxe lembranças que puderam ser traduzidas em palavras. Lembro que Manacá é a pessoa que foi ao grupo somente para acompanhar uma moradora e não queria participar. No decorrer do trabalho sua postura mudou e, de calada e observadora, sentiu-se bem para compartilhar sua vivência.

> *(...) eu não sei eles aqui mas, depois de umas situações que eu vivi, era meio receoso falar que tu era da enchente, porque tinha um certo preconceito em alguns lugares pra uma pessoa da enchente. (Paineira)*
>
> *Isso eu senti, isso. Muito! (Pau-Brasil)*
>
> *É. (Cedro)*

[as pessoas falam juntas, concordando] (...)

Pesquisadora: E vocês tavam falando de... é, que quem passou por essa tragédia, sofre preconceito. Todo mundo aqui sentiu?

MULHER: Sofreu.

Pesquisadora: Sofreu?

[falam junto: Sim. Sofreu.] (...)

Não, ah, hoje em dia eu acho que não... na época sim... (Ipê-amarelo)

Eu, eu... pra mim, eu sofro até hoje. (Hortênsia)

Pra mim também! Se falar que é...(Paineira)

... porque... porque... você fala assim: Ah, é... é nas casinhas. Ah! É no morrão? Ah, é não sei aonde? (Hortênsia)

É, é aqui. (Paineira)

Ah, vocês moram no... vocês moram no pombal? (Hortênsia)

Nos desabrigados [risos] (Paineira)

[falam todos juntos]

Pesquisadora: Então, é, assim, a Hortênsia e a Paineira (...) sentem e sofrem até hoje. E vocês...

[falam todos juntos]

Eu, assim, no começo eu sentia. Depois, assim... eu... eu... tipo assim, eu não ligo mais. Mas eu sentia, assim, o preconceito das pessoas que achavam que eu ia pedir alguma coisa. (Ipê-amarelo)

É... parece que vai chegando e a pessoa fala assim: ihhhh, llá vem os favelados! (Paineira)

A pessoa se afasta... é... (Ipê-amarelo)

Pesquisadora: Pau-Brasil, também sente assim?

Assim, quando aconteceu, foi igual a Paineira falou: todo mundo olhava, realmente, naquele foco: ah! é da enchente! Ah! tá sujo. Ah! vai pedir esmola! (Pau-Brasil)

[falam todos juntos]

(...) é como se a gente não tivesse sentindo nada. É como... como é que eu vou te explicar, Samira, olha só. Você... nas primeiras semanas da enchente, quando você chega e fala que é da enchente, não com todo mundo, claro, mas tem gente que... parece assim, é... (...) é como se você não tivesse estudo, como se você nunca tivesse tido ... (Paineira)

[falam todos juntos]

E Paineira compartilha com o grupo uma vivência marcante e dolorosa.

Vou te dar um exemplo. Eu tava grávida, né, tudo, e aí a gente precisava de uma casa porque a doutora falou: Ela não pode ficar no Vale do Cuiabá no abrigo, (...).

Um dia, achamos uma casa, no jornal, uma gracinha. Do lado do ambulatório escola. Fomos. Quando chegamos lá, a senhora tratou a gente super bem. Aí ela falou: ai, tô muito feliz que é só vocês, e o bebezinho que vai nascer, e não sei o quê e tratando a gente super bem, muito feliz, não sei o quê. Aí levou a gente pra ver a casa, não sei o quê, eu gostei muito da casa. Aí tinha uma umidade no quarto, (...)

Aí fazia assim: que é lindinha, que não sei o quê, que quero que vocês fiquem aqui, que não sei o quê. Tá. (...) Aí, de repente, do nada, ela me vira e me fala assim: Ah, eu tô muito feliz que eu aluguei minha casa pra vocês, porque o que eu não queria era alugar a minha casa pra essa gente da enchente!

[todos reagem, imediatamente, com expressões de espanto, escandalizados]

Aí, meu marido já me olhou. Aí ela: Porque além de tudo, vai ser paga com esse aluguel social, né?

Ipê-amarelo: Ninguém queria.

Paineira: Aí ela: A... aí, minha filha, se não receber, calote na certa! E eu olhando pra ela. E deixei ela falar. Quando ela terminou de falar tudinho, eu falei com ela assim: Olha, eu gostei muito da casa da senhora, mas a gente não vai ficar mais, não. Aí, o [nomeia o marido] olhou pra mim e falou assim: Ué, Paineira? Como que a gente não vai ficar mais com a casa? Eu falei: Não, [nomeia o marido], a gente não vai ficar mais com a casa. Aí ela falou ass... ela pegou e falou assim... Mas como você não vai ficar mais com a casa? Eu falei: Não, infelizmente, que a senhora não quer alugar pra quem é da enchente? Nós somos da enchente. Oh! Minha filha, a dona não sabia o que fazia. Ela me ligou, durante uma semana, querendo que eu ficasse com a casa dela.

Grupo: Isso aí...

Paineira: Eu não fiquei.

Manacá: Ainda bem!

Manacá: Sendo negra e velha... Sendo negra e velha, eles tinham preconceito. Até lá no Divino. Era... Era humilhação total. A gente sentada, assim, não falava nem com ninguém

Ipê-amarelo: É... é tipo assim... não ligo mais.

Pesquisadora: Mas... você não liga mas, ainda acontece?

Ipê-amarelo: Assim... que eu repare... não.

Pesquisadora: Não, você não sente. Manacá também não?

Manacá: Agora... (...) Agora mais ou menos. No Divino eu era muito humilhada (...) preta e velha. Na hora de dar as coisas, eles escolhiam pra quem ia dar. Até uma irmã de caridade chegou lá pra me humilhar (...)

Alguém: Nossa mãe, gente!

Manacá: É empregada aí? Sou, por quê? Seu pessoal vai ficar aí toda a vida? Vai morar ali toda vida no Divino? Não vai embora pra casa, não? (...) Eu falei: Não, se a senhora tiver uma casa emprestada, lá, a senhora arranja pra mim, tá? E ela assim: Você é empregada, aí? (...) (...) Quer dizer, ela é uma irmã de caridade. Ela tinha que ter educação, acima de tudo, né? Moral. (...)Na hora eu não falava nada porque eu... tava chateada, tava triste. Eu também tinha perdido... a mesma coisa, também tinha perdido. Todo mundo. Então eu ficava na minha. (...) Mas, o resto, se pudesse pisar em mim, eles pisavam. (...) Não, porque, não precisava da irmã de caridade pisar, não, porque a gente já tá na lama, não precisa de jogar a gente mais na lama.

Ainda agravando a situação de exclusão, existe a distorção onde o poder público culpabiliza os afetados pelo desastre sofrido, como se fossem os causadores de sua própria tragédia por terem ocupado propositalmente uma área de risco. Tal postura ressoa com que o sociólogo Bauman (2013) ressalta: que no mundo líquido-moderno, as perdas são

naturalizadas, e, as próprias vítimas, são responsabilizadas pelo que acontece com elas e pela condição de desigualdade.

> *E tem mais uma coisa, também que me dói muito. As pessoas, você tá pass... passou por aquela tragédia toda, aconteceu aquilo tudo e as pessoas te culpam por aquilo. Falam com você assim: Ah, se as pessoas constroem na beira do rio! Tá. E quem não construiu na beira do rio (Paineira)*
>
> *(...) fazer casa na beira do rio, né? A gente não tinha escolha. Se a gente pudesse, a gente escolheria um lugar... (Ipê-amarelo).*

Ser responsabilizado pelo desastre também faz parte do universo dos afetados por desastres.

O medo acompanha os sobreviventes quando passam por novas situações de tempestades, raios e trovões. Imediatamente memórias são acionadas de forma automática. Este foi um tema que apareceu espontaneamente em 11 das 13 entrevistas. Faz parte de suas vidas após 2011. Eles trouxeram um medo ainda presente ou já suavizado, ansiedade e, às vezes, noite de vigília.

> *E a outra coisa também que... que... mata a gente até hoje: chuva! Começou a chover tu não tem sossego. Te bate uma aflição fora do comum Você acorda e você não sossega enquanto a chuva não para. Aqui venta, mas venta muito. O vento não perturba em nada. A chuva... Chuva é dose. (...)mas é aquilo que teu te falo: me pego mais é na chuva. Nooossa. Eu posso tá dormindo, começou a pingar... que essa casa é... zinco, né? É, bem dizer zinco, é alumínio. (...) mas faz barulho, né? Então você acorda mesmo. E a enxurrada é feia. Eu venho aqui pra janela e fico olhando. (Cedro)*
>
> *Outros não quer mesmo voltar pra cá porque tem medo, que eles acham que vai acontecer novamente. Embora que eu... eu também, onde eu moro ali embaixo, eu tenho essa preocupação também. (...) Eu tenho! Quando começa a chover muito, a gente logo começa a lembrar. E fica com medo. Não dorme direito. Não consegue dormir direito. Tranquilinho, como se dormia antes. Eu não durmo. (...)Por mais que eu queira... respira fundo e fala assim: não, não vai acontecer. Vou dormir. Hum... O sono não vem. E levanta e olha pra ver se o rio não tá enchendo de novo com aquela imensidãão de água que eu vi muito bem. Mesmo com... com escuro mas quando dava o relâmpago, né, a gente via. (Azaleia).*

Uma experiência ocorrida durante a realização da entrevista em grupo (18/11/2017) mostrou na prática o que ocorre com as pessoas com a chegada da chuva. Era um lindo dia de sol e muito calor. O grupo aconteceu na parte da tarde. Na metade do encontro começou um vento diferente, nuvens no céu. Imediatamente o movimento do grupo mudou, telefones começaram a tocar, pessoas saindo do salão, olhares para as janelas. Inquietação nos

participantes. Medo. Uma tempestade chegou. Aguardei eles certificarem que estava tudo bem com eles e com os familiares. Falei sobre minha percepção. Imediatamente o grupo reagiu confirmando.

> Pesquisadora: (...) eu vi que ventou e o tempo começou a mudar e vocês já começaram a se olhar, né?
>
> *Todos falam ao mesmo tempo assentindo.*
>
> *E o telefone toca, todo mundo começa a se comunicar. (Paineira)*
>
> *(...) Eu não fico sozinha em casa (...) (Hortênsia)*
>
> *(...) marido também ligou, minha mãe também ligou. (Paineira)*

Tive um exemplo de como é um dia de chuva para os sobreviventes após 2011. Um vento que chega trazendo com ele sensações corporais e emocionais e, que inicialmente, não é consciente. Vento que é instrumento de acesso ao tempo, que comunica uma experiência do passado, atualiza o sofrimento e produz medo no presente, antecipando o temor pelo que possa acontecer. Fui testemunha de como o medo tomou conta do grupo, a corporificação do pavor, que se mostrou atuante também para os moradores não participantes do grupo (os familiares e amigos). Sentimentos e sensações presentes além da fala e antes dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre os conceitos de desastres e memórias mostra que eles não pertencem a uma só disciplina e possuem característica transdisciplinar. Seus conceitos são inacabados e precisam ser dinâmicos, flexíveis e abertos para atualizações.

Os relatos evidenciam como os sobreviventes estiveram juntos nos momentos de horror e que, se não fosse a presença e ajuda de quem estava ao lado, provavelmente não teriam sobrevivido e o número de mortes seria maior. Grande parte dos moradores do final do Vale do Cuiabá está no Condomínio e nas Casinhas, morando lado a lado. Mas a convivência mudou. Histórias, tradições, imagens, afetos, espaços eram compartilhados pelo grupo até o desastre de janeiro de 2011, quando foram violentamente banidos de suas histórias. Houve a abrupta ruptura multidimensional (geográfica, social, emocional, física, cultural, entre outras) da comunidade existente. Não podem voltar à vida comunitária anterior (impossível), nem se sentem fazendo parte do grupo de agora. Será o estado onde eles não estão nem aqui, nem lá; o Lontananza, segundo Legerén (2008), um espaço entre o lugar e o não lugar, após o lugar perdido?

Existe afeto entre eles? Durante a entrevista de grupo em novembro de 2017, testemunhei o cuidado que cada um tinha com o outro participante ao falar das perdas, um olhar afetuoso para os que tinham perdido mais parentes queridos e a espera para saber se podiam continuar a narrativa. Uma escuta interessada e participante, onde acompanhavam empaticamente a dor do outro. Não interrompiam momentos de choro, nem os silêncios necessários. Demonstraram confiança e afeto, o que foi a base para trazerem suas memórias (GONDAR, 2016, p 38). Compartilharam a intimidade de suas memórias com afetos e sensações. Mas não é o que relatam da convivência diária. Então, o que os une hoje?

Inicialmente minhas reflexões me levaram aos conceitos de comunidade e sociedade de Tönnies (1957). É possível pensar numa violenta e forçada passagem de ordem social: da vida social em vila para o urbanismo com seus problemas; do foco na vida em família para a convivência em sistema de condomínios; da relação próxima com a terra para morar em espaços onde o cimento toma conta; de valores comunitários que protegem a comunidade e geram união diante de um Estado que não funciona e fomenta a dependência e fragmentação dos laços comunitários.

Os sobreviventes não fazem relação do desastre com a vulnerabilidade de sua condição feudal de moradia, nem com a ausência do poder público na região. Para eles este

foi um desastre sem responsáveis, quase na sua totalidade. E destacam a diferença com o da Samarco acontecido em 05 de novembro de 2015, no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana, Minas Gerais, onde reconhecem claramente a responsabilidade da empresa. Mas identificam-se com as cenas e os moradores de Bento Rodrigues por causa da lama e da destruição.

Apenas poucos entrevistados (Azaleia, Ipê-amarelo e Hortênsia) trazem a possibilidade de conexão do desastre com a destruição que o homem produz na natureza e com sinais que apareceram em dezembro de 2010 (estrada que caiu abrindo uma cratera). Mas mesmo assim, para os afetados, nada pode ser feito contra um perigo que consideram externo, um agente da natureza.

Podemos pensar que forças externas podem se apresentar como um "outro" e, consequentemente, fortalecer o grupo no sentido de resistência (COSTA e CASTRO e SILVA, 2015 p 288). Considerando os sobreviventes do Vale do Cuiabá, é possível pensar que alguns "outros" se apresentam nem sempre favorecendo a luta.

O abandono do Estado como o "outro" poderia criar um movimento de resistência do grupo. Talvez tenha acontecido no início. Mas a crueldade da demora nas decisões, a lenta burocracia cansa e também fragmenta. É um "outro" que trouxe a desconfiança e competição para a relação entre eles com a falta de transparência na seleção dos moradores para as novas casas.

O "outro" não reconhecido. São "outros" que não são identificados como possíveis ameaças. Será que o "outro" ter aparecido no sentido de amigável, confiável (os senhores dos sítios e fazendas), trazendo ações "salvadoras" diante do caos, afetou a possibilidade de luta e resistência?

Assim, os "outros" no caso do desastre do Vale do Cuiabá não fortaleceram o grupo no sentido da resistência, ao contrário, ajudaram a separar. O grupo foi "implodido" em sua coletividade. Parecem viver certa apatia ou entorpecimento. No novo local de moradia, os sentidos do grupo não foram construídos no e pelo coletivo, o que compromete a participação social. (Costa e Castro e Silva, 2015).

Na área das Casinhas, existe uma casa que foi destinada para uso social. Foi o local onde fizemos a entrevista em grupo. No momento, o espaço é utilizado apenas para aulas de dança, capoeira e celebrações religiosas. Local onde alguns moradores se reúnem. Fica ao lado de uma casa que na parte externa foi instalado um pequeno bar.

Existe um morador chamado carinhosamente por alguns de “síndico”. Mesmo com uma dificuldade visual, que piorou após a tragédia, ele cuida do espaço social e da entrega de correspondência. É a pessoa de referência para resolver problemas de transporte, lixo, água. Referência tanto para os moradores quanto para os órgãos públicos. Ele se mobiliza por melhoria nos serviços básicos para os habitantes. Transita entre o Condomínio e as Casinhas, onde mora.

Identifico estes dois sinais com potencial de facilitação do processo de construção comunitária. Há tímidos sinais de futuras lideranças.

Na conversa durante o lanche, após o grupo, os participantes trouxeram a lembrança de uma perda que era referência para a comunidade, um ícone no sentido de união do grupo, sabedoria e resistência: dona Francisca.

> Na conversa durante o lanche após a realização do grupo surgiu a lembrança de uma pessoa que poderia ser a facilitadora da construção da comunidade: dona Francisca, que faleceu no desastre junto com o neto. Lembrada como uma pessoa espiritualizada, com grande poder pessoal e a quem várias pessoas recorriam para conversar, rezar: “... se ela estivesse viva isso aqui não estaria assim”, diz o grupo referindo-se a separação entre as pessoas no cotidiano e a não saberem o que fazer para mudar esta situação. (Diário de Campo)

Não existe o reconhecimento de outra pessoa para esse papel.

A mudança na relação entre os próprios sobreviventes foi sinalizada desde a primeira entrevista e esteve presente durante a trajetória da pesquisa. Foi possível compreender como esta relação foi devastada pelo desastre e pelo abandono que vivenciam, resultando numa linguagem que foi silenciada. A comunicação está prejudicada, perderam a intimidade e o compartilhar, comprometendo a construção do sentido de comunidade.

Merece atenção quando o corpo fica como mediador entre o indivíduo e a comunidade e entre o passado e o presente em situações onde a comunicação fica comprometida (DAS, 2008). Encontrei sinais expressos no corpo: hipertensão, diabetes, dores diárias em partes do corpo, acidente vascular cerebral, perda da capacidade visual, óbito. Esta situação foi identificada e considero importante seu aprofundamento em estudos futuros e esclarecimento quanto à possíveis relações com o desastre de 2011.

Mas a dor, tanto pode destruir a possibilidade de comunicação, quanto pode ser um convite a compartilhar.

O trabalho com memória social tem lugar importante na elaboração da ruptura psicossocial sofrida com o processo do desastre. Pode ser um instrumento de reconstrução e resistência à invisibilidade social; fortalecimento de vínculos comunitários e da expressão dos sobreviventes; e gerar senso de pertencimento. Um cuidadoso trabalho de resgatar e tecer as lembranças para liberar presente e futuro, desde que sejam disponibilizadas condições facilitadoras para tal jornada. Acredito também que a memória social pode humanizar as relações em desastres, tanto para os sobreviventes, quanto para os profissionais de políticas públicas e gestão de desastres, servindo de fonte para a construção de políticas públicas que verdadeiramente representem as necessidades e direitos dos sobreviventes.

O processo do trabalho com a memória social talvez possa preencher as lacunas existentes no "diário da vida" (Appadurai) decorrente da perda dos objetos materiais e simbólicos no desastre.

Pela natureza do campo dos sobreviventes de desastres, um campo ferido, é possível sugerir que as pesquisas psicossociais, além do objetivo de estudo, possam servir, durante o trabalho de campo, como um instrumento de reconstrução, contribuindo para o processamento do dano.

Como registrei anteriormente, durante a análise das entrevistas, a palavra afeto se destacou em minha mente. O uso do termo afetado em desastres sempre me trouxe inquietação e durante a pesquisa me detive a refletir sobre esse aspecto. Afeto tem a mesma origem de afetar[37]. Unindo as reflexões entendo que um caminho para os afetados do Vale do Cuiabá compartilhar passa pelo afeto, que pode ajudá-los na construção de sentidos individuais e coletivos.

Para finalizar deixo a palavra com o afeto dos afetados. São duas pequenas histórias que simbolizam parte do que me ensinaram e procurei resumir nas considerações acima.

[37] Derivam do latim Affectio, significado de relação, disposição, estado temporário, amor, atração. Raiz Afficere , significado de fazer algo, agir sobre, fazer, manejar. https://origemdapalavra.com.br/site/palavras/afetar/

Azaleia e a palavra

(...) A gente conversa sobre, assim, o que aconteceu.

Principalmente quando é pessoas que passou também pelo... pela mesma situação, tava aqui também no dia do acontecimento, né?

A gente conversa sim, mas também não é muito, não.

Porque ninguém gosta muito de tá lembrando coisa triste, né,

que... a gente parece que... tá vivendo aquilo de novo.

(...) então, assim, a gente sofre, porque... é... lembra, e mexe mesmo. E coração é aquilo, né?

Não tem como, coração da gente é uma caixa d'água furada [risos].

Porque, não tem como segurar a água. Ela vaza mesmo. Vaza mesmo.

Não tem jeito de querer fingir que não chorou,

que não tá chorando, que na hora que chega aqui sai mesmo.

Não tem ninguém que segura (...)

É, não fazer mal por dentro, né?

E... mas não é que é ruim. Porque falar é bom. Que desabafa. (...)

E, assim, pra vocês que são psicólogo,

é que ouve, né, a história das pessoas conversando...

O conversar, que é palavras! é... bom,

falar que... eu acho assim, a palavra, a partir do momento que a gente fala,

ela sai de dentro de você, então ela te...

você se sente libertado de alguma... de algum maus fluído,

assim, que...que dá tristeza, no caso, né? Saiu.

Eu acho que, assim, a tristeza sai junto com a lágrima da gente. Eu acho isso.

A partir do momento que a gente... quando a gente bota a lágrima pra fora,

que não tem como segurar,

ali também sai alguma coisa de... que tava fazendo mal. Saiu.

Rosa: Como descascar uma laranja lima sem amargar

(...) O meu [sentimento] é que, até hoje, quando eu vou lá em cima, eu... fico triste. Quando passa ali no... eu, e tem uma outra menina, também, que a gente fala assim: igual à Vila, nunca mais! (...)

É por causa do quintal, entendeu? Pra mim era só mais por causa do quintal.

(...) Nós tinha tudo no quintal!

(...) Até uns... uns quatro, cinco mês, eu passava a chorar quando chegava no ponto final.

A gente tem aquela... Assim, tinha um campinho embaixo, que as crianças brincava. Se lembra daquele campinho? [se voltando para o marido]

(...) É... descer aquele caminhozinho, assim, e...(...)

Tinha um pé de lima, que tinha... um pé de lima muito grande.

Ele, ele ficava, assim, carregado. E eles nunca gostava de lima. Vai escutando.

Mas eu falei: Mas eu gosto. Aí eu fui, levei o [nomeia o neto] pro pé de lima

e comecei a descascar a lima e dar pra ele.

Aí eu ensinei.

Falei pra ele: sabe porque, ô [nomeia o neto], que você não gosta de lima?

Porque a lima, ela tem um...um meio amargo, né?

(...) mas se cascar ela, tirar toda a pele...

e a gente vai cortando assim [faz um gesto]

em vez de cortar assim [outro gesto]

é o segredo.

A gente corta assim e a gente não sente nem amargo.

Aí, né, eu ia cortando e dava pra ele.

Aí ele aprendeu a chupar a lima. E gostar de lima.

Tinha vez que a gente chupava umas dez lima! Eu e ele!

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H., MELLO, C. C. A. e BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ALVES NETTO, J. F. **Anotações sobre a história de Itaipava**. 2010. Disponível em: http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/jfan20101105.htm. Acesso em julho 2017.

ALVES, R. B. et al. **A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 2, p. 307-315, abr./jun. 2012. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200014. Acesso em 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs. **SOS Comunidade Vale do Itajaí**: Monitoramento e Organização Comunitária em Desastres. Rio de Janeiro: ABONG, 2010.

ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS (AVIT). Disponível em http://www.avit.org.br/. Acesso em 2014.

BANCO MUNDIAL. Avaliação de Perdas e Danos. Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011. **Relatório elaborado pelo Banco Mundial, com o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro.** Novembro de 2012. Disponível em: http://mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=74dde46c-544a-4bc4-a6e1-852d4c09be06&groupId=10157 Acesso em março 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 12 ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

BAUMAN, Z. **Danos colaterais desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECKER, H. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Planejamento Estratégico Integrado para as Ações de Prevenção e Preparação contra Desastres Naturais nos Municípios da Região Serrana**. Rio de Janeiro, SNDC, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2011**. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Brasília: CENAD, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960. Acesso em 2014.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2012**. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Brasília: CENAD, 2013. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f22ccccd-281a-4b72-84b3-654002cff1e6&groupId=185960. Acesso em 2014.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**. Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2013**. Brasília: CENAD, 2014. Disponível em: http://www.integracao.gov.br. Acesso em 2014.

BRASIL. Lei 9474 de 22 de julho de 1997. **Presidência da República. Casa Civil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9474.htm. Acesso em: setembro 2017.

BRITO, R.M. e MARTINEZ, M.A.S. Memoria colectiva y procesos sociales. Enseñaza e Investigación en Psicologia. **Red de Revistas Científicas de América Latina el Caribe, España y Portugal**. Consejo Nacional para la Enseñaza en Investigación en Psicologia A.C. Xalapa, México, vol 10 n.1, p 171-189, enero-junio, 2005. Dosponível em: http://www. Redalyc.org/articulo.oa? id=29210112

CAPIOTTI, R. A. da S. **Águas de Novembro**. Estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e a ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2013.

CARRILLO, A. T. **El Retorno a la comunidade: problemas, debates y desafios de vivir juntos**. Bogotá, Editorial El Búho Ltda, 2014.

CASTILHO, L. V, OLIVEIRA, P.M.de C e FABRIANI, C. B. Análise de uma tragédia ambiental e a participação da população no equacionamento dos problemas de moradia: um estudo de caso da tragédia na região serrana do Rio de Janeiro. In: VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Belém, ANPPAS, 2012.

CEBALLOS, B. B. Vehículos de la memoria associados com el sismo y el desastre de 1941 em la ciudad de Colima, México. Estudios sobre las culturas contemporâneas. **Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal.** México, v. XXI, n. II, pp. 125-142, 2015. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/316/Resumenes/Resumen_31639208007_1.pdf. Acesso em maio 2017.

CEPAL Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Anuário Cepal América Latina e Caribe 2012**, Disponível em: http://www.eclac.cl/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/48862/P48862.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl. Acesso em 2014.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE DESASTRES (CEPED). **Diretrizes em Redução de Riscos de Desastres Região Serrana do Rio de Janeiro**. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2011.

_____. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais entre 1991 e 2000**: volume Brasil. 1 ed. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012.

_____. Capacitação dos gestores de Defesa Civil para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ef4651d8-e5dd-4113-b133-ec13508e19bd&groupId=10157.Acesso em 27/12/2017.

CONCLIMA **I Conferência Nacional de Mudanças Climáticas**. Setembro 2013. Disponível em: http://viajeaqui.abril.com.br/materiais/a-ocorrencia-de-desastres-naturais-n0-brasil-aumentou-268-na-decada-de-2000-noticias.

CORREA, M. S. T. As memórias da tragédia: o evento crítico do desastre de 2011 em um bairro friburguense. In: I ENCONTRO DE HISTÓRIA: TROCAS HISTORIOGRÁFICAS EM HISTÓRIA REGIONAL, NO CASARÃO DE JAPUÍBA, Cachoeiras de Macacu/RJ, em 22 de maio de 2015.

COSTA, S. L. e CASTRO e SILVA, C. R. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei v.10, n.2, p.282 – 291. 2015.

CUNHA, F. (Org.) **Relatório Geral para apreciação da Excelentíssima Presidenta senhora Dilma Rousseff**. Março de 2012.

CYRULNIK, B. e MORIN, E. **Diálogo sobre a natureza humana**. São Paulo, Palas Athena, 2012.

DAS, Veena. **Sujetos del dolor, agentes de dignidade**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2008.

EL PAÍS. El cambio climático llevará a 17 millones de personas a la migración interna en América Latina hasta 2050. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2018/03/19/america/1521482051_011788.html. Acesso em março 2018.

FERREIRA, T. Entrevista Arjun Appadurai. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa Sede (Lisboa), Faculdade de Ciências Humanas Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) **Revista Comunicação & Cultura RCC** - n 7 p 133-140. 2009. Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/10449. Acesso março 2017.

FOLLY, M. **Migrantes invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil**. INSTITUTO IGARAPÉ. 2018. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Migrantes-invis%C3%ADveis.pdf. Acesso em março 2018.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V, FARIAS, F.R. e GONDAR, J. (Orgs). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, v. 9, n. 15, 2016 p 19- 40.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JEDLOWSKI, P. La sociologia y la memoria colectiva. In: ROSA, A, BELLELLI, G. BAKHURST, D. (eds). **Memoria colectiva y identidad nacional**. (123-134). Madrid, Espana. Biblioteca Nueva. 2000.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva, 2001.

LEGERÉN, A. D. "¿Aquí, allí o en lontananza? Desplazamientos migratorios y desdoblamientos epistemológicos", in Enrique Santamaría [ed.] **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**. Barcelona, Anthropos p 31-53, 2008.

MAISONNEUVE, J. **Introdução à Psicossociologia**. São Paulo: Ed. Nacional. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N, SIENA, M, MARCHEZINI, V e GONÇALVES, J.C. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa, 2009**.**

MASKREY, A. (org). **Los desastres no son naturales.** La Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina (La Red). 1993. Disponível em: http://www.desenredando.org.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. (14ª ed). São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. (org), DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MORIN, E. e KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

Nações Unidas. Commission on Human Rights. Disponível em: http://www.un-documents.net/gpid.htm. Acesso: fevereiro 2018.

_____ https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-aumento-do-deslocamento-forcado-provocado-por-mudanca-climatica/ acesso fevereiro 2018

NICOLESCU, B. **Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom,1999.

OLIVEIRA, R. L. e SIMÕES, M.L.N. O tempo é chegado: a memória como meio de produzir e preservar identidades. **Revista Reflexões**, Londrina, V.1, n.1, p. 5-20, 2009.

Organização Internacional para as Migrações (OIM) **Conceitos básicos de migração segundo a organização internacional para as migrações**. 2006. Disponível em: http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos_basicos_de_migracao_segundo_a_oim.pdf. Acesso 01/02/2017.

PETRÓPOLIS, Câmara Municipal. Comissão Especial da Câmara Municipal para o Vale do Cuiabá. Relatório Final 2013. Disponível em: http://cmp.web766.kinghost.net/acompanhamentocpi/. Acesso em 2014.

PETRÓPOLIS, Prefeitura Municipal de Petrópolis. Plano Municipal de Saneamento Básico de Petrópolis, 2014. Disponível em: http://www.petropolis.rj.gov.br/e-gov/spe/pmsb/Download/PMSB_Versao_preliminar_R0.pdf. Acesso em fevereiro de 2018.

PETRÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Petrópolis. 2014Disponível em: http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/1920-bomtempo-anuncia-devolu%C3%A7%C3%A3o-de-r$-360-mil-%C3%A0s-fam%C3%ADlias-do-cuiab%C3%A1.html. Acesso em fevereiro 2018

PINHEIRO, F. D. ***Quando a casa sai?* A Política de reconstrução de moradias para os afetados em desastres socioambientais no Vale do Cuiabá - Petrópolis -RJ.** Tese doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014.

PINHEIRO, M. A. O sentido das catástrofes naturais na mídia: da prevenção à adaptação. **Anuário Electrônico de Estudios em Comunicación Social "Dissertaciones".** 10(2), p 39-55, 2017.

PIVETTA, M. Um Brasil mais vulnerável no século XXI. **Revista FAPESP**. Ed. 241 | Novembro 2016. Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/11/17/um-brasil-mais-vulneravel-no-seculo-xxi/

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, n.10 p 3-5. 1989. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acesso em fevereiro 2018.

QUARANTELLI, E.L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, n.33, ano 18, p.25-56, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_0_Quarantelli.pdf. Acesso em: março 2017.

REVET, S. Penser et affronter les désastres : un panorama des recherches en sciences sociales et des politiques internationales . **Critique internationale**, 2011/3 (n° 52), p. 157-173. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2011-3-page-157.htm. Acesso janeiro 2018.

REZOLA, J. M. G. **La psicoterapia de Carl R. Rogers: sus origens, evolucion y relacion con la psicologia cientifica**. 3 ed. Espanha Desclée de Brouwer, 1981.

ROCHA, V. et al. O tema desastre na área da saúde: perfil da produção técnico-científica na base de dados especializada em desastres da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). 20/06/2014. In: **Revista Ciência e & Saúde Coletiva**, 19(9): 3775 - 3790, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3775.pdf. Acesso em: fevereiro 2017.

ROBLES, J. I. y MEDINA, J. L. **Manual de salud mental en desastres**. Espanha, Sintesis, 2008.

RODRIGUES, A. C. et al. Delineamento da produção científica sobre desastres no Brasil no início deste século. Desenvolvimento Meio Ambiente. In: **Revistas SER/UFPR** v. 34, p. 61-74, ago. 2015. www.ser.ufpr.br. Acesso em fevereiro 2017.

ROGERS, C. R. e ROSENBERG, R. **A Pessoa como Centro**. São Paulo: EPU, 1977.

SÁ, C. P. **Estudos de Psicologia Social: história, comportamento, representações, memória.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

SABOIA, P. **O Vale do Cuiabá e a região serrana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Reler. 2012.

SARLO, B. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, J e VALENCIO, N. O desastre vivenciado: a importância da memória social de idosos através da análise do caso de São Luz do Paraitinga. **Repocs**, v.13, n.26, jul/dez. 2016

SARTORI, J. e SÁ, L.H. A dimensão Espiritual. In: VALENCIO, N, IBRAHIM, S.Y e GONÇALVES, J.C. Inundações e cuidado integral: guia para discussões técnicas e comunitárias. São Carlos, Rio de Janeiro: NEPED/DCAm-UFSCar, Rede de Cuidados—RJ. 97 p. 2018

SAWAIA, B.B. A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F (Org). **Psicologia social comunitária. Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Vozes, 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Construindo comunidades mais seguras: preparando para a ação cidadã em defesa civil. Florianópolis: UFSC/CEPED, 2009.

SOUZA, P.C. A e LOUREIRO, C.F. Reflexões sobre os desastres ambientais no Estado do Rio de Janeiro: questões socioambientais e psicossociais. **Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade** - ano IV, n 8 setembro de 2014. Disponível em: www.uff.br/revistavitas.

SPITZCOVSKY, D. A ocorrência de desastres naturais no Brasil aumentou 268% na década de 2000 (setembro 2013), In: **Planeta Sustentável**, Disponível em: http://viajeaqui.abril.com.br/materias/a-ocorrencia-de-desastres-naturais-no-brasil-aumentou-268-na-decada-de-2000-noticias.

TONNIES, F**. Community and Society: Gemeinschaft und Gesellschaft**. East Lansing: The Michigan State University Press, 1957, p. 223-231

UNISDR. M. de S. Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres. Disponível em:https://unisdrcerrd.wikispaces.com/1.+O+Marco+de+Sendai+para+a+Redu%C3%A7%C3%A3o+do+Risco+de+Desastres+2015-2030. Acesso em 2015.

_____ Disponível em https://nacoesunidas.org/onu-90-das-mortes-devido-a-desastres-acontecem-em-paises-de-renda-baixa-e-media/. Acesso abril 2017.

_____ Disponpivel em: http://www.unisdr.org/we/inform/terminology. Acesso dezembro 2017.

VALENCIO, N. et al. **Abandonados nos Desastres*:* uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

_____, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres. Construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. Volume III. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

_____, N. Dos desastres recorrentes aos desastres à espreita. In: **Formas de matar, de morrer e de resistir. Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Zhouri, A e Valencio, N. (orgs).Belo Horizonte: editora UFMG, Humanitas, 2014.

_____, N. Desastres Normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa. In: SIQUEIRA, A, VaALENCIO, N, SIENA, M e MALAGOLI, M.A. (orgs). **Riscos de Desastres Relacionados à Água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa, 2015.

VARGAS, M.A.R. **Da "chuva atípica" à "falta de todo mundo": a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. 2013

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa**. (6a ed). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VIANA, A. et al. Saúde Humana e Saúde Ambiental em Contexto de Desastre. In: CARMO, Roberto e VALENCIO, Norma (orgs). **Segurança Humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa, 2014, p 109 -126.

WEINTRAUB, A. C. A. de M. e VASCONCELLOS, M. da P. C. Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro,v.20, n.3, jul-set. 2013, p.1041-1055.

YOUNES-IBRAHIM, S. Diário de bordo: lideranças comunitárias em tempos de desastres. In: VALENCIO, Norma (org). **Sociologia dos Desastres. Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** Vol III. São Carlos: RiMa: 2012, p 291-306.

_____ e SÁ, L. Abandono: o grande desastre. In: **WATERLAT - GOBACIT Cadernos da Rede Waterlat**, 2014, p. 110-144. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSATADNo1.pdf. Acesso em 2014.

Anexo

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu,.....(nome do sujeito da pesquisa, idade, estado civil, profissão, endereço, documento de identidade), estou sendo convidado(a) a participar de um estudo denominado "Análise das memórias coletivas dos afetados no desastre socioambiental de 12 de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ", cujo objetivo principal é analisar a formação dessas memórias coletivas.

As informações para a pesquisa serão coletadas através de entrevistas individuais e grupais com moradores e lideranças comunitárias que ficaram desabrigados ou desalojados por causa do desastre de 2011. A minha participação no referido estudo será no sentido de contribuir com minha história sobre o que vivenciei e vivencio com relação ao desastre de 2011.

Fui informado(a) que posso me recusar a participar da pesquisa. E, também, que nos casos de desconforto emocional, como por exemplo, ao falar de algum acontecimento triste que não costumo pensar frequentemente, sobre minhas relações próximas ou dinâmicas pessoais que invadam minha privacidade, sobre minha situação atual, ou qualquer outro tipo de incômodo, eu terei a possibilidade de omitir tais informações ou até mesmo me retirar da pesquisa, temporária ou definitivamente.

Permito que a entrevista seja registrada por meio audiovisual, escrita e fotografada para auxílio ao desenvolvimento da pesquisa. Todos os dados serão guardados em arquivos digitais e só terão acesso a esses dados a pesquisadora e a orientadora da pesquisa.

Estou ciente que posso levar para a entrevista quaisquer objetos, documentos, fotos, imagens, recortes, entre outros tipos, que tenham relação com o desastre e façam sentido para mim. Este material não ficará em posse da pesquisadora e sairei da entrevista com ele e uma cópia ficará para o arquivo da pesquisa.

Minha participação é voluntária e minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Respeitando esta privacidade, autorizo que a pesquisa faça parte de outros estudos desenvolvidos pela pesquisadora, assim como apresentação em seminários, palestras, congressos.

Esta pesquisa é desenvolvida por Samira Younes Ibrahim, mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No momento em que a pesquisa for concluída, terei acesso aos resultados e a pesquisadora fará uma devolutiva dos mesmos para os participantes. Se houver qualquer dúvida com relação à pesquisa, poderei entrar em contato por meio do seguinte endereço: Samira Younes Ibrahim - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa EICOS - Instituto de Psicologia - Av. Pasteur, 250 - Pavilhão Nilton Campos, Urca. Rio de Janeiro. CEP 22.290-902. Tel: (021) 991338771 ou (021) 39385349 e e-mail: samirayounes@gmail.com.

Será garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Os processos éticos desta pesquisa foram analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e

o projeto foi aprovado em 06 de setembro de 2017. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética do CFCH, pelo telefone (021) 3938-5167 no horário de atendimento das 10:00 às 16:00 horas ou pelo e-mail cep.cfch@gmail.com.

Tendo sido orientado(a) quanto ao conteúdo do exposto acima e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Ratifico que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Petrópolis, ... de ..... de 2017.

_____

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

_____

Nome e assinatura do pesquisador responsável

Observação: a banca sugeriu mudança do título da dissertação para: “Análise da memória social dos afetados no desastre sócioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá - Petrópolis, RJ”.